



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGÁ
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS
CURSO DE SERVIÇO SOCIAL**

CAMPUS REGIONAL DE IVAIPORÃ

JÉSSICA ANALI DA SILVA

**A ATUAÇÃO DO ASSISTENTE SOCIAL NA EDUCAÇÃO
ESPECIAL: UMA ANÁLISE DO EXERCÍCIO PROFISSIONAL
NAS APAE's DO VALE DO IVAÍ/PR**

JÉSSICA ANALI DA SILVA

**A ATUAÇÃO DO ASSISTENTE SOCIAL NA EDUCAÇÃO
ESPECIAL: UMA ANÁLISE DO EXERCÍCIO PROFISSIONAL
NAS APAE's DO VALE DO IVAÍ/PR**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Graduação em Serviço Social da Universidade Estadual de Maringá, como requisito parcial para obtenção do título de Bacharel em Serviço Social.

Orientador: Prof^o. Ms. Peterson Alexandre Marino

**IVAIPORÃ
2014**

JÉSSICA ANALI DA SILVA

**A ATUAÇÃO DO ASSISTENTE SOCIAL NA EDUCAÇÃO
ESPECIAL: UMA ANÁLISE DO EXERCÍCIO PROFISSIONAL
NAS APAE's DO VALE DO IVAÍ/PR**

Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado ao Curso de Graduação em
Serviço Social da Universidade Estadual
de Maringá, como requisito parcial para
obtenção do título de Bacharel em Serviço
Social.

Orientador: Prof^o. Ms. Peterson Alexandre
Marino

COMISSÃO EXAMINADORA

Prof^o. Ms. Peterson Alexandre Marino
Universidade Estadual de Maringá

Prof^a. Ms. Vanessa Rombola Machado
Universidade Estadual de Maringá

Prof^a. Esp. Maria Celeste de Melo da Cruz
Universidade Estadual de Maringá

Ivaiporã, _____ de Maio de 2014.

AGRADECIMENTOS

Os caminhos percorridos nesta vida, com seus limites, dificuldades e barreiras, podem ser suavizados quando encontramos pessoas com que podemos compartilhar sonhos e esperanças, e diante deste processo, tenho muito a agradecer.

Primeiramente gostaria de agradecer a Deus, por ter me sustentado, dado forças, vida e saúde, por seu maravilhoso amor a mim demonstrado, por ter sido meu refugio nos tempos de dificuldades.

A minha amada mãe, por suas palavras acalentadoras, por seu amor incondicional, por confiar em mim e acreditar que este trabalho seria concluído.

Ao meu saudoso avô, que embora não mais presente, me ensinou as maiores lições que um ser humano poderia apreender. Muito obrigada por ter me deixado fazer parte da sua vida.

Minha querida avó, por ser a mulher de fibra que você é, por ter me ofertado condições materiais para que eu crescesse e me desenvolvesse.

Aos amigos, com quem compartilhei aflições, lágrimas, mas também esperanças e sorrisos.

Ao meu orientador, Professor Mestre Peterson Alexandre Marino, por ter aceitado me orientar e por muito ter contribuído para minha formação.

Aos professores, profissionais fundamentais e essenciais na construção dos conhecimentos que me possibilitaram chegar até aqui!

A Escola de Educação Lúcia Braghirolli Rech, pelos preciosos ensinamentos ofertados.

Aos profissionais, assistentes sociais cuja área de atuação é a Educação Especial – APAE, por terem contribuído e se disponibilizado a participar desta pesquisa.

Enfim, a todos os que de uma forma ou de outra, contribuíram para que este trabalho de conclusão de curso se realizasse.

SILVA, Jéssica Anali da. **A Atuação do Assistente Social na Educação Especial: uma Análise do Exercício Profissional nas Apae's do Vale do Ivaí/PR.** 2014. 105 fls. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Serviço Social) - Universidade Estadual de Maringá, Ivaiporã, 2014.

RESUMO

O presente trabalho de conclusão de curso tem como tema central a discussão sobre a atuação do assistente social na educação especial, mais propriamente nas Associações de Pais e Amigos dos Excepcionais na região do Vale do Ivaí. O referencial teórico da pesquisa aborda inicialmente o Serviço Social enquanto uma profissão socialmente necessária à sociedade capitalista, inserida na divisão social e técnica do trabalho, destacando temáticas como sua gênese, profissionalização, competências e atribuições privativas. Aborda também o caminho percorrido pela educação especial no Brasil, juntamente com o papel desenvolvido pelos assistentes sociais nesse campo de atuação. A pesquisa de campo se realizou por meio de entrevistas semiestruturadas com profissionais do Serviço Social tendo por objetivo geral compreender como a atuação do assistente social se efetiva na educação especial.

Palavras-chave: Serviço Social; Educação Especial; Exercício Profissional.

SILVA, Jéssica Anali. **The Social Worker's Acting in the Special Education: an Analysis of Professional Practise at the Apae's of Vale do Ivaí/PR.** 2014. 105 fls. Course Conclusion Work (Degree in Social Work) - Maringá State University, Ivaiporã, 2014.

ABSTRACT

The present course conclusion work has as central theme the discussion about the social worker's acting in the special education, specially at the Association of Parents and Friends of Exceptional in the region of Vale do Ivaí. The theoretical reference of the research discusses initially the Social Work while a profession socially necessary in a capitalist society, inserted in the social and technical division of work, emphasizing themes like its genesis, professionalization, competencies and private attributions. Also discusses the path followed by the special education in Brazil, along with the role developed by the social workers in this field of acting. The field research was performed through semi structured interviews with the social work professionals with the general objective to understand how the social worker's acting becomes effective in special education.

Keywords: Social Work. Special Education. Professional Practice.

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Tempo de formação.....	68
Gráfico 2 – Tempo de atuação na educação especial.....	71
Gráfico 3 – Carga horária semanal cumprida pelo profissional.....	72
Gráfico 4 – Conhecimento das legislações afetas a educação especial.....	74

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AACD	Associação de Assistência a Criança Deficiente
ABESS	Associação Brasileira de Escolas de Serviço Social
APAE	Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais
BPC	Benefício de Prestação Continuada
CEAS	Centro de Estudos e Ação Social
CBISS	Centro Brasileiro de Cooperação e Intercambio de Serviços Sociais
CFESS	Conselho Federal de Serviço Social
CNESP	Centro Nacional de Educação Especial
CNCD	Conselho Nacional de Combate à Discriminação
CORDE	Coordenadoria Nacional para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência
CRESS	Conselho Regional de Serviço Social
DF	Distrito Federal
ECA	Estatuto da Criança e do Adolescente
FEAPAES/PR	Federação das Associações de Pais e Amigos dos Excepcionais do Estado do Paraná
FENAPAES	Federação Nacional das Associações de Pais e Amigos dos Excepcionais
IESP	Instituto Educacional de São Paulo
IBC	Instituto Benjamin Constant
INES	Instituto Nacional de Educação de Surdos
LDBEN	Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
LOAS	Lei Orgânica da Assistência Social
NARC	National Association for Retarded Children

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	09
1 SERVIÇO SOCIAL E EXERCÍCIO PROFISSIONAL	14
1.1 SERVIÇO SOCIAL ENQUANTO ESPECIALIZAÇÃO DO TRABALHO: BREVES CONSIDERAÇÕES	15
1.1.1 Gênese do Serviço Social no Brasil	15
1.1.2 Movimento de Reconceituação	21
1.2 PROCESSOS DE TRABALHO DO ASSISTENTE SOCIAL	27
1.3 ESPAÇOS SÓCIO OCUPACIONAIS DO ASSISTENTE SOCIAL	33
1.4 COMPETÊNCIAS E ATRIBUIÇÕES PRIVATIVAS DO ASSISTENTE SOCIAL À LUZ DA LEI DE REGULAMENTAÇÃO	39
2 EDUCAÇÃO ESPECIAL E SERVIÇO SOCIAL	45
2.1 EDUCAÇÃO ESPECIAL NO BRASIL: HISTÓRICO E MARCOS LEGAIS	46
2.2 A APAE NO BRASIL	52
2.3 O SERVIÇO SOCIAL E SUA INTERLOCUÇÃO COM A EDUCAÇÃO ESPECIAL	56
3 SERVIÇO SOCIAL NAS APAES DO VALE DO IVAÍ: DESAFIOS E LIMITES DO EXERCÍCIO PROFISSIONAL	62
3.1 AS APAES NO VALE DO IVAÍ	62
3.2 O EXERCÍCIO PROFISSIONAL DO SERVIÇO SOCIAL NAS APAE'S DO VALE DO IVAÍ/PR	66
3.2.1 Caracterização dos Entrevistados	66
3.2.2 A atuação do assistente social na Educação Especial: análises e reflexões	77
CONSIDERAÇÕES FINAIS	92
REFERÊNCIAS	99
APÊNDICE	103

INTRODUÇÃO

Vivemos em uma sociedade caracterizada por seu intenso processo de transformação. A movimentação histórica abriu e continua abrindo espaços ocupacionais para o assistente social. Espaços estes, que exigem novos conhecimentos e uma leitura atenta da realidade social.

Faz-se necessário tomar tempo para refletir e reafirmar o agir profissional nesses espaços que já foram conquistados e nos novos que estão surgindo. A compreensão das mediações que perpassam esses locais é fundamental para o desenvolvimento de um trabalho qualificado, que vise à garantia e efetivação dos direitos sociais.

O exercício profissional do assistente social passou por várias mutações ao longo dos tempos. A área era pensada nos primórdios como caridade, filantropia e benemerência, haja vista a não responsabilização por parte do Estado para com a área social, a qual era colocada como dever da sociedade civil. O Serviço Social surgiu na sociedade, ligado às mazelas trazidas pelo capitalismo selvagem. A partir de seu surgimento, a profissão foi passando por modificações, incorporando novos métodos e teorias, que possibilitaram aos mesmos, repensar suas ações.

Caracterizada como política pública, a conquista do direito a educação, foi resultado de mobilizações e lutas iniciadas pela sociedade. A participação de grande peso neste processo foi a da classe trabalhadora, que passou a reivindicar por direitos sociais.

No entanto, quando se fala na modalidade de educação especial observa-se que os processos pelos quais passou foram ainda mais desgastantes. A falta de iniciativa e resposta do Estado em prol de efetivar políticas sociais que garantissem a integração das pessoas com deficiência fez com que grupos e famílias chamassem para si essa responsabilidade.

Foi com a Constituição Federal de 1988 que a educação se tornou direito garantido a todos, sem exceção; o Estatuto da Criança e do Adolescente de 1990 preconizou essa afirmação em seu artigo 53º, junto à Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional datada de 1996, que também assegura em seu artigo 4º a garantia de educação às pessoas com deficiência.

No âmbito da educação especial, destacam-se os avanços garantidos pela Lei Federal nº 7.853 de 1989 e o Decreto nº 3.298 de 1999, ambos conferindo o acesso das pessoas com deficiência à educação especial como modalidade educativa que abrange a educação precoce, a pré-escola, as de 1º e 2º graus, a supletiva, a habilitação e reabilitação profissionais, com currículos, etapas e exigências de diplomação próprios.

A atuação do assistente social na modalidade de educação especial é algo que vem se construindo ao longo do tempo, dessa forma o exercício profissional dos mesmos também precisa passar por um processo de discussão e reafirmação quanto a sua atuação e importância.

Diante do exposto, este trabalho teve como objeto de estudo a busca pela compreensão de como ocorre à atuação do assistente social nas instituições de educação especial, tendo por *lócus* específico nesse estudo as Associações de Pais e Amigos dos Excepcionais (APAE) dos municípios do Vale do Ivaí.¹

Apresentado o objeto que se pretendeu estudar, o objetivo geral se concentra em compreender como a atuação do assistente social ocorre na educação especial (APAE), na região do Vale do Ivaí.

Os objetivos específicos deste trabalho pretendem dar conta de: discutir a atuação profissional (competências e atribuições privativas) à luz da lei de regulamentação da profissão; conhecer e discutir as demandas apresentadas a esse profissional na educação especial (APAE); apresentar as contribuições e desafios/limitações deste espaço sócio ocupacional, na visão dos profissionais.

Esta pesquisa justificou-se pelo fato de ter realizado estágio em um espaço onde me senti engajada, um campo onde me encontrei como futura profissional da área que escolhi, pois fui tocada pelo desejo de prosseguir, de descobrir mais sobre esse ensino especializado. Esse tempo de estágio, desde o final de dezembro de 2012, proporcionou-me uma oportunidade ímpar, além de constituir-se em um terreno fértil para as observação e práticas, as quais propiciaram a aquisição e produção de conhecimento. Como estagiária da Escola de ensino na modalidade especial Lúcia Braghirolli Rech, tive a possibilidade de fazer a ligação

¹ Para efeito de delimitação da pesquisa, utilizaremos o termo Vale do Ivaí para nos referir aos municípios integrantes da AMUVI (Associação dos Municípios do Vale do Ivaí), universo do qual extrairemos nossa amostragem.

entre a teoria apreendida na universidade com o exercício profissional vivenciado na instituição.

A origem da referida escola se deu por meio de dados levantados pela Assistente Social Nicéia Lemes Brandão, que viu a necessidade de se fundar a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais, na respectiva cidade. Mediante essa constatação, a comunidade se reuniu, no dia 17 de julho de 1984, dando origem à instituição.

Depois de formada a Associação e nomeada a Diretoria, tiveram início no dia 01 de agosto de 1984 as atividades da escola, que funcionavam de modo provisório no prédio da antiga Prefeitura Municipal. A escola atendia inicialmente a 19 educandos, contando com o trabalho voluntário de duas educadoras, uma atendente de educandos e uma responsável pelos serviços gerais.

Hoje a escola atende aproximadamente 110 alunos com Deficiência Intelectual moderada a grave, Transtornos Globais do Desenvolvimento e Deficiência Física Neuromotora-Associada às Múltiplas Deficiências.

Justifica-se por mais essas razões, então, o fato de que a atuação do assistente social, independente do espaço sócio ocupacional que seja, merece ser discutida e refletida, sob o risco de que se torne uma prática alienada e sem finalidade.

Mais ainda, quando nos deparamos com um campo no qual a figura do assistente social atua de maneira multidisciplinar com outras profissões, expondo ademais a necessidade de que esse assistente social tenha bem definido seus processos de trabalho de acordo com sua formação.

Compreender sua atuação (por meio do debate em torno das suas atividades, principais demandas, instrumentais técnico-operativos utilizados, qual respaldo teórico no cotidiano) torna-se um mecanismo de reflexão que possibilitará, futuramente, uma melhor intervenção desse assistente social no campo a qual está inserido.

Dessa forma, a questão central desta pesquisa girou em torno de responder como se efetiva essa atuação do profissional assistente social no espaço da educação especial. Considerando, inclusive, que esse campo – principalmente por conta das unidades da APAE – é responsável pela contratação de grande efetivo de profissionais do Serviço Social no Brasil hoje.

Assim sendo, leituras ofertadas na busca de compreender a dinâmica, estrutura e funcionamento da instituição, além da observação do exercício profissional do assistente social, despertaram em mim uma curiosidade maior, quanto à inserção do Serviço Social no contexto da educação especial.

A discussão a que me propus fazer teve por objetivo contribuir com o aprofundamento da clara compreensão deste espaço sócio ocupacional e do exercício profissional do assistente social na educação especial, garantindo assim a efetivação das ações desenvolvidas pelos mesmos, de modo a qualificar a intervenção profissional dos mesmos. Outro aspecto que despertou meu interesse, com relação a esse tema, se deve ao fato de atualmente existirem poucas literaturas a respeito desta esfera, quem sabe este questionamento, poderá levar ao desenvolvimento de produções científicas sobre a área, por parte dos profissionais que vivenciam este processo.

Este poderá também desmitificar visões dúbias que possam existir no imaginário dos outros profissionais, pois, ainda hoje fica evidente a existência de ranços que ligam a concepção do exercício profissional do assistente social do passado com a atualidade.

Desconstruir esse cenário conservador é de vital importância para o avanço da cidadania das pessoas com deficiência. A superação da ajuda e caridade mostra o quanto se avançou na conquista dos direitos sociais. Além de contribuir para a reflexão deste espaço.

Este trabalho se encontra dividido em dois momentos distintos, porém interligados. Na parte inicial concentrei-me na fase exploratória, na busca de bibliografias e autores que trouxessem à discussão a construção do Serviço Social, enquanto profissão inserida numa dinâmica social e técnica do trabalho, junto à construção da educação especial no Brasil e o papel do assistente social nesse campo.

O segundo momento deste trabalho se constituiu de numa pesquisa de campo, por meio de entrevista com os assistentes sociais que possuem como espaço sócio ocupacional a APAE. A região do Vale do Ivaí² é composta por 26

² A região onde se encontra situado o Vale do Ivaí, localiza-se geograficamente entre o Terceiro e o Segundo Planalto Paranaense, sendo sua área territorial de aproximadamente 8.196,59 km². Está microrregião é composta, pelos seguintes municípios: Apucarana, Arapuã, Ariranha do Ivaí, Bom Sucesso, Borrazópolis, Califórnia, Cambira, Cruzmaltina, Faxinal, Godoy Moreira, Grandes Rios, Ivaiporã, Jandaia do Sul, Jardim Alegre, Kaloré, Lidianópolis, Lunardelli, Marilândia do Sul, Marumbi,

municípios, no entanto, nem todos possuem a instituição APAE. Dentre esse universo, escolheu-se aqueles que possuem a unidade da APAE. Foram levantadas 15 entidades sendo que deste montante apenas 08 enviaram os questionários a tempo de serem analisados. Utilizou-se o questionário semiestruturado, buscando uma análise heterogênea dessa realidade.

A organização desse trabalho se encontra distribuída em três capítulos. O primeiro deles visa situar o leitor quanto às origens, à formação e à movimentação histórica pela qual passou o Serviço Social, discutindo-o enquanto especialização do trabalho.

O segundo capítulo versa sobre a construção da educação especial no Brasil, com destaque a inserção do Serviço Social neste espaço, juntamente ao contexto de surgimento da APAE (instituição escolhida para a análise e aplicação da pesquisa).

O último capítulo, por fim, apresenta o Serviço Social nas APAE's do Vale do Ivaí junto aos desafios e limites do exercício profissional. Nesse momento é apresentada a entrevista realizada junto às instituições, com as devidas reflexões sobre o tema levantado, com vistas a responder o problema central desse nosso estudo.

Espera-se que o estudo desenvolvido no decorrer deste percurso nos permita olhar de forma crítica para a realidade vivenciada pelo Serviço Social na educação especial (mais especificamente no espaço ocupacional da APAE). Também, espera-se que estas reflexões não terminem por aqui, mas que floresçam e encontrem terreno fértil onde existirem profissionais que se indagam quanto ao seu espaço e processo de trabalho.

Pois, como disse Albert Einstein, "*A mente que se abre para uma nova ideia jamais voltará ao seu tamanho original*".

1 SERVIÇO SOCIAL E EXERCÍCIO PROFISSIONAL

O Serviço Social surge enquanto profissão, circunscrito na divisão social e técnica do trabalho, como fruto das disparidades e desigualdades existentes entre as classes sociais na sociedade capitalista madura (NETTO, 2011a) – resultado da apropriação privada de uma classe sobre a outra, no que tange aos frutos do trabalho coletivo. (IAMAMOTO, 2012)

No intuito de amenizar as tensões existentes e que comprometiam a expansão capitalista, o Estado surge em cena, como organismo mediador do conflito existente entre as esferas, capital e trabalho. É nesse contexto que se lança mão de um profissional destinado a atuar diretamente sobre as mazelas inerentes ao sistema. (NETTO, 2011a)

Em cada país, o Serviço Social floresceu sob pilares e conjunturas específicas, visto as particularidades existentes em cada local. No Brasil, a profissão encontrou terreno fértil e propício para desenvolver-se, devido a um passado dependente economicamente e à forma como o mesmo adentrou na circulação capitalista.

Desde seu surgimento, vários foram os momentos vivenciados pela profissão em solo brasileiro, as características distintas que contemplam nossa história possibilitaram que o Serviço Social passasse por períodos de negação do antagonismo entre as classes sociais e da realidade social a momentos de contestação da ordem vigente. Todos esses aspectos contribuíram para a reflexão e posicionamento por parte dos profissionais, frente a uma nova forma de compreender suas protoformas, os elementos que compõem seu processo de trabalho, seu exercício profissional, sua ligação ética e política com os usuários demandantes de sua intervenção.

Assim sendo, datada do ano de 1993, a Lei nº 8.662 é vista como um instrumento de vital importância na luta e defesa do exercício profissional e dos espaços sócio ocupacionais dos assistentes sociais, pois a mesma regulamenta a profissão e dispõe nos artigos 4º e 5º as competências e atribuições privativas dos mesmos.

Os novos tempos demandam profissionais críticos e atentos às transformações que se fazem presentes no meio social, pois esta conjuntura de

mudanças abriu espaços para atuação profissional, em áreas que até então não se tinha conhecimento. Para se construir respostas que atendam às novas exigências, os assistentes sociais necessitam estar constantemente abertos para desvendar as possibilidades dadas pela da realidade. (IAMAMOTO, 2012)

1.1 SERVIÇO SOCIAL ENQUANTO ESPECIALIZAÇÃO DO TRABALHO: BREVES CONSIDERAÇÕES

1.1.1 Gênese do Serviço Social no Brasil

Encontramo-nos inseridos em um meio social caracterizado por sua não estaticidade. Assim sendo, compreender que esta sociedade é fruto de um movimento histórico constante, torna-se fundamental na busca por localizar o momento e as circunstâncias que possibilitaram o surgimento do Serviço Social como uma profissão socialmente necessária.

As profissões se desenvolvem e se solidificam na sociedade a partir do momento que surgem novas necessidades sociais, e a elas se procura responder, no intuito de solucioná-las. Processo semelhante ocorreu com o Serviço Social, pois ele se legitimou através das demandas e soluções apresentadas à realidade. (IAMAMOTO e CARVALHO, 2009).

Segundo Netto (2011a), as transformações que se processaram nas esferas, econômica, política, social e cultural, localizada no interior da sociedade capitalista, propiciaram a gênese de uma profissão voltada ao atendimento das mudanças advindas deste sistema.

De acordo com o mesmo, é na passagem do capitalismo concorrencial para o monopolista, datado de meados do século XIX ao século XX, que se observa o germinar de um terreno fértil para a emergência do Serviço Social. Seu momento particular de surgimento se deve ao fato deste estágio, revelar de forma mais profunda a exploração exacerbada feita à classe trabalhadora.

É somente na ordem societária comandada pelo monopólio que se gestam as condições histórico-sociais para que, na divisão social (e técnica) do trabalho, constitua-se um espaço em que se possam mover práticas profissionais como as do assistente social. (NETTO, 2011a, p. 73).

O referido autor ainda informa que a busca atenuante pelo aumento dos lucros por parte dos donos dos meios de produção resultou na eclosão da questão social. As desigualdades expressas nesse sistema demandaram a intervenção de um órgão competente, que regulasse a vida dos trabalhadores, a partir de então, fez-se necessário que o Estado atuasse nesse contexto, tendo como principal atividade a garantia de serviços mínimos, feita através de políticas sociais cujo objetivo seria (e é), manter a reprodução da vida dos trabalhadores. (NETTO, 2011a, p. 30).

Iamamoto e Carvalho (2009) comentam que no Brasil é por volta da década de 30 do século XX, que se abre espaço para a instauração da profissão de Serviço Social. Seu surgimento está intrinsecamente ligado às mazelas oriundas do modo capitalista de produção, definidas como “questão social”. Sendo esta entendida como:

O conjunto das expressões das desigualdades da sociedade capitalista madura, que tem uma raiz comum: a produção social é cada vez mais coletiva, o trabalho torna-se mais amplamente social, enquanto a apropriação dos seus frutos mantém-se privada, monopolizada por uma parte da sociedade. (IAMAMOTO, 2012, p.27)

Ainda, compreende-se a questão social como:

Expressões do processo de formação e desenvolvimento da classe operária e de seu ingresso no cenário político da sociedade, exigindo seu reconhecimento como classe por parte do empresariado e do Estado. É a manifestação, no cotidiano da vida social, da contradição entre o proletariado e a burguesia, a qual passa a exigir outros tipos de intervenção, mais além da caridade e da repressão. (IAMAMOTO e CARVALHO, 2009, p. 77).

Iamamoto e Carvalho (2009) comentam que, é possível observar o surgimento do Serviço Social vinculado aos mais variados segmentos da burguesia emergente. As transformações pela qual passou a sociedade brasileira revelavam a necessidade de se criar mecanismos que contivessem as reivindicações que

emanavam por parte da classe trabalhadora. É neste meio que entra em cena um novo protagonista, convocado para intervir diretamente sob esta demanda, sendo ele o assistente social.

A Igreja teve um papel de grande destaque, no que tange ao processo de formação profissional do Serviço Social. Destinado a uma parcela de moças pertencentes à alta sociedade, trouxe atrelado a si um profundo significado de ajuda e caridade, que perdurou por longas décadas, sendo fruto ideológico reproduzido no interior da classe trabalhadora. (IAMAMOTO e CARVALHO, 2009, p. 83).

A perda de poder que a Igreja Católica teve, por volta dos anos 30 da década de XX, sob diversos setores da sociedade, a enfraqueceu, por isso, era necessário conquistar novamente as posições que havia perdido. A entrada das ideias socialistas no país trouxe atrelada a si, uma grande preocupação por parte substantiva da Igreja, assim sendo, ela buscou se infiltrar em meio à classe trabalhadora, no intuito de reconquistar suas antigas posições. (Idem, p. 165-166)

A reorganização do bloco católico, que se faz com base na experiência e modelos já testados na Itália e França, terá por objetivo definido o enquadramento político e ideológico daqueles setores da população, a partir da ação das organizações do movimento católico leigo. (IAMAMOTO e CARVALHO, 2009, p. 214).

Para isto, ela uniu-se aos assistentes sociais, “[...] a Igreja oferecia as bases para que os assistentes sociais realizassem sua prática; em contrapartida, eles colocavam a sua prática a serviço da Igreja”. (MARTINELLI, 2010, p. 120). O Serviço Social vincula-se a Ação Social e a Ação Católica, e por um longo período de tempo, ele foi usado e moldado aos interesses da Igreja, que por sua vez, deixou de apenas observar o movimento da sociedade e decidiu adentrar, atuar e ganhar espaço nele. (IAMAMOTO e CARVALHO, 2009, p. 214).

Apesar de a profissão haver sido solicitada pelo Estado, ela teve como base para sua atuação as atividades propostas pela Igreja Católica, que sem circunscrever a questão social e as desigualdades existentes na sociedade capitalista, tratava o assunto por meio da moral.

Como aponta Netto (2011a, p. 70-71), o Serviço Social apresenta uma intensa semelhança no que tange a suas origens entre a relação de “continuidade e ruptura”. No que diz respeito à “continuidade”, liga-se às formas antigas de

assistência, vistas como caridade destinada aos pobres, relacionando-se, assim, com a Igreja Católica³.

Já a relação de “ruptura” existente na profissão, se respalda ao momento em que o Assistente Social se coloca realmente na condição de profissional assalariado, passando-se a cobrar deste, intervenções já postas e delimitadas por hierarquias superiores, que independiam de sua vontade. (NETTO, 2011a, p 71).

No ano de 1932, o Centro de Estudos e Ação Social de São Paulo (CEAS) instaura o Serviço Social no país. Seu intuito era o de reafirmar as obras filantrópicas praticadas pela classe alta da sociedade paulistana, com a interlocução da Igreja (doutrina social), qualificando assim, as intervenções que seriam desenvolvidas pelos sujeitos envolvidos neste processo, “As atividades do CEAS se orientarão para a *formação técnica especializada* de quadros para a ação social e a difusão da *doutrina social* da Igreja”. (IAMAMOTO e CARVALHO, 2009, p. 173, grifos da autora).

Ainda de acordo com os autores, estes afirmam que, sua realização contou com o apoio das seguidoras de Santo Agostinho, por conseguinte, ocorreu um “Curso Intensivo de Formação Social para Moças”, curso este destinado à preparação de mulheres para atuação social. O curso foi ministrado por Adèle de Loneux, assistente social advinda de Bruxelas (Bélgica).

Martinelli (2010) chama a atenção para o fato do público alvo deste curso se destinar a mulheres jovens católicas, oriundas de famílias abastadas da cidade de São Paulo e que estavam engajadas nos movimentos da Igreja. Esta foi à primeira iniciativa dada na construção do Serviço Social no Brasil, aliado à burguesia e tendo sua intervenção direcionada exclusivamente ao proletariado.

A referida autora comenta que, o Serviço Social brasileiro foi grandemente influenciado pelo modelo europeu, em sua intervenção profissional. E ainda discorre que a base de sustentação desse modelo pautava-se no ajustamento dos indivíduos. Influenciados pelas ciências sociais positivistas, estes consideravam que os problemas sociais eram frutos de más ações morais. Para tanto o controle

³“E tanto mais quanto a influência institucional da Igreja católica se manteve durante todo o período da profissionalização e mesmo quando esta já se consolida. A capacidade articuladora e coercionadora da Igreja, aqui, revelou-se extraordinariamente na medida em que ela não se limitou a disputar vigorosamente a direção ideológica do processo de profissionalização, mas especialmente empenhou-se em garanti-la mediante um *dispositivo organizativo* de incidência macroscópica – quanto a isto, é suficiente pensar em iniciativas como a *União Católica Internacional de Serviço Social*” (UCISS, de 1922). NETTO, 2011, p 71.

sobre os indivíduos deveria ser feito de forma efetiva, fosse pelo aparelho do Estado ou pela comunidade.

Diferentemente do modelo norte americano, que via as expressões da questão social, de forma fragmentada, individualizada e pulverizada, reduzidas a problemas particulares, que poderiam ser solucionadas através de uma reforma de caráter, o modelo europeu pregava o enquadramento dos indivíduos por meio de regras legitimadas pela burguesia. (MARTINELLI, 2010)

O problema existente nesses dois modelos reside na falta de compreensão sobre a realidade social. Eles não relacionavam que a exploração desmedida dos trabalhadores feita pelo sistema capitalista era o responsável pela apresentação dos problemas sociais.

Iamamoto e Carvalho (2009) apontam que no ano de 1936, inaugura-se a primeira Escola de Serviço Social, situada na cidade de São Paulo. A busca por mão-de-obra especializada, que atuasse sob as sequelas da questão social, fez crescer a contratação de assistentes sociais nos quadros técnicos das instituições.

Vale ressaltar ainda que de acordo com os autores mencionados, a ideologia presente pregava o domínio por parte da burguesia, configurando-se como um instrumento que servia a reprodução das relações sociais.

O Serviço Social surge como um dos mecanismos utilizados pelas classes dominantes como meio de exercício de seu poder na sociedade, instrumento esse que deve modificar-se, constantemente, em função das características diferenciadas da luta de classe e/ou das formas como são percebidas as sequelas derivadas do aprofundamento do capitalismo. (Idem, p. 19).

Iamamoto e Carvalho (2009, p. 221) relatam que, em 1937 na cidade do Rio de Janeiro instaura-se a segunda Escola de Serviço Social, também seguindo as linhas vigentes de formação profissional, que priorizava a moral. Dentre os critérios que acompanhavam o curso, fazia-se necessário “[...] ter 18 anos completos e menos de 40; comprovação de conclusão do curso secundário; apresentação de referência de 3 pessoas idôneas; submeter-se a exame médico”. Além do fato de que:

O Assistente Social deveria, assim: ser uma pessoa da mais íntegra formação moral, que a um sólido preparo técnico alie o desinteresse pessoal, uma grande capacidade de devotamento e sentimento de

amor ao próximo; deve ser realmente solicitado pela situação penosa de seus irmãos, pelas injustiças sociais, pela ignorância, pela miséria, e a esta solicitação devem corresponder as qualidades pessoais de inteligência e vontade. Deve ser dotado de outras tantas qualidades inatas, cuja enumeração é bastante longa: devotamento, critério, senso prático, desprendimento, modéstia, simplicidade, comunicabilidade, bom humor, calma, sociabilidade, trato fácil e espontâneo, saber conquistar a simpatia, saber influenciar e convencer etc. (Idem, 2009, p. 221).

Diante dessas exigências, pode-se notar o quanto a profissão encontrava-se voltada a parâmetros de ajuda e caridade. Este pensamento deitou raízes durante quase toda a trajetória da profissão. A visão a-histórica do surgimento dos problemas sociais impossibilitou e ainda hoje pode impossibilitar, enxergar o antagonismo de classe vigente nesta sociedade.

Ainda, de acordo com Iamamoto e Carvalho (2009), com a ascensão de Getúlio Vargas ao poder, criou-se em 1935, o Departamento de Assistência Social no Estado, onde representantes da sociedade civil estudavam e opinavam sobre a área. Em 1938 foi criado o Conselho Nacional de Serviço Social, que tinha por objetivo discutir e decidir quais seriam as instituições filantrópicas que iriam receber recursos do governo. E por fim tivemos, em 1942, a fundação da Legião Brasileira de Assistência. A LBA desenvolvia uma miscelânea de ações, que atendiam diversas áreas, a exemplo da distribuição de cestas básicas, atendimento a segmentos, que se caracterizavam como ações paliativas de cunho assistencialista.

O resultado desses posicionamentos e iniciativas, destituídos da correta compreensão sobre a profissão, levou a:

Práticas burocráticas, alienadas e reducionistas, destituídas de referencial histórico crítico, foram o resultado material de todo esse processo, marcado ainda por uma intensa des-solidarização da categoria profissional, que incidia tanto sobre seus próprios pares como sobre suas relações com outras categorias profissionais. (MARTINELLI, 2010, 135. Grifos da autora).

Sob a égide moral elaboram-se os Códigos de Ética de 1947, 1965 e 1975 que se pautavam na Doutrina Social da Igreja. Palavras como “desajustes”, “disfunção” e “desvio” da moral, marcaram este documento, visto que as expressões da questão social eram tidas e resolvidas pelo viés do âmbito individual, fragmentando-os e culpabilizando-os pelos fracassos. (CFESS, 2012).

1.1.2 Movimento de Reconceituação

O início da década de 1960 desponta na América Latina, diante de um intenso e caloroso cenário de mudanças, nas esferas política, econômica e social. Toda esta conjuntura afeta a sociedade como um todo, assim sendo, faz-se necessário repensar algumas práticas já institucionalizadas.

No Brasil, adentrávamos em um período ditatorial, marcado pela repressão a movimentos, cerceamento de direitos e equalização a expansão do grande capital. Segundo Netto (2011b p. 146), a busca por superar o subdesenvolvimentismo através da industrialização, corroborou para a transformação dos espaços sócio ocupacionais no qual se inseriam os assistentes sociais.

A consolidação de um novo mercado de trabalho, gerido pela autocracia burguesa, trouxe a emergência de novas questões e demandas para os profissionais de Serviço Social. A colocação do Estado ao lado dos interesses monopolistas demandou uma reorganização das políticas sociais, quanto sua aplicação e formulação. (NETTO, 2011b, p. 120).

De acordo com o referido autor, os frutos desta ação voltada em benefício do grande capital rebateram diretamente em quem se encontrava na linha de frente deste processo – a classe trabalhadora. A pauperização crescente e as sequelas advindas dessa orientação econômica, fizeram surgir a necessidade de uma intervenção profissional, que desse conta destas questões.

Este ainda afirma que os novos campos de atuação abertos para o exercício profissional do assistente social (sendo estes estatais ou privados) exigiram um posicionamento mais racional, diante das hierarquias e no trato com outros profissionais. Esta conjuntura mostrou a urgência de um profissional moderno, que respondesse de forma organizada a este novo contexto.

[...], no curso deste processo, mudou o *perfil* do profissional, demandado pelo mercado de trabalho que as condições novas postas pelo quadro macroscópico da autocracia burguesa faziam emergir: exige-se um assistente social ele mesmo “moderno” – com um desempenho onde traços ‘tradicionais’ são deslocados e substituídos por procedimentos ‘racionais’. (NETTO, 2011b, p. 123 grifos do autor).

Diante desse contexto, surge a iniciativa de se pensar a profissão por meio de um olhar mais crítico, buscando romper com o passado tradicional e conservador, antes dotado de uma reflexão superficial sobre o exercício profissional, no plano teórico e metodológico. A esse momento fundamental na história do Serviço Social, denominou-se de Movimento de Reconceituação.

No entanto, os processos de mudança que se configuram em nossa sociedade não ocorrem de forma linear, por serem justamente resultado do movimento histórico eles sofrem influência do meio social. Portanto, o Movimento de Reconceituação se caracterizou por buscar romper com as antigas bases da profissão, o que nas palavras de Silva e Silva (2011b, p. 100), foi “[...] a necessidade de construção de uma nova proposta de ação profissional, tendo em vista as demandas e os interesses dos setores populares [...]”.

A autora pontua que a aproximação com os setores populares da sociedade, e as demandas por eles apresentadas reafirmaram a urgência em se desvencilhar do passado tradicional, que concebia a intervenção profissional como neutra voltada para os problemas microsociais, sem se levar em conta o antagonismo presente de forma latente na sociedade. Entretanto, essa movimentação, no intuito de romper com o conservadorismo, ocorreu de maneira lenta e gradual, foi através dos debates e reflexões sobre a profissão em si, que se buscou legitimar esta construção.

O Movimento de Reconceituação vem, portanto, questionar as estruturas sociais, sugerindo um Serviço Social com uma prática vinculada às lutas e interesses das classes populares. Ao se estabelecer a possibilidade do vínculo da prática do Serviço Social com as classes populares, indica-se a perspectiva de transformação social enquanto exigência da própria realidade social, dada a situação de dominação e exploração político-econômica em que vivem essas classes. Tal perspectiva implica, para o Serviço Social, colocar como horizonte de sua prática o movimento de transformação da própria realidade. (SILVA E SILVA, 2011, p. 121).

Todo este quadro de mudanças só foi possível, como Netto (2011b p. 153) aponta, pela organização da entidade que reuniu profissionais e docentes, seguida pela sua chegada a universidade, finalizando com sua expansão para os órgãos de representação legítima da categoria profissional.

O caminho percorrido na tentativa de romper com o tradicionalismo, assumiu três direções, conforme aborda o autor, sendo elas: a perspectiva

modernizadora, reatualização do conservadorismo e a intenção de ruptura. Todas elas retrataram certo grau de maturidade pela qual a profissão foi passando.

A primeira direção tomada, no interior do movimento de acordo com Netto (2011b) foi à perspectiva modernizadora, que ganhou consistência a partir do primeiro “Seminário de Teorização do Serviço Social”, ocorrido no ano de 1967 em Araxá (MG). As considerações feitas neste espaço resultaram em um segundo encontro na cidade de Teresópolis (RJ), promovido pelo CBCISS⁴.

Como constam nos anais da história deste país, o setor econômico caracterizava-se por sua dependência e atraso, o subdesenvolvimento se fazia presente, o que impedia o crescimento da esfera financeira. Neste período marcado pela ditadura, buscou-se alavancar e modernizar o país. Para tanto, utilizou-se do profissional de Serviço Social para chegar ao desenvolvimento.

“Essa vertente se caracteriza pelo esforço de tornar o Serviço Social uma profissão capaz de contribuir para o processo de desenvolvimento do país, entendido como superação do atraso pela busca do progresso, do moderno.” (SILVA e SILVA, 2011, p. 131).

Netto (2011b) aponta que a teoria no qual essa direção se embasou foi o positivismo, mas especificamente a vertente estrutural-funcionalista norte americana, que concebia a sociedade como um corpo harmônico, sendo os problemas sociais vistos pela ótica individualista, onde a análise macroscópica era inexistente.

Silva (1998) informa que, o Documento de Araxá foi resultado da participação de 38 assistentes sociais, advindos das diversas regiões do país, tendo estes à ocupação de docentes, supervisores e profissionais com elevado conhecimento sobre o exercício profissional.

Diante do proposto pelo seminário, que era refletir sobre a teoria que embasava a profissão, torna-se evidente que neste documento tal objetivo não foi alcançado. A autora relata que é possível encontrar vácuos neste processo, a exemplo:

- o Documento não explicita uma visão histórica do homem latino-americano e brasileiro a partir de nossa formação marcada pelo colonialismo;

⁴ Centro Brasileiro de Cooperação e Intercambio de Serviços Sociais.

- o Documento não explicita uma análise da realidade brasileira, um diagnóstico dos contextos nacional, regional e local que possam subsidiar cientificamente intervenção do Serviço Social;
- o Documento não explicita os vínculos de um projeto de promoção humana a uma reflexão econômica e política;
- o Documento não explicita ou se posiciona, claramente quanto à natureza do Serviço Social, isto é, enquanto ciência, técnica, arte;
- o Documento não explicita as relações micro e macro de atuação do Serviço Social para a integração no processo de desenvolvimento;
- o Documento não aborda as formas operacionais para a transformação de estruturas;
- o Documento não define precisamente o objeto do Serviço Social. (SILVA, 1998, p. 162).

Assim sendo, o Documento deixa explícito que “[...] *não há rompimento*: há a captura do ‘tradicional’ sobre novas bases”. (NETTO, 2011b, p. 168 grifos do autor). No entanto, este foi o despertar de um longo processo, na busca por romper com o passado conservador.

Ainda de acordo com o referido autor, no ano de 1971, acontece em Teresópolis (RJ), um novo encontro realizado agora por 33 assistentes sociais. Neste momento a pauta em questão visa discutir a metodologia do Serviço Social; um dos grandes nomes deste momento foi José Lucena Dantas, que com suas reflexões auxiliou no amadurecimento sobre a cientificidade e metodologia da profissão.

Mantinha-se ainda a busca por transformar o assistente social em um profissional, que contribuísse para o progresso do país, enquadrando os mesmos aos moldes da modernização, cujo cunho era o conservadorismo. (NETTO, 2011b)

Segundo o autor a aproximação com as ciências sociais exigiu conhecimentos além das tradicionais disciplinas ministradas anteriormente. A postura adotada no Documento de Teresópolis colocava em voga a “requalificação profissional”, visto que as mudanças societárias demandavam uma revisão sobre as práticas já institucionalizadas, no âmbito técnico-instrumental.

Influenciados por um meio que tinha por objetivo o desenvolvimento do Brasil, as propostas lançadas por estes dois seminários, e que permearam a perspectiva modernizadora, visavam capacitar o profissional de Serviço Social para atender às novas questões que eclodiam nesse espaço.

Com a realização do Seminário de Sumaré no ano de 1978 (SP), e do Seminário do Alto da Boa Vista em 1984 (RJ), ocorre o deslocamento da perspectiva

vigente até então, instaurando-se outra direção ao Movimento de Renovação do Serviço Social: a reatualização do conservadorismo. A perda de hegemonia e da direção modernizadora abriu caminho para que entrasse em cena uma nova vertente. (NETTO, 2011b, p. 193).

O autor (2011b, p. 196-197 grifos do autor) comenta que é possível observar nos Documentos de Sumaré e do Alto da Boa Vista, “[...] a extrema *pobreza teórica* que exibiam, em comparação com a discussão simultaneamente operada nos foros acadêmicos, culturais e políticos da profissão e fora dela”. Assim sendo, estes, caracterizam-se por sua defasagem no que tange à questão teórica.

Ainda de acordo com Netto (2011b), uma das representantes de grande peso deste momento foi Anna Augusta de Almeida, que ao apresentar sua tese de docência possibilitou refletir sobre uma nova direção para o Serviço Social. O suporte teórico adotado por esta vertente foi à fenomenologia⁵. Conforme demonstra o autor, esta matriz não era muito difundida e conhecida pelos assistentes sociais brasileiros, além de ressaltar sua recusa ao positivismo⁶.

O que se observa dessa direção é que ela procurava recharacterizar o passado conservador da profissão, nos dizeres do autor está ganha uma “nova roupagem”. Sua análise encontra-se desconectada dos antagonismos existentes entre as classes sociais e sobre as formas de controle utilizadas pelos organismos para suprimir a classe trabalhadora. Por conseguinte, a intervenção microsocial dos profissionais continuava em voga, impedindo a ampliação sob os horizontes macrossociais, “[...] a *‘nova proposta’ não desborda o terreno do tradicionalismo profissional*”. (NETTO, 2011b, p. 244, grifos do autor). A reatualização do conservadorismo trouxe entrelaçada a si, mas sob uma nova modelagem, os traços tradicionais da profissão juntamente com a herança do pensamento católico.

Netto (2011b) pontua que a terceira e última tendência constituída no Movimento de Renovação da profissão foi à intenção de ruptura. Nascida no espaço universitário, especificamente na Escola de Serviço Social da Universidade Católica de Minas Gerais, que tem o intuito de romper de vez com o conservadorismo, colocando-se ao lado dos movimentos existentes na sociedade.

⁵ Ver de José Paulo Netto, Ditadura e Serviço Social uma análise do Serviço Social no Brasil pós – 64, a partir da página 208 a 216, o autor faz uma discussão mais profunda sobre a fenomenologia.

⁶ Recomenda-se a leitura de Serviço Social e Positivismo, da Revista Serviço Social & Sociedade (nº 24, 1987), texto de Ana Cristina de Souza Vieira.

Como informa Netto (2011b p. 251), este espaço configurou-se como fundamental para o desenvolvimento da proposta, visto que os profissionais que lá se encontravam gozavam de um tempo maior para se dedicar ao estudo e à pesquisa, diferentemente do cotidiano nas instituições, onde acabava não se tendo tempo para reflexões sobre as questões pertinentes à profissão.

O autor chama a atenção para o fato de que esta tendência passou por três momentos que propiciaram sua ascensão. O primeiro deles foi o de “emersão”, situado entre os anos de 1972 e 1975, quando se elaborou o “Método de Belo Horizonte”, pela Escola de Serviço Social da Universidade Católica de Minas Gerais.

Com equívocos maiores ou menores, aquele trabalho configurou a primeira elaboração cuidadosa, no país, sob a autocracia burguesa, de uma proposta profissional alternativa ao tradicionalismo preocupada em atender a critérios teóricos, metodológicos e interventivos capazes de aportar ao Serviço Social uma fundamentação orgânica e sistemática, articulada a partir de uma angulação que pretendia expressar os interesses históricos das classes e camadas exploradas e subalternas. (NETTO, 2011b, p. 275).

Assim sendo, o Método de BH (como ficou conhecido), foi lançado como “uma alternativa global ao tradicionalismo”, onde se propunha para além da discussão sobre o exercício profissional, fornecer o aporte teórico e metodológico acadêmico. (Idem, p. 276).

De acordo com o referido autor as fontes recorridas para compreender a realidade social brasileira, foram extraídas de autores marxistas, estes eram estudiosos que leram as obras originais de Marx, fizeram sua interpretação e escreveram sobre, por isso, erros de interpretação não eram incomuns, visto que se o que se tinha no momento eram fontes secundárias.

Como resultado deste movimento, os principais intelectuais que contribuíram para a formulação deste método, foram demitidos devido à conjuntura ditatorial. (NETTO, 2011b)

No entanto, conforme relata o autor quando se explicita o segundo momento, que é o da “consolidação acadêmica”, o Método de BH ressurgiu no espaço universitário, frente às produções dos estudantes em níveis de graduação e pós-graduação, no início dos anos de 1980.

As reflexões produzidas por Marilda Vilela Iamamoto respaldam-se na pesquisa as fontes originais de Marx, por meio deste, Marilda situa o Serviço Social, enquanto profissão demandada pelo sistema capitalista, ou seja, inscrita nas relações sociais. Estas análises possibilitaram compreender o movimento que se faz presente na sociedade, desvendando as nuances da profissão.

O último momento desta perspectiva foi à expansão da intenção de ruptura para a categoria profissional. A configuração dos processos que permearam a busca por um Serviço Social mais crítico, atento à realidade brasileira, munido de um arcabouço teórico e metodológico condizente com a compreensão macroscópica da sociedade, foram frutos do próprio amadurecimento dos profissionais.

Cabe salientar que a partir do enfraquecimento do poder político militar no país, os profissionais resolvem por adotar essa vertente de cunho marxista como hegemônica no interior da profissão. Tal fato se consolidou com o III Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais, em 1979.

A partir de então, a categoria rompe de vez com o tradicionalismo profissional, fazendo uma opção ético-político de atender aos interesses da classe trabalhadora.

Avanços e retrocessos aconteceram no interior do movimento, porém, todos foram válidos e necessários. Depois dessas reflexões tivemos posteriormente a 1982, pela ABESS⁷, a criação de um currículo mínimo para o Serviço Social, voltado a uma formação acadêmica mais reflexiva e crítica.

Utilizando ainda uma metodologia crítica, que considera a necessidade da compreensão totalitária dos fatos, dando margem ao fim de análises neutras e fundadas a partir de uma concepção abstrata, acrítica e a histórica de homem.

1.2 PROCESSOS DE TRABALHO DO ASSISTENTE SOCIAL

O efervescente contexto de mudança, presente na sociedade brasileira, procedente desde a década de 1960 e que continuou nas décadas seguintes, possibilitou aos profissionais, refletirem sobre a realidade social, de forma mais ampla. O resultado do processo de Renovação do Serviço Social permitiu o

⁷ Associação Brasileira de Escolas de Serviço Social.

rompimento (em partes), com as práticas conservadoras, assistencialistas, a-histórica e desvinculada da conjuntura macroscópica.

O debate ocorrido no interior da profissão despertou nos assistentes sociais a busca por respostas, que correspondessem as atuais indagações levantadas, dentro deste novo momento. A produção de materiais científicos sobre a área pautada na perspectiva sócio histórica propiciou debates até então pouco existentes neste meio, a aproximação com o marxismo revelou as amarras que ligam o surgimento do Serviço Social à sociedade capitalista, até a forma como esses profissionais intervinham nas atividades cotidianas a eles demandadas.

Um dos fragmentos destas intensas análises sobre a profissão, dizem respeito aos processos de trabalho, que envolvem o exercício profissional do assistente social. O constante questionamento quanto à utilidade do Serviço Social; e o que realmente faz este profissional, derivou na tentativa de compreender os componentes que envolvem a profissão e este processo.

[...] pensar a profissão é também pensá-la como fruto dos *sujeitos que a constroem e a vivenciam*. Sujeitos que acumulam saberes, efetuam sistematizações de sua “prática” e contribuem na criação de uma *cultura profissional*, historicamente circunscrita. Logo, analisar a profissão supõe abordar, simultaneamente, os *modos de atuar e pensar* que foram por seus agentes incorporados, atribuindo visibilidade às bases teóricas assumidas pelo Serviço Social na leitura da sociedade e na construção de respostas à questão social. (IAMAMOTO, 2012, p. 57-58. Grifos da autora).

Desta forma, como aponta Iamamoto (2012, p. 58), ao voltar os olhos para a profissão, tornou-se evidente o fato de que, sua base de sustentação encontra-se acoplada aos profissionais, estes por sua vez possuem leituras diferenciadas de mundo, assim sendo, imprimem e constroem uma identidade profissional.

Para tanto, antes de qualquer aprofundamento sobre os processos de trabalho do assistente social⁸, faz-se necessário compreender o significado do que vem a ser considerado trabalho. Segundo Marx, trabalho é “[...] um processo entre o homem e a natureza, um processo em que o homem por sua própria ação media,

⁸ De acordo com Iamamoto (2012, p. 107), utiliza-se a expressão “processos de trabalho do assistente social”, visto que a [...] denominação de ‘processos de trabalho do *Serviço Social*’ nos documentos da ABESS representou um deslize, uma vez que o trabalho é atividade do sujeito e não da profissão, como instituição.”

regula e controla seu metabolismo com a natureza.” (1983, p. 149). Portanto, trabalho caracteriza-se pela interferência do homem na natureza, este se aproveita de seu intelecto e seu físico, para modificar a natureza, sendo um processo dialético, visto que, ao modificar a natureza o homem se modifica também.

Diferentemente dos animais que procuram satisfazer suas necessidades mais imediatas e urgentes de sobrevivência, o homem primeiro projeta em sua mente a atividade que irá executar, sendo assim ele atua no intuito de formular e construir os meios e instrumentos necessários para, satisfazer seus anseios. (Marx & Engels, 1993, p. 39-40 apud DUARTE, 2009).

“Por meio do trabalho o homem se afirma como ser criador, não só como indivíduo pensante, mas como indivíduo que *age* consciente e racionalmente. Sendo o trabalho uma atividade prático-concreta e não só espiritual, opera mudança tanto na *matéria* ou no objeto a ser transformado, quanto no *sujeito*, na subjetividade dos indivíduos, pois permite descobrir novas capacidades e qualidades humanas”. (IAMAMOTO, 2012, p. 60. Grifos da autora).

Ao construir em sua mente a atividade a ser executada, o homem passou a elaborar os processos de trabalho necessários, para que tal objetivo fosse alcançado. Os elementos fundantes e que o compõem são: a matéria-prima, os instrumentos que possibilitam a construção de determinado objeto, e a atividade humana que resultará em um produto.

Para que se possa melhor visualizar este procedimento segue a título de exemplo uma ilustração: para que um homem produza uma cadeira, primeiramente ele deverá buscar a matéria-prima, sendo esta a madeira, o homem precisará se utilizar dos instrumentos que darão forma à cadeira. Este, para conseguir a madeira terá de derrubar a árvore, usando para isso os meios necessários (machado, motosserra, foice, serrote, entre outros), configurados como instrumentos, os quais possibilitarão realizar seu objetivo. Em seguida sua ação incidirá no intuito de transformar as tábuas uniformes no produto desejado, sendo que o resultado final desse processo será a cadeira.

O exemplo acima supracitado ilustra as fases que compõem os processos de trabalho. Assim sendo, esses elementos encontram-se presentes também no exercício profissional do assistente social. Toda profissão incide sua ação em cima

de determinado objeto, desta forma, cabe aos profissionais se apropriarem da realidade que permeia a matéria-prima de seu trabalho.

O objeto de trabalho que demanda a intervenção profissional do assistente social é a “questão social”. Por isso, faz-se necessário ter um extenso conhecimento da realidade social, para assim, detectar de forma nítida sua matéria-prima, ou seja, a questão social e suas múltiplas expressões. (IAMAMOTO, 2012, p. 62).

O formato estrutural no qual se encontra organizada a sociedade capitalista fez emergir a necessidade de profissionais que atuem sobre as disparidades existentes entre as classes sociais, oriundas deste sistema. Para tanto, lamamoto (2012) afirma, sobre a necessidade dos profissionais desenvolverem um olhar atento, que identifique os constantes ciclos de mudanças. Compreender a forma como se gestam essas mudanças e como os indivíduos as vivenciam é fundamental para a formulação de um trabalho qualitativo.

A autora (2012) aponta que a falta de conhecimento sobre o objeto de trabalho impede os profissionais de ser e operar como sujeitos centrais que conduzirão a mudança.

O desconhecimento da matéria-prima de seu trabalho contribui para que o profissional deixe de ser sujeito de suas ações e consciente dos efeitos que elas possam provocar nos processos sociais e das múltiplas expressões da questão social. (IAMAMOTO, 2012, p. 101).

Cabe aos assistentes sociais terem pleno conhecimento da matéria-prima que circunda seu trabalho, independentemente do espaço sócio ocupacional no qual se encontre inserido. Em cada local de trabalho será realizado um recorte do público alvo a ser atendido, podendo se apresentar uma ou múltiplas expressões da questão social em especial. Portanto, é dever do profissional identificá-la, só assim, ele saberá o território em que está adentrando e quais as necessidades dessa população. O conhecimento apurado de seu objeto de trabalho possibilitará ao mesmo desenvolver ações mais efetivas e condizentes com o contexto social vivenciado pelos usuários.

Identificada à matéria-prima, surgirá à necessidade de intervir sobre ela utilizando-se para isso dos instrumentos. Quando um médico constata uma determinada doença em seu paciente, o passo seguinte do tratamento será a

apresentação dos meios que a eliminem. Para que tal objetivo seja alcançado, o médico usará os instrumentos disponíveis e que, neste caso em específico, podem ser: cirurgias, exames laboratoriais, medicamentos, entre outros meios. Processo semelhante ocorre com as demais profissões, pois, cada uma delas possui os instrumentos necessários para intervir sobre seu objeto.

Mas então, quais são os instrumentos empregados pelos assistentes sociais em seu exercício profissional?

Iamamoto (2012, p. 62) relata que os instrumentos de trabalho do assistente social não consiste apenas na elaboração de laudos, pareceres, estudos sociais, ou então a execução de visitas domiciliares, institucionais, reuniões, entrevistas, entre outras infinitudes de instrumentos. Mas a autora chama a atenção, para o fato de que o conhecimento teórico adquirido pelo assistente social, durante sua formação, é parte também dos instrumentais.

As bases teórico-metodológicas são recursos essenciais que o Assistente Social aciona para exercer seu trabalho: contribuem para iluminar a leitura da realidade e imprimir rumos, a ação, ao mesmo tempo em que a moldam. Assim, o conhecimento não é só um verniz que se sobrepõe superficialmente à prática profissional, podendo ser dispensado; mas é um meio pelo qual é possível decifrar a realidade e clarear a condução do trabalho a ser realizado. Nessa perspectiva, o conjunto de conhecimentos e habilidades adquiridos pelo Assistente Social ao longo do seu processo formativo são parte do acervo de seus meios de trabalho. (Idem. Grifos da autora).

Para a autora, é no decorrer do processo de formação que o acadêmico de Serviço Social apreende o movimento vivenciado pela profissão, desde seu surgimento até seu momento atual, por conseguinte, toda essa leitura da realidade social e dos conhecimentos adquiridos devem ser vistos como fundamental para a realização de um bom trabalho.

Segundo Iamamoto (2012) e Raichelis (2011), o Serviço Social é concebido na sociedade capitalista como uma profissão liberal. Por profissional liberal entende-se que este dispõe dos meios/instrumentos, conhecimentos e liberdade ao exercer sua intervenção profissional. No entanto, como apontam as referidas autoras, este fato não é prática corriqueira no interior da profissão, visto que os assistentes sociais não têm ao seu dispor todos os instrumentos necessários para que tal atividade seja efetuada.

O assistente social é um trabalhador assalariado, portanto, encontra-se inserido no mercado de trabalho, “[...] o trabalho do assistente social é tensionado pela relação de compra e venda de sua força de trabalho especializada.” (RAICHELIS, 2011, p. 428). Este profissional não dispõe de todos os instrumentos necessários para sua intervenção.

[...] o assistente social não *detém todos os meios necessários para a efetivação de seu trabalho: financeiros, técnicos, e humanos necessários ao exercício profissional autônomo.* (IAMAMOTO, 2012, p. 63. Grifos da autora).

E ainda:

São os empregadores que fornecem instrumentos e meios para o desenvolvimento das tarefas profissionais, são as instituições empregadoras que têm o poder de definir as demandas e as condições em que deve ser exercida a atividade profissional: o contrato de trabalho, a jornada, o salário, a intensidade, as metas de produtividade. (RAICHELIS, 2011, p. 428).

Ao adentrar em seu espaço de trabalho, o profissional já recebe as atividades que terá de executar de forma pré-estabelecida, é também seu órgão empregador que disponibiliza os recursos necessários para que a ação proposta possa se concretizar. (IAMAMOTO, 2012).

Detectada a matéria-prima e os instrumentos de trabalho, entra em cena a atividade humana deste profissional. O Serviço Social é uma profissão inserida na divisão sócio-técnica do trabalho, por conseguinte, a condição de assalariamento dado aos profissionais lhe impõem o cumprimento de requisitos vigentes nestas instituições.

Iamamoto (2012) relata que o assistente social possui sua força de trabalho, no entanto, está só se transforma em trabalho quando devidamente solicitada, interligada aos meios que possibilitam sua efetivação. Somente quando há as condições necessárias para que este processo se efetive de forma harmônica é que há a realização do trabalho.

Este profissional que executa as ações tem uma história subjetiva, cada sujeito possui suas particularidades e contextos de vida diferenciados, por isso, o desenho e a imagem de como o mesmo enxerga sua profissão dita sua postura social e seu exercício profissional. (RAICHELIS, 2011.).

Ao serem colocados em ação todos os elementos anteriores, o resultado final será um produto específico. Voltando-se para a análise do Serviço Social, este pode ser talvez, um dos componentes mais complexos de se elucidar. Portanto, dentre os mais heterogêneos espaços sócio ocupacionais onde o assistente social se faz presente, torna-se de vital importância perceber qual tem sido o produto de seu trabalho.

Iamamoto (2012, p. 67-68) informa que o trabalho do assistente social tem uma utilidade social, pois o mesmo interfere na sociedade, através de seus conhecimentos e valores, além dos efeitos que ele exerce na vida da classe trabalhadora, influenciando diretamente na produção da força de trabalho destes.

[...] o trabalho do assistente social tem um efeito nas condições *materiais e sociais* daqueles cuja sobrevivência depende do trabalho. Em outros termos, tem um efeito, no *processo de reprodução da força de trabalho*, que é a única mercadoria que ao ser colocada em ação, ao realizar trabalho, é fonte de valor, ou seja, cria mais valor do que custou. (IAMAMOTO, 2012, p. 67. Grifos da autora).

Muitas vezes os profissionais em seus mais diversificados espaços ocupacionais têm dificuldade em visualizar o resultado de suas ações (o produto), desta forma, consideram-se como menos importantes dentro das instituições no qual atuam, além de não se reconhecerem neste processo. Por isso, é preciso ter pleno conhecimento dos componentes que envolvem seu processo de trabalho, para assim, efetuar suas atividades de forma qualitativa.

1.3 ESPAÇOS SÓCIO OCUPACIONAIS DO ASSISTENTE SOCIAL

Os condicionantes sócio-históricos que possibilitaram a emergência de espaços ocupacionais a profissionais, solicitados para intervir sobre as sequelas advindas da ordem capitalista (questão social) no passado, continuam no presente assim o fazendo, sendo esta abertura resultado das profundas transformações que se processaram e das que continuam em andamento.

As questões que eram demandadas aos assistentes sociais, no início da institucionalização do Serviço Social enquanto profissão, não são idênticas às que

se apresentam hoje. Por conseguinte, os diversificados momentos históricos propiciaram (e ainda propiciam), o surgimento de novos locais, no qual se necessita da atuação deste profissional.

A busca atenuante por parte dos proprietários dos modos de produção em aumentar a mais-valia, resulta em constantes reestruturações na forma como se organiza o trabalho. Ao interferir na reconfiguração deste processo, espraia-se para além dos muros fabris, mudanças e consequências dele advindas, atrelado ao fato do trabalho ser uma questão central na sociedade capitalista, os indivíduos trazem essas transformações extra muro para suas relações, assim sendo, as formas como o trabalho se organiza, encontram-se “[...] inseparáveis de um modo específico de viver e de pensar e sentir a vida”. (GRAMSCI apud HARVEY, 1994, p. 121).

O período histórico em que começaram a ocorrer às transformações no mundo do trabalho se situa em meados da década de dez do século XX. Harvey (1994) informa que, através de estudos realizados pelo engenheiro norte-americano Frederick Taylor, desenvolveu-se no interior das fábricas uma nova forma de se organizar o trabalho. Houve uma ruptura entre o trabalho intelectual e o físico, as etapas do processo de trabalho passaram a ser fracionadas exigindo-se dos trabalhadores a execução de tarefas mecânicas. Como consequência, o trabalhador se viu alienado do fruto de seu trabalho, não mais se reconhecendo neste processo.

[...] a produtividade do trabalho podia ser radicalmente aumentada através da decomposição de cada processo de trabalho em movimentos componentes e da organização de tarefas de trabalho fragmentadas segundo padrões rigorosos de tempo e estudo do movimento [...] (Idem, ibidem).

Segundo o autor, em 1914, este sistema foi implantado com alguns aperfeiçoamentos, na linha de montagem de Henry Ford, os elementos que o compunham eram: a produção em série, o uso de esteiras que levou o objeto de trabalho até o operário, resultando em um ganho de produtividade, além do controle do tempo e dos movimentos feitos através de um cronômetro.

Os anos fecundos e propícios deste modo de se organizar o trabalho, conhecido como fordismo⁹, se encerrou em meio às crises vigentes entre o período

⁹ Para uma leitura mais profunda sobre a forma como se organizou este momento, recomenda-se a leitura do livro *A Condição Pós – Moderna – uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural*, a partir da página 121, de David Harvey. São Paulo, Ed Loyola, 1994.

de 60 a 70 do século XX. Diante do contexto de mudanças que ocorriam nas esferas política, econômica, e social a rigidez do fordismo tornou-se um empecilho para o avanço do capitalismo.

No entanto, conforme Antunes (1999) aponta, surge no Ocidente uma nova forma de se organizar a produção, conhecido como Toyotismo¹⁰. Nele a produção é voltada diretamente para a demanda, não se trabalha mais com produção em massa, pois, se viu a necessidade de atender aos pedidos do mercado interno que procurava por produtos diferenciados e em pequenas quantidades.

Neste modelo, o trabalhador necessita ser flexível e polivalente, pois, precisa manusear várias máquinas ao mesmo tempo, trabalha-se com um número pequeno de trabalhadores, que são expandidos através de horas extras, ou por meio da contratação temporária, o que nas palavras de Antunes: “[...] trata-se de um processo de organização do trabalho cuja finalidade essencial, real, é a *intensificação das condições de exploração da força de trabalho* [...]”. (Idem, 1999, p. 54. Grifos do autor).

Realizar a correta leitura da conjuntura que envolve as transformações societárias é essencial para a compreensão dos espaços ocupacionais do assistente social. Assim sendo, o quadro acima descrito revela que as alterações que vêm ocorrendo no mundo trabalho, a partir do século XX, provocaram mutações em todos os âmbitos e áreas da sociedade, alargando ainda mais as desigualdades vigentes neste sistema.

Iamamoto (2012) afirma que outro fator contributivo para o avanço das disparidades sociais foi à entrada da política neoliberal, nela o Estado enxugou-se para a área social, destinando toda sua atenção e orçamento para o capital. Resultado deste processo, o que se presenciou e presencia é a segmentação, fragmentação e pulverização das políticas sociais. A autora ainda afirma que as transformações que ocorrem nos espaços ocupacionais são:

[...] indissociáveis dos processos da reestruturação produtiva e gerencial das empresas, da intensificação e desregulamentação do trabalho, da investida contra a organização dos trabalhadores. Tais mudanças vêm ocasionando a perda de direitos e conquistas sociais

¹⁰ Ver de Ricardo Antunes, Os Sentidos do Trabalho – ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho, a partir da página 49.

históricas, impulsionadas pela reorganização do Estado segundo os preceitos liberais. (IAMAMOTO, CFESS 2012, p. 35)

Como consequência de todas essas mudanças, nota-se a ampliação da questão social e suas múltiplas expressões, fator preponderante para a abertura de novos espaços ocupacionais para os profissionais, que incluem no movimento a não exclusividade do Serviço Social, ou seja, o atual momento oferta novas possibilidades para que todas as profissões se expandam.

[...] o período histórico em que estamos situados marca-se por transformações societárias que afetam diretamente o conjunto da vida social e incidem fortemente sobre as profissões, suas áreas de intervenção, seus suportes de conhecimento e de implementação, suas funcionalidades etc. (NETTO, 1996, p. 87).

O autor comenta que, as demandas existentes no contexto brasileiro, possibilitam a profissão continuar crescendo, levando em consideração seu passado arcaico e dependente, além da forma como o país adentrou no circuito capitalista, que evidenciou ainda mais as características negativas deste sistema.

A dinâmica das relações capitalistas no marco nacional (periférico e heteronômico), as implicações da brutal concentração da propriedade e da renda, os padrões arraigadamente estabelecidos de inclusão/exclusão social, os profundos impactos de uma urbanização veloz e inteiramente descontrolada, a ruptura acelerada de relações familiares tradicionais, o perfil demográfico do país, a necessidade de mecanismos de cobertura e proteção macro e microssociais em larga escala – tudo isso concorre para construir um quadro societário que, objetivamente, garante espaço aos assistentes sociais [...]. (FALEIROS, 1993, p. 126 e ss, apud NETO, 1996, p. 115)

Os frutos destas transformações levam os assistentes sociais a buscar estratégias para a ordem estabelecida, não existe um receituário pronto, que identifique as demandas e apresente resoluções para os profissionais. Iamamoto (2012) aponta que cabe ao Serviço Social ampliar seu olhar e romper com os limites que existem ao redor de si mesmo, que é preciso fazer novas descobertas, tomar tempo para refletir sobre seu exercício profissional e sobre a realidade que o circunda, para assim compreender o movimento do real, buscando soluções para as novas demandas que surgem.

Cada espaço sócio ocupacional apresentará e demandará uma forma específica de responder as questões vigentes, portanto, frente aos mais diferenciados espaços, os profissionais terão de demonstrar um conhecimento apurado da realidade, que seja capaz de proporcionar respostas satisfatórias, frente às demandas já existentes e das novas que estão surgindo, caracterizando-se em um desafio para o profissional de Serviço Social, assim sendo, este espaço “[...] não pode ser tratado exclusivamente na ótica das *demandas já consolidadas socialmente* [...]”. (IAMAMOTO, 2009a p. 04. Grifos da autora). Portanto:

Um dos maiores desafios que o Assistente Social vive no presente é desenvolver sua capacidade de decifrar a realidade e construir propostas de trabalho criativas e capazes de preservar e efetivar direitos, a partir de demandas emergentes no cotidiano. (IAMAMOTO, 2012, p. 20, Grifos da autora).

Além do fato de que:

(...) as possibilidades estão dadas na realidade, mas não são automaticamente transformadas em alternativas profissionais. Cabe aos profissionais apropriarem-se dessas possibilidades e, como sujeitos, desenvolvê-las transformando-as em projetos e frentes de trabalho. (Idem, p. 21, Grifos da autora).

Faz-se necessário buscar constante aprimoramento, acompanhar as instâncias profissionais (CFESS/CRESS) que disponibilizam informações e conhecimentos sobre as áreas de atuação, através da publicação de materiais que balizam e dão suporte a intervenção profissional. À procura por compreender as particularidades que envolvem os espaços ocupacionais é vital para o bom andamento do trabalho, além do fato de que é preciso entender o funcionamento da instituição que o contrata, a análise detalhada das mediações que existem em seu interior.

O assistente social é um profissional requisitado principalmente pela esfera pública, no entanto, este não se constitui como seu único espaço de atuação, as possibilidades que se seguem são extensas, como: a esfera privada, as instituições organizadas pela sociedade civil e em suas mais diversas áreas: saúde, educação, habitação, entre outras.

Independentemente do campo que este profissional se encontre, ele deve contribuir para a desburocratização do sistema, muitas vezes, essa artimanha é

utilizada para dificultar o acesso dos usuários aos direitos sociais, além do fato dela acabar privando o profissional de refletir sobre suas atividades, visto a mecanicidade que este impõe ao cotidiano profissional. O assistente social necessita estar disposto a enxergar as especificidades de sua população usuária, pois só assim poderá propor ações efetivas.

Nos diferentes espaços ocupacionais do assistente social, é de suma importância impulsionar pesquisas e projetos que favoreçam o conhecimento do modo de vida e de trabalho - e correspondentes expressões culturais – dos segmentos populacionais atendidos, criando um acervo de dados sobre os sujeitos e as expressões da *questão social* que as vivenciam. O conhecimento criterioso dos processos sociais e de sua vivência pelos indivíduos sociais poderá alimentar ações inovadoras, capazes de propiciar o atendimento às efetivas necessidades sociais dos segmentos subalternizados, alvos das ações institucionais. (IAMAMOTO, 2009a p. 25, Grifos da autora).

A autora reitera a necessidade de estimular a participação dos sujeitos nos conselhos, caracterizados como meio de controle da população sob as ações públicas, devendo este ser parte da agenda dos profissionais, visto ser o instrumento mais viável para dar visibilidade às políticas sociais.

Sendo assim, os desafios postos para os assistentes sociais são os mais diversos possíveis, resultados de uma sociedade que passa e continuará passando por alterações, o que resultará na ampliação dos espaços para atuação deste profissional.

Possibilidades novas de trabalho se apresentam e necessitam ser apropriadas, decifradas e desenvolvidas; se os assistentes sociais não o fizerem, outros farão, absorvendo progressivamente espaços ocupacionais até então a eles reservados. Aqueles que ficarem prisioneiros de uma visão burocrática e rotineira do papel do Assistente Social e de seu trabalho entenderão, como “desprofissionalização” ou “desvio de funções”, as alterações que vem se processando nessa profissão. (IAMAMOTO, 2012, p. 48).

Diante do exposto, esse profissional carece ter a clara compreensão dos elementos que perpassam em seu espaço sócio ocupacional, pois assim terá condições de executar seu trabalho de maneira competente, coletiva e transparente.

1.4 COMPETÊNCIAS E ATRIBUIÇÕES PRIVATIVAS DO ASSISTENTE SOCIAL À LUZ DA LEI DE REGULAMENTAÇÃO

Os frutos colhidos, por meio dos debates, questionamentos e análises referentes às bases constituintes do Serviço Social, sua intervenção, instrumentalidade, seu posicionamento ético, político, teórico e metodológico, iniciado com o Movimento de Reconceituação, resultaram em avanços e ganhos imensuráveis para a profissão.

A movimentação histórica que impulsionou o surgimento do Serviço Social disponibilizou (e disponibiliza), as ferramentas necessárias para sua construção e efetivação na sociedade capitalista. Caracterizadas como agentes centrais, as transformações societárias conduzem e contribuem com as mudanças, ajustes e aperfeiçoamentos que ocorrem no interior das profissões.

No Brasil é a partir da década de 90 do século XX, que se gestam as modificações mais significativas nos espaços de atuação dos assistentes sociais. (IAMAMOTO, 2009a p 01.). As profissões não permanecem no meio social de forma estática, pelo contrário, encontram-se intrinsecamente correlacionadas ao conjunto de mutações que se processam em todas as esferas.

De modo semelhante, as competências profissionais também se alteram, ou seja, não permanecem de forma imóvel visto que, “[...] expressam a historicidade da profissão, elas também se preservam, se transformam, redimensionando-se ao se alterarem as condições históricas de sua efetivação”. (IAMAMOTO, 2009b p. 15)

O surgimento de novas demandas e novos campos de trabalho exige deste profissional, uma formação continuada e um amplo conhecimento sobre suas competências e atribuições, frente aos outros profissionais com o qual atua. Em um espaço compartilhado, faz-se necessário que cada profissional tenha clareza sobre sua profissão e o arcabouço que a acompanha (legislações, decretos, pareceres, entre outros elementos que compõem uma profissão), para assim, não correr o risco de que outros executem suas atividades, ou então de exercer ilegalmente sua profissão.

Cabe-nos então questionarmos o que vem a ser considerada competência? O dicionário Aurélio da língua portuguesa (2004) define, competência como: “Faculdade que a lei concede a funcionário, juiz ou tribunal para apreciar e

julgar certos pleitos ou questões. Capacidade, [...]”. Uma palavra que chama a atenção dentro deste contexto refere-se à capacidade, que segundo o mesmo é: “Qualidade que pessoa ou coisa tem de satisfazer para determinado fim.

Nestes termos, pode-se visualizar competência pela ótica da execução de atividades estabelecidas de forma satisfatória, ou seja, “[...] exigências burocráticas e administrativas que têm de ser cumpridas, obedecendo a formas de ação pré-traçadas, que devem ser apenas executadas com eficácia.” (CHAUI apud IAMAMOTO, 2009b p. 02). Diante desta conjuntura, um sujeito competente é aquele que obedece a ações e atividades estabelecidas por hierarquias, resultando em uma relação horizontal, de cima para baixo.

Sendo assim, os profissionais devem fugir desta concepção de competência, vista pelo panorama acrítico. Iamamoto (2009b p. 02) esclarece que se deve buscar romper com as amarras burocráticas existentes nas instituições que empregam os assistentes sociais, situando os fatos dentro da esfera no qual encontram-se circunscritos, no intuito de compreender e buscar soluções viáveis para as demandas apresentadas.

[...] a *competência crítica* capaz de desvendar os fundamentos conservantistas e tecnocráticos do discurso da competência burocrática. O discurso competente é crítico quando vai à raiz e desvenda a trama submersa dos conhecimentos que explica as estratégias de ação. Essa crítica não é apenas mera recusa ou mera denúncia do instituído, do dado. Supõe um diálogo íntimo com as fontes inspiradoras do conhecimento e com os pontos de vista das classes por meio dos quais são construídos os discursos: suas bases históricas, a maneira de pensar e interpretar a vida social das classes (ou segmentos de classe) que apresentam esse discurso de universalidade, identificando novas lacunas e omissões. (Idem, ibidem. Grifos da autora).

Datada de sete de Junho de 1993, o assistente social dispõe de uma lei que o regulamenta, Lei nº 8.662, nela encontram-se implícitas orientações sobre seu exercício profissional, em especial os artigos 4º e 5º que, tratam especificamente das atividades que lhe cabem. Anteriormente a legislação de 1993, vigorava a Lei nº 3.252, de 27 de Agosto de 1957, no entanto, as disposições lá existentes eram vagas e não acompanhavam o contexto vivenciado pelo Serviço Social até então. As regulamentações legais que compõem a profissão, não se restringem apenas à

Lei 8.662/93, entretanto, é nela que se encontra explicito quais são suas competências e atribuições.

Diante desse contexto, o assistente social é um profissional que possui respaldo legal, garantido por meio da lei de regulamentação 8.662/93. O artigo 4º da referida lei, trata com exclusividade das competências outorgadas aos profissionais. Por conseguinte, competência não se restringe à ação isolada de uma área exclusivamente, ou a execução de determinada atividade por um único sujeito, (sendo este o detentor supremo das informações) mas esclarece que tal profissional, pode e tem conhecimentos suficientes para realizar tal ação.

As competências expressam capacidade para apreciar ou dar resolutividade a determinado assunto, não sendo exclusivas de uma única especialidade profissional, pois são a ela concernentes em função da capacidade dos sujeitos profissionais. (IAMAMOTO, 2009b p. 07-08)

Assim sendo, seguem as disposições concernentes ao artigo 4º, da lei nº 8.662 de 07 de Junho de 1993:

- I – elaborar, implementar, executar e avaliar políticas sociais junto a órgãos da administração pública, direta ou indireta, empresas, entidades e organizações populares;
- II – elaborar, coordenar, executar e avaliar planos, programas e projetos que sejam do âmbito de atuação do Serviço Social com participação da sociedade civil;
- III – encaminhar providências, e prestar orientação social a indivíduos, grupos e à população;
- IV – (Vetado);
- V – orientar indivíduos e grupos de diferentes segmentos sociais no sentido de identificar recursos e de fazer uso dos mesmos no atendimento e na defesa de seus direitos;
- VI – planejar, organizar e administrar benefícios e Serviços Sociais;
- VII – planejar, executar e avaliar pesquisas que possam contribuir para a análise da realidade social e para subsidiar ações profissionais;
- VIII – prestar assessoria e consultoria a órgãos da administração pública direta e indireta, empresas privadas e outras entidades, com relação às matérias relacionadas no inciso II deste artigo;
- IX – prestar assessoria e apoio aos movimentos sociais em matéria relacionada às políticas sociais, no exercício e na defesa dos direitos civis, políticos e sociais da coletividade;
- X – planejamento, organização e administração de Serviços Sociais e de Unidade de Serviço Social;
- XI – realizar estudos socioeconômicos com os usuários para fins de benefícios e serviços sociais junto a órgãos da administração pública direta e indireta, empresas privadas e outras entidades.

Aos assistentes sociais, cabe realizar um conjunto de atividades, pois os mesmos possuem habilidades e preparo derivados de uma formação acadêmica ampla, crítica e atenta à realidade social. Estes profissionais têm a função de elaborar, implementar, executar, dando continuidade aos processos seguintes, referentes à construção das políticas sociais, no entanto, esta ação também pode ser executada por profissionais de outras áreas.

Assim como prestar orientação, ou dar informações para os sujeitos constituintes dos mais variados segmentos sociais, quanto aos recursos viabilizados por instituições (públicas/privadas). Pode também trabalhar com o gerenciamento de benefícios e serviços sociais disponibilizados aos indivíduos; além de atuar na realização de pesquisas que contemplem o movimento da realidade. O profissional de Serviço Social tem a função de planejar, organizar e administrar serviços sociais junto ao “[...] *conjunto de profissionais* de uma unidade de trabalho.” (IAMAMOTO, 2009b p. 08. Grifos da autora).

No que tange aos incisos II, III, VIII e IX, o Parecer Jurídico¹¹ nº 27/98, diz haver uma dubiedade, pois, estes não seriam apenas competências, mas sim atribuições privativas, pelo motivo de que estas atividades demandam conhecimento técnico específico adquirido na formação de Serviço Social.

As atribuições privativas dos assistentes sociais contidos no artigo 5º da lei nº 8.662/93, tratam das funções exclusivas destes profissionais, pois dizem respeito a especificidades de conhecimentos advindos do Serviço Social “as atribuições são prerrogativas exclusivas ao serem definidas enquanto *matéria, área e unidade* de Serviço Social”. (Idem, ibidem. Grifos da autora), definidas ainda como, “conjunto de conhecimentos particulares e especializados, a partir dos quais são elaboradas respostas concretas às demandas sociais.” (CFESS/COFI, 2002, p. 11 apud TORRES, 2007, p. 57).

¹¹ Para uma leitura mais atenta do Parecer Jurídico nº 27/98 ver do Conselho Federal de Serviço Social TERRA, Sylvia Helena. Parecer Jurídico nº 27/98. Análise das competências do Assistente Social em relação aos parâmetros normativos previstos pelo art. 5º da Lei 8.662/93, que estabelece as atribuições privativas do mesmo profissional. “O referido Parecer Jurídico apresenta uma criteriosa análise dos incisos do Art. 4º, no qual constam repetições das funções privativas contempladas no art. 5º da mesma lei, identificando visíveis dubiedades e contradições no art. 4º, o que revela uma imperfeição do texto legal. Assim, por exemplo, os incisos II, III e VIII e XI do Art. 4º, que tratam das competências (genéricas), são, de fato, atribuições privativas do assistente social, porque apresentam competências que também estão previstas no art. 5º na referida Lei concernente às atribuições privativas”. (IAMAMOTO/CFESS, 2012, p.37).

As atribuições privativas dos assistentes sociais, contidos no artigo 5º são:

- I – coordenar, elaborar, executar, supervisionar e avaliar estudos, pesquisas, planos, programas, e projetos na área de Serviço Social;
- II – planejar, organizar e administrar programas e projetos em Unidade de Serviço Social;
- III – assessoria e consultoria a órgãos da administração pública direta e indireta, empresas privadas e outras entidades, em matéria de Serviço Social;
- IV – realizar vistorias, perícias técnicas, laudos periciais, informações e pareceres sobre a matéria de Serviço Social;
- V – assumir, no magistério de Serviço Social tanto a nível de graduação como pós-graduação, disciplinas e funções que exijam conhecimentos próprios e adquiridos em curso de formação regular;
- VI – treinamento, avaliação e supervisão direta de estagiários de Serviço Social;
- VII – dirigir e coordenar Unidades de Ensino e Cursos de Serviço Social, de graduação e pós-graduação;
- VIII – dirigir e coordenar associações, núcleos, centros de estudo e de pesquisa em Serviço Social;
- IX – elaborar provas, presidir e compor bancas de exames e comissões julgadoras de concursos ou outras de seleção para assistentes sociais, ou onde sejam aferidos conhecimentos inerentes ao Serviço Social;
- X – coordenar seminários, encontros, congressos e eventos assemelhados sobre assuntos de Serviço Social;
- XI – fiscalizar o exercício profissional através dos Conselhos Federal e Regionais;
- XII – dirigir serviços técnicos de Serviço Social em entidades públicas ou privadas;
- XIII – ocupar cargos e funções de direção e fiscalização da gestão financeira em órgãos e entidades representativas da categoria profissional. (Lei 8.662/93).

Sendo assim, só os assistentes sociais têm habilidades e conhecimentos para efetuar a coordenação, elaboração, execução, supervisão e avaliação de atividades referentes “[...] ao campo delimitado ou âmbito de atuação do assistente social [...]”. (IAMAMOTO, 2009b p. 08). Ao profissional cabe a tarefa exclusiva de assumir aulas de Serviço Social, cujas disciplinas requeiram conhecimentos particulares que só alguém que cursou graduação em Serviço Social, terá condições de acionar. Deve também realizar perícias, laudos, vistorias, prestar assessoria e consultoria em matéria de Serviço Social, sendo esta entendida como a questão social e suas múltiplas expressões.

Considerando o objeto do Serviço Social *a questão social e as suas múltiplas determinações na vida social*, entendemos ser impossível listar todas as demandas que compõem *matéria* da profissão. Cabe ao profissional identificar os objetos, elaborar sua, proposta de intervenção, fundamentando sua prática cientificamente, distinguindo-a do trabalho de um leigo. (CRESS 11ª/PR apud CFESS, 2012, p. 26. Grifos dos autores).

Somente um assistente social pode supervisionar alunos de Serviço Social, além de caber-lhe elaborar provas, presidir e compor bancas de concurso para seleção de assistentes sociais, pois tal função exige conhecimento singular e inerente à área.

Diante do sinalizado no escrito acima, é de vital importância que os assistentes sociais conheçam e consultem a lei que embasa seu exercício profissional, que delimita e especifica sua atuação, só assim, esse profissional terá condições de clarificar visões dúbias existentes no imaginário de outros profissionais quanto à utilidade do Serviço Social, podendo assim lutar pelo seu espaço de intervenção, buscando reconhecimento e legitimação.

O exercício da profissão exige um sujeito profissional que tenha competência para propor, para negociar com a instituição os seus projetos, para defender o seu campo de trabalho, suas qualificações e atribuições profissionais. Requer ir além das rotinas institucionais para buscar apreender, no movimento da realidade, as tendências e possibilidades, ali presentes, passíveis de serem apropriadas pelo profissional, desenvolvidas e transformadas em projetos de trabalho. (IAMAMOTO, 2009b p. 12)

2 EDUCAÇÃO ESPECIAL E SERVIÇO SOCIAL

Na atualidade a questão da deficiência, tornou-se um tema amplamente discutido e explorado, pois existem leis, resoluções, portarias e decretos que tratam de garantir a efetivação dos direitos conquistados por meio de muitas lutas, fruto da movimentação popular.

Entretanto, os primórdios desta história revelam marcas de segregação, preconceito, falta de entendimento e a quase inexistência de iniciativas por parte do Estado, no que tange ao atendimento educacional. Todos esses elementos dificultaram por um longo período de tempo a criação e o desenvolvimento de estratégias e ações sobre a temática.

Influenciados por sujeitos sociais de outros países, onde já havia se avançado na discussão sobre a necessidade de atendimento especializado às pessoas com deficiência, iniciou-se no Brasil uma intensa mobilização social, no intuito de desvelar a urgência de se desenvolver políticas sociais que atendessem à demanda. Aos poucos avanços foram sendo vistos na sociedade brasileira, referentes à construção de instrumentos legais e à afirmação destes para as pessoas com deficiência.

É dentro desse espaço rico e fértil que se desponta a possibilidade de atuação para o assistente social. A profissão possui um Código de Ética (1993) que tem por princípios a autonomia, extensão e luta pela defesa dos direitos sociais e humanos, a ampliação e afirmação da cidadania, a luta pela eliminação de toda e qualquer forma de preconceito, além de outros. Assim sendo, este é um dos espaços ocupacionais que se abriu para a profissão e que se encaixa perfeitamente dentro dos princípios que embasam as intervenções dos profissionais de Serviço Social.

Deste modo, o presente capítulo visa abordar questões concernentes à educação especial no Brasil, com grande enfoque ao histórico das APAE no Brasil – sua inserção e atual organização nesse cenário.

Pretende-se, ainda, debater o trabalho do assistente social nesse espaço, evidenciando o que a literatura especializada traz sobre o exercício profissional nesse contexto. Desde já salientamos o pouco material elaborado que trate desta

discussão, já trazendo um importante indicativo de que pouco se há teorizado sobre as especificidades desse trabalho no seio do Serviço Social brasileiro.

2.1 EDUCAÇÃO ESPECIAL NO BRASIL: HISTÓRICO E MARCOS LEGAIS

O meio social do qual fazemos parte, é fruto de uma construção histórica, que ao longo do tempo foi ganhando forma, por meio da atividade humana, assim sendo, toda construção é passível de modificações. Por conseguinte, os valores, os significados (que são atribuídos aos objetos e as coisas) e muitas vezes, a forma como os homens veem a si próprios e aos seus semelhantes, encontra-se inscrito neste intenso movimento de transformação.

A trajetória histórica educacional percorrida pelas pessoas com deficiência evidenciam os diferentes momentos vivenciados por esta parcela significativa da população. Mostra também, que essa construção encontra-se marcada por atitudes discriminatórias e segregativas. O desconhecido em grande parte das vezes causa receio e espanto, diante deste fato “[...] a falta de conhecimento sobre as deficiências em muito contribuiu para que as pessoas portadoras de deficiência, por ‘serem diferentes’, fossem marginalizadas, ignoradas”. (MAZZOTTA, 2011, p. 16).

O padrão estabelecido pelo modo de produção capitalista valoriza os indivíduos que possuem condições “físicas” e “intelectuais”, de contribuir para o aumento da mais-valia (ou seja, indivíduos produtivos). Assim sendo, em uma sociedade que enxerga e prioriza o “belo”, os “normais”, o “corpo perfeito”, existe muita dificuldade em aceitar aqueles que não se encaixam dentro dos protótipos legitimados socialmente como aceitáveis.

Muitos desses padrões são preformulados como modelo ideal para se seguir deixando algumas pessoas como informa Bauman (2005), estereotipadas por não se enquadrarem nos moldes estabelecidos, levando muitos sujeitos à exclusão, rejeitados, vistos como sem utilidade.

“[...] ‘pessoas rejeitadas’ – pessoas não mais necessárias ao perfeito funcionamento do ciclo econômico e portanto de acomodação

impossível numa estrutura social compatível com a economia capitalista”. (Idem, p. 47).

Elementos como acima descritos se fizeram presentes (e talvez ainda se façam), por um período de tempo consideravelmente longo, e que acabaram marcando a história das pessoas com deficiência no mundo todo.

No Brasil os limites impostos à educação de modo geral rebateu de forma incisiva na esfera da educação especial, “A educação popular, e muito menos a dos deficientes, não era motivo de preocupação”. (JANNUZZI, 2012, p. 14). Por não ser motivo de preocupação esta ficou relegada ao esquecimento, entretanto, uma atmosfera de mudança que se colocava em curso, fez surgir, as primeiras iniciativas de atendimento educacional de âmbito oficial e particular, ainda que de forma tímida.

A educação das crianças deficientes surgiu institucionalmente, mas de maneira tímida, no conjunto das concretizações possíveis das ideias liberais que tiveram divulgação no Brasil no fim do século XVIII e começo do XIX. Essas ideias já estavam presentes em alguns movimentos como, por exemplo, a Inconfidência Mineira (1789), a Conjuração Baiana (1798) e a Revolução Pernambucana (1817), que reuniram numa mesma luta uma série de profissionais: médicos, advogados, professores, junto com alfaiates, soldados etc. e foram acentuadas sobretudo a partir da Independência. (Idem, p. 6).

O marco da educação especial brasileira encontra-se, alicerçado na fundação do Imperial Instituto dos Meninos Cegos (hoje se denomina Instituto Benjamin Constant – IBC). Seu surgimento foi possível mediante a atividade de José Álvares de Azevedo, aluno do Instituto de Jovens Cegos, situado na cidade de Paris. (BUENO, 1993).

Jannuzzi (2012, p. 10) reitera que, quando Azevedo retornou ao país, este ficou “[...] impressionado com o abandono do cego entre nós.” Por conseguinte, José Francisco Xavier Sigaud médico do imperador, e pai de uma menina cega, tomou conhecimento da obra publicada e traduzida por Azevedo. Por meio destes, a preocupação em prestar atendimento às pessoas cegas foi levada a Couto Ferraz, ministro do Imperador, que a encaminhou a D. Pedro II, dando assim origem no ano de 1854, ao Imperial Instituto dos Meninos Cegos. Ainda de acordo com a autora, o Instituto funcionava como internato e ofertava ensino primário com alguns componentes do ensino secundário.

A semelhança do primeiro é criado em 1857, o Imperial Instituto dos Surdos – Mudos (atualmente é o Instituto Nacional de Educação de Surdos – INES), situado também na cidade do Rio de Janeiro. Este é fundado por meio do trabalho de Ernesto Hüet¹² e de seu irmão. Hüet era professor do Instituto Bourges, que por intermédio do marquês Abrantes, foi apresentado a D. Pedro II que contribuiu e facilitou o estabelecimento do Instituto. (MAZZOTTA, 2011).

No entanto, Bueno (1993) chama a atenção para o deterioramento que houve nestes locais com o passar do tempo e que acabaram se tornando depósitos para as pessoas consideradas inválidas.

O fato de, através de uma política de ‘favor’, terem sido criadas instituições que, pelo menos, ofereciam abrigo e proteção a essa parcela da população, cumpria a função de auxílio aos desvalidos, isto é, aqueles que não possuíam condições pessoais de exercer sua cidadania. (Idem, p. 86).

Esse contexto revela o caráter assistencialista que era destinado à educação especial. Os dirigentes e representantes das instituições e mesmo a esfera pública consideravam que por possuir um local que abrigasse as pessoas com deficiência, estes não mais necessitavam desenvolver seus sentidos e intelecto. “A aristocracia rural não precisava favorecer a educação, pois esta economia agrária, baseada em instrumentos rudimentares, enxada sempre, arado às vezes, não a requeria.” (JANNUZZI, 2012, p. 20).

No ano de 1874, na cidade de Salvador, iniciam-se as atividades no Hospital Psiquiátrico da Bahia (atualmente designa-se Hospital Juliano Moreira), que ofertou atendimento às pessoas com deficiência mental. Ainda dentro do período Imperial, encontram-se situadas a criação de outras instituições que visavam possibilitar atendimento aos deficientes. (BUENO, 1993).

Toda esta movimentação foi resultado de ações isoladas que não abrangiam todos os deficientes do país, e sim para os,

[...] mais lesados os que se *distinguiam*, se *distanciavam*, os que *incomodavam*, ou pelo aspecto global, ou pelo comportamento

¹² Diante das leituras ofertadas nota-se que, a uma divergência quanto ao nome do responsável por auxiliar na fundação do Instituto, assim sendo: “Quirós e Gueler (1966, pp. 69, 73 e 360) e Lemos (1981, p. 41) informam que o prenome do professor francês era Eduard, enquanto Jannuzzi (1985, p. 21), baseada em informações de Guerreiro (‘ A iniciativa privada no atendimento ao excepcional’, p. 5) indica o prenome Ernesto”. (BUENO, 1993, p. 85).

altamente divergente. Os que não eram assim a *olho nu* estariam incorporados às tarefas sociais simples, numa sociedade rural descolarizada. (JANNUZZI, 2012, p. 20, grifos da autora).

Bueno (1993) esclarece que posteriormente à proclamação da República, no que tange à educação especial, houve um aumento ainda que de forma gradual no número de instituições que prestavam atendimento para os mais diversificados tipos de deficiência, muitas de âmbito privado outras de iniciativa pública.

A quase totalidade dessas instituições, na maior parte das vezes ligadas a ordens religiosas, revestia-se de caráter filantrópico-assistencial, contribuindo para que a deficiência permanecesse no âmbito da caridade pública e impedindo, assim, que suas necessidades se incorporassem no rol dos direitos de cidadania. (BUENO, 1993, p. 90).

Toda essa conjuntura revela as dificuldades que permearam os processos referentes aos direitos das pessoas com deficiência. Mazzotta (2011) aponta que, com o decorrer dos anos várias instituições foram se formando e prestando atendimento aos deficientes físicos, visuais, auditivos e mentais, todas com seu grau de importância, pois, querendo ou não, elas acabaram trazendo à tona o debate sobre a questão da deficiência, e desvelando a necessidade de se refletir sobre este assunto como algo além de iniciativas paliativas.

Assim tem-se o Instituto de Cegos Padre Chico (1928), a Fundação para o Livro do Cego no Brasil (1946), Instituto Santa Terezinha (1929), Instituto Educacional São Paulo – IESP (1954), Santa Casa de Misericórdia de São Paulo (1931), Associação de Assistência à Criança Deficiente – AACD (1950), Sociedade Pestalozzi de Minas Gerais (1935), Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais – APAE (1954), dentre muitas outras instituições que marcaram presença nesse período particular da história. (MAZZOTTA, 2011).

Até então o que existia no nível de atendimento escolar, segundo Mazzotta (2011), abrangia somente os Estados brasileiros, não havia nenhuma iniciativa vinculada à esfera nacional, fato que mudou a partir do ano de 1957, pois nesse momento foi dada a largada às campanhas, que visavam proporcionar a escolarização dos deficientes.

Envolto por diversas questões e pelo próprio contexto histórico por qual passou o país, o caminhar da educação especial contou com a participação de

diversos sujeitos sociais, que em muito influenciaram neste processo. Assim sendo, foram criadas leis e decretos que se dirigiam à educação especial, como a Lei nº 4.024/61, que dispunha sobre as Diretrizes e Bases da Educação Nacional, fixando o artigo 88 e 89 que tratavam da educação do excepcional, ou então a Lei nº 5.692/71, que também trazia em parte de seu escopo a educação especial.

No momento em que setores da educação eram repensados, urge a necessidade de encontrar ações que amparassem de modo mais efetivo a educação do excepcional. Mediante esse movimento, a Portaria de 25 de maio de 1972 instaura um grupo tarefa que deveria discutir a construção da política educacional especial. (MAZZOTTA, 2011).

Ainda de acordo com o mesmo autor é desse grupo que se oficializa em 1973, o Centro Nacional de Educação Especial – CENESP, sendo seu objetivo principal planejar, expandir e melhorar o atendimento educacional dos deficientes nacionalmente.

Todas essas ações do Estado referentes às pessoas com deficiência, no entanto, ainda eram falhas, pois, não apresentavam uma relação de continuidade e articulação que envolvesse essa parcela da população as políticas públicas de maior alcance. É com a criação da Coordenadoria Nacional para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência – CORDE, em 1986, que o Estado passa a reconhecer efetivamente o direito das pessoas com deficiência.

Com a promulgação da Constituição Federal de 1988, em seu artigo 205, a educação passa a ser assumida como responsabilidade do Estado, desta forma ela configura-se como direito garantido a todos.

Art. 208. O dever do Estado com a educação será efetivado mediante a garantia de:

III – atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino; (FERREIRA, 2013, p.43).

A partir de então outras legislações foram surgindo no intuito de reafirmar os direitos conquistados, a exemplo da Política Nacional para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência, Lei nº 7.853, de 24 de outubro de 1989, que buscava a maior integração das pessoas com deficiência, em todas as esferas da sociedade e atestava para a responsabilidade pública na garantia dos direitos.

Sendo assim, o artigo 2º da referida lei diz caber:

Art. 2º. Ao Poder Público e seus órgãos cabe assegurar às pessoas portadoras de deficiência o pleno exercício de seus direitos básicos, inclusive dos direitos à educação, à saúde, ao trabalho, ao lazer, à previdência social, ao amparo à infância e à maternidade, e de outros que, decorrentes da Constituição e das leis, propiciem seu bem-estar pessoal, social e econômico.

I – na área da educação:

- a) a inclusão, no sistema educacional, da Educação Especial como modalidade educativa que abranja a educação precoce, a pré-escolar, as de 1º e 2º graus, a supletiva, a habilitação e reabilitação profissionais, com currículos, etapas e exigências de diplomação próprios;
- b) a inserção, no referido sistema educacional em estabelecimentos públicos de ensino;
- c) a oferta, obrigatória e gratuita, da Educação Especial em estabelecimentos públicos de ensino;
- d) o oferecimento obrigatório de programas de Educação Especial em nível pré-escolar e escolar, em unidades hospitalares e congêneres nas quais estejam internados, por prazo igual ou superior a um (um) ano, educandos portadores de deficiência;
- e) o acesso de alunos portadores de deficiência aos benefícios conferidos aos demais educandos, inclusive material escolar, merenda escolar e bolsa de estudo;
- f) a matrícula compulsória em cursos regulares de estabelecimentos públicos e particulares de pessoas portadoras de deficiência capazes de se integrarem ao sistema regular de ensino. (Idem p.165, 166)

Nesse momento é possível observar especificamente o direito reservado às pessoas com deficiência, nas mais diversificadas áreas da sociedade. O inciso um destaca ser a educação direito garantido desde a educação precoce até o ensino profissionalizante, além do seguro direito de integração no ensino regular, recebendo os mesmos benefícios dos demais alunos.

No ano de 1999, o Decreto nº 3.298, de 20 de dezembro, regulamenta a lei acima supracitada e esmiúça com mais detalhes o texto de lei, consolidando as normas já estabelecidas, direcionando a outras providências necessárias.

Outras legislações de grande importância na legitimação dos direitos conquistados pelas pessoas com deficiência foram surgindo, como a Lei nº 10.048, de 08 de novembro de 2000, que trata da prioridade no atendimento aos deficientes, a Lei nº 10.098, de 19 de dezembro do ano de 2000, referente à acessibilidade, o Decreto nº 6.949, de 2009, que apregoa a Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, entre outros decretos e leis.

Todo este cenário revela os caminhos percorridos pela educação especial, neste processo houve retrocessos e avanços, e ele revela também a dívida

social para com as pessoas com deficiência, que por um longo período de tempo foram relegadas e marginalizadas.

2.2 A APAE NO BRASIL

A construção deste tópico encontra-se ancorada no site da Federação Nacional das APAEs (Fenapaes), e em um fragmento do livro “Educação Especial no Brasil – História e política pública” sob autoria de Marcos J.S. Mazzotta (2011), visto serem eles os instrumentos encontrados, e que retratam de forma mais profícua o entendimento sobre o surgimento e composição da referida instituição.

A busca pela conquista e afirmação dos direitos voltados ao atendimento das pessoas com deficiência se expandiram para além-mares, ultrapassaram horizontes e floresceram no meio social, essas ações não se restringiram a um único lugar, elas germinaram encontrando solo fértil em outros países. Conforme aponta Mazzota (2011), na Europa essa pauta de reivindicações já vinha sendo debatida há mais tempo (do que no Brasil), fruto da movimentação e conscientização de diversos sujeitos sociais.

Segundo o autor, uma das organizações que contribuíram para a fundação da Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (APAE), em solo brasileiro, foi a National Association for Retarded Children. A NARC (sigla da organização) é originária dos Estados Unidos, criada no ano de 1950, por pais que tinham em graus deficitários o desenvolvimento mental de seus filhos.

As legislações que existiam até então na América do Norte, impossibilitavam ou excluíaam do convívio escolar esta parcela da população, assim sendo, esta organização nasce com o “[...] objetivo principal de proporcionar atendimento a essas crianças e jovens nas escolas públicas primárias [...]” (MAZZOTTA, 2011, p. 26).

Diante desse contexto, o acenado autor informa que as transformações que vinham ocorrendo em outros países, em prol de políticas e de um atendimento educacional adequado às pessoas com deficiência, apresentam-se como fatores que propiciaram o surgimento da primeira Associação de Pais e Amigos dos

Excepcionais no Brasil, mais especificamente no dia 11 de dezembro de 1954, na cidade do Rio de Janeiro.

Sua constituição encontra-se diretamente correlacionada à vinda de Beatrice e George Bemis, membros da NARC e pais de uma menina com Síndrome de Down, que se espantaram por não haver no país um organismo que efetuassem atendimento educacional especializado às necessidades especiais de crianças, jovens e adultos com deficiência mental, similar ao que existia nos Estados Unidos (FEDERAÇÃO NACIONAL DAS APAEs, 2014).

Por meio da articulação de grupos formados por profissionais (professores, médicos entre outros), e pela comunidade (pais e amigos) que observaram de forma mais ampla a questão da deficiência, é que se espalham iniciativas que procuravam discutir e refletir sobre esta demanda.

Nesse contexto, surgiram as primeiras associações de familiares e amigos que se mostraram capazes de lançar um olhar mais propositivo sobre as pessoas com este tipo de deficiência. Convivendo com um Estado despercebido das necessidades de seus integrantes, tinham a missão de educar, prestar atendimento médico, suprir suas necessidades básicas de sobrevivência e lutar por seus direitos, na perspectiva da inclusão social. (Idem)

A Federação Nacional das APAEs (2014) comenta que no ano de 1955 ocorreu a reunião inicial do Conselho Deliberativo, onde assuntos de extrema relevância foram levantados, concernentes ao andamento da instituição no país. Nesse momento, a Sociedade Pestalozzi ofertou à futura entidade algumas salas de aula, que possibilitaram a acomodação da escola, cujo intuito era prestar atendimento educacional para “crianças excepcionais”.

Com o decorrer do tempo a demanda foi aumentando, os educandos foram crescendo, fazendo surgir à necessidade de desenvolver ações e atividades que condissessem com suas respectivas idades e interesses. Por conseguinte, sob o pioneirismo da professora Olívia Pereira, instala-se “[...] a primeira oficina pedagógica de atividades ligadas à carpintaria para deficientes no Brasil [...]” (FEDERAÇÃO NACIONAL DAS APAEs, 2014).

Entre o período datado de 1954 a 1962, houve a formação de diversas APAEs entre os Estados brasileiros; as três primeiras apontados pela FENAPAEs,

situam-se no Estado do Rio de Janeiro (1954 e 1956) e em Santa Catarina (1955). A partir de então o movimento foi se espalhando para outros locais do país.

A criação da APAE-Rio foi seguida da fundação de várias APAEs: Volta Redonda (1956), São Lourenço, Goiânia, Niterói, Jundiaí, João Pessoa e Caxias do Sul (1957), Natal (1959), Muriaé (1960), São Paulo (1961), contando hoje com uma importante Federação Nacional das APAEs, (...) (MAZZOTTA, 2011, p. 50).

A conjuntura de desvelamento e reflexão sobre a deficiência, que emergia no cenário brasileiro, levou os dirigentes das APAEs (que até o momento haviam sido formadas), a se reunirem na cidade de São Paulo, no ano de 1962, para tratar de assuntos pertinentes à área, a reunião contou com a participação de pais e profissionais que compartilhavam suas vivências com deficientes. Este foi o primeiro encontro que ocorria no Brasil, sendo que seu objetivo consistia em analisar a questão das pessoas com deficiência. (FEDERAÇÃO NACIONAL DAS APAEs, 2014).

Deste encontro, derivou-se a pauta de criação de uma organização que alcançasse maior amplitude, e que se responsabilizasse por movimentar, fomentar e articular as informações e discussões sobre a área.

Para uma melhor articulação de suas ideias, sentiram a necessidade de criar um organismo nacional. A primeira ideia era a formação de um Conselho e a segunda a criação da Federação das Apaes. Prevaleceu esta última que foi fundada no dia 10 novembro de 1962, e funcionou durante vários anos em São Paulo, no Consultório do Dr. Stanislau Krynsky. (FEDERAÇÃO NACIONAL DAS APAEs, 2014).

De 1954, ano da fundação da primeira Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais, até o presente momento, muitas foram às mudanças que ocorreram na sociedade e na própria entidade, muitas também foram às pessoas que contribuíram para o firmamento e desenvolvimento da APAE no país. Homens e mulheres, pais, amigos, profissionais que assumiram o compromisso de lutar pela melhoria na qualidade de vida das pessoas com deficiência.

Atualmente a Federação Nacional das APAEs encontra-se abrigada em Brasília – DF, ela possui toda uma estrutura organizacional que sustenta sua atuação, (diretoria, conselho de administração, conselho consultivo, conselho fiscal, autodefensoria e equipe técnica). As ramificações que possuem se estendem as

Federações Estaduais, ou seja, cada estado comporta uma federação, onde por sua vez, as APAEs residem-se congregadas.

A Federação das APAEs do Estado (FEAPAEs, 2014) esclarece que a forma de se organizar o movimento encontra-se lotada em quatro formas interligadas de atuação, sendo elas:

APAE do Município: são os pais e amigos que atuam no município em que a entidade se localiza, assegurando os direitos dos portadores de deficiência.

Coordenadoria Regional: todas as microrregiões do Brasil estão organizadas em delegacias regionais. A comunidade apaeana de cada região deve ter a programação dos eventos da sua localidade. O delegado regional é eleito pelas APAEs da microrregião.

Federação das APAEs do Estado: as APAEs estão organizadas em federações em cada estado. Estas entidades são responsáveis pelo trabalho de realização dos direitos dos portadores de deficiência em âmbito estadual; pelos contatos com determinados órgãos estaduais e pela promoção de eventos como olimpíadas, festivais e congressos. Cada delegado regional é eleito pelas APAEs e faz parte do Conselho de Administração.

Federação Nacional das APAEs: é a entidade responsável pelo direcionamento das atividades do movimento no contexto nacional e lidera a luta pelos direitos dos cidadãos com deficiência no País. Para tanto, estabelece contatos com os órgãos competentes e promove eventos nacionais necessários ao desenvolvimento das atividades da área. (FEDERAÇÃO DAS APAEs DOS ESTADOS – PR, 2014).

Assim sendo, o movimento apaeano constitui-se distribuído em níveis de estruturação, cujo objetivo central reside na ampliação e afirmação dos direitos das pessoas com deficiência. Seguindo esta linha de ação, no Brasil existe atualmente uma Federação Nacional, entendida como “[...] uma organização sem fins lucrativos, reconhecida como de utilidade pública federal e certificada como beneficente de assistência social; de caráter cultural, assistencial e educacional [...]” (FENAPAEs, 2014). Possui mais 23 Federações das APAEs do Estado e aproximadamente mais de duas mil APAEs espalhadas pelo interior dos municípios brasileiros, sendo sua finalidade primordial, o atendimento incondicional a pessoa com deficiência mental ou múltipla.

A entidade possui frentes de trabalho que balizam suas ações, por conseguinte, suas áreas de atuação encontram-se voltadas para:

Defesas de direitos: inclusão dos direitos das pessoas com deficiência em todas as políticas públicas.

Trabalho em comunidade: estabelecer alianças estratégicas com vários setores e segmentos sociais para a melhoria da qualidade de vida e para a inclusão da pessoa com deficiência.

Promoção da saúde para o envelhecimento saudável: atenção integral da pessoa com deficiência, em todo o seu ciclo de vida.

Apoio à família: oferece informações para que a família saiba lidar com o familiar deficiente.

Apoio à inclusão escolar: atendimento educacional especializado ao estudante com deficiência intelectual e múltipla incluído na escola comum.

Escola especial da APAE: acolhimento aos estudantes com deficiência intelectual e múltipla nas séries iniciais do ensino fundamental, quando necessitam de apoio intensivo.

Inclusão no trabalho: articulação com os vários setores e preparação do estudante/trabalhador para o processo de inclusão social.

Autogestão e autodefensoria: cria situações favoráveis ao desenvolvimento da autonomia da pessoa com deficiência intelectual. (FENAPAEs, 2014).

Para que ocorra o correto encaminhamento das atividades propostas, a entidade conta com um quadro técnico de profissionais multifacetados, como professores, equipe administrativa, equipe multiprofissional (terapeuta ocupacional, fonoaudiólogo, fisioterapeuta, assistente social, psicólogo entre outros), uma equipe diretiva (constituída por: presidente, vice, tesoureiro, secretário entre outros), além de outros profissionais que contribuem na promoção da inclusão social da pessoa com deficiência.

Motivados pela promulgação da Declaração Universal dos Direitos Humanos (1948), a luta que embora parecesse pequena se intensificou e resultou na fundação da Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais no Brasil, que marcará em 2014, 60 anos de permanência, compromisso, e partilha de conhecimento, fruto do envolvimento de diversos setores da sociedade, que contribuíram para o crescimento do movimento e para a conquista dos direitos, principalmente, o direito referente ao recebimento de uma educação gratuita e de qualidade.

2.3 O SERVIÇO SOCIAL E SUA INTERLOCUÇÃO COM A EDUCAÇÃO ESPECIAL

Diante dos mais heterogêneos espaços sócio ocupacionais que se abriram para os assistentes sociais, ao longo de sua trajetória em solo brasileiro, existe um local ainda pouco visualizado, cujas produções científicas se apresentam no meio social de forma fragmentada e pulverizada, o que dificulta um debate mais profundo sobre a área. Assim sendo, a discussão proposta neste tópico, visa ainda que de maneira singela, manter um diálogo entre a profissão de Serviço Social junto a sua inserção na modalidade de ensino da Educação Especial.

Para compreender como ocorreu o entrelaçamento entre esses dois campos, faz-se necessário identificar o contexto vivenciado pela educação de forma geral. Uma análise superficial destes fatos revela que por um período de tempo relativamente considerável, a educação foi relegada ao esquecimento por parte dos poderes públicos, tanto para as pessoas consideradas “normais”, como para aquelas que necessitavam de um atendimento especializado e individualizado.

O modo como o país foi colonizado inicialmente não exigia preparar a população para atividades laborais complexas (visto a maneira rústica e simples de um território extremamente agrário ser trabalhado). (JANNUZZI, 2012). Entretanto, com o passar dos tempos, as evoluções no mundo do trabalho e a própria forma como o país entrou no circuito capitalista fizeram surgir à necessidade de preparar os indivíduos para a esfera da produção.

A educação era privilégio concedido somente à elite, no entanto, através de lutas e reivindicações este direito passou a ser exercido como parte das responsabilidades conferidas ao Estado e a todas as pessoas, liderado pelo protagonismo da classe trabalhadora. (ALMEIDA, 2011).

O CFESS (2012) comenta que infelizmente o capital tem se utilizado deste direito conquistado para engendrar seus tentáculos ideológicos e é por meio da Política Educacional que ele busca assegurar para si os meios necessários para continuar a se reproduzir.

A Política de Educação resulta de formas historicamente determinadas de enfrentamento das contradições que particularizam a sociedade capitalista pelas classes sociais e pelo Estado, conformam ações institucionalizadas em resposta ao acirramento da questão social. Ela constitui uma estratégia de intervenção do Estado, a partir da qual o capital procura assegurar as condições necessárias à sua reprodução [...] (CFESS, 2012, p. 19).

Constantino (2012) aponta que o interesse em se construir uma política educacional que venha ao encontro das necessidades da classe trabalhadora, em grande parte é cooptado por grupos que se encontram no poder, sendo adaptados conforme a vontade e querer dos mesmos. Este aspecto ilustra o grande empenho do capital, em se fazer presente neste meio, visto ser a educação uma mola propulsora para seu desenvolvimento.

A política educacional não se estrutura como forma de assegurar modos autônomos de pensar e agir. Mas se reveste hoje, sob a marca das inversões que são necessárias à reprodução do sistema metabólico do capital, em um processo de ampliação das formas de acesso e permanência em diferentes níveis e modalidades educacionais: educação infantil, ensino fundamental, ensino médio, educação profissional e tecnológica, educação de jovens e adultos, educação especial e educação superior, [...]. (CFESS, 2012, p.20).

Almeida (2011) chama a atenção, para o fato de a interferência de organismos multilaterais como o Banco Mundial, no sistema educacional brasileiro, mais uma vez reforça o espaço dado ao capital principalmente no que se refere à iniciativa de difundir seus projetos e objetivos (acréscimo de lucro).

Por isso, cabe aos profissionais que trabalham nessa área se posicionarem em prol de uma educação que não se limite aos interesses da classe dominante, mas que se levantem como Mészáros (2008) reitera, em busca de uma “educação para além do capital”, onde o mais importante não é fornecer meios para a execução do trabalho na esfera produtiva, mas sim, o preparo para o reconhecimento do outro enquanto ser humano e enquanto cidadão portador de direitos, só assim haverá a superação da educação pela lógica mercadológica, pois seus frutos permanecerão para a vida.

É dentro deste campo marcado por tensões e pelo antagonismo que o profissional de Serviço Social é chamado a intervir, cabendo a este realizar uma profunda e atenta leitura da realidade na qual se encontra inserido, no intuito de apresentar propostas alternativas para a questão dada. Assim sendo, este “[...] é um desafio que a profissão tem condições teóricas e políticas de forjar.” (CFESS, 2012, p.21).

Constantino (2012) informa que a promulgação da Constituição Federal de 1988 foi um avanço na conquista pelos direitos sociais, pois ela apontou os caminhos para o surgimento de um sistema voltado para a proteção social da

população. A partir de então novas legislações foram surgindo, ao passo que outras foram reformuladas frente à mudança de rumo apresentada pela carta magna.

Essas legislações passaram a garantir pela primeira vez no país direitos sociais até então negados historicamente a classe trabalhadora, apesar da dificuldade para a materialização desses direitos e influência da lógica neoliberal na formulação dessas políticas sociais, esses marcos legais reconheceram como responsabilidade do Estado a provisão de bens e serviços que atendam às necessidades da população, dentre esses direitos destacamos a educação. (Idem, p.07).

Posteriormente à Constituição Federal, há na modalidade de educação especial a Lei nº 7.853/89, que dispõe em um de seus artigos o direito educacional reservado à pessoa com deficiência, em 1990, entra em vigor o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), e a LDBEN no ano de 1996. Estas legislações de certa forma contribuíram para a entrada do profissional de Serviço Social nesta esfera.

Por conseguinte, a discussão que se faz em torno da Política Educacional não é algo recente e inédito, pois, como afirma o Conselho Federal de Serviço Social (2012), o entrelaçamento da profissão neste espaço ocupacional, emerge desde sua gênese. Entretanto, é a partir da década de 1990 que se apresenta de forma mais latente a inserção deste profissional neste campo.

Embora muitos tendam a afirmar que se trata de um debate ou de um campo novo, a vinculação do Serviço Social com a Política de Educação foi sendo forjada desde os primórdios da profissão como parte de um processo de requisições postas pelas classes dominantes quanto à formação técnica, intelectual e moral da classe trabalhadora, a partir de um padrão de escolarização necessário às condições de reprodução do capital em diferentes ciclos de expansão e de crise. (Idem, p. 15-16).

O material científico que envolve o Serviço Social dentro deste espaço singular de atuação (APAE) é praticamente escasso, no entanto, existe um livro publicado no ano de 1984, intitulado “Serviço Social na área da deficiência mental”, cujo escopo aponta para um compilado de textos produzido por assistentes sociais, que vivenciam seu exercício profissional nas APAEs e em alguns outros locais que mantêm contato com as pessoas com deficiência. No livro encontram-se registradas as atividades realizadas em cada setor que compõem os serviços ofertado pelas

APAEs. Diante deste fato, é possível observar o pouco material produzido pelo Serviço Social dentro do espaço da educação especial.

A área da educação na modalidade especial desponta-se para o assistente social como um espaço extremamente rico e desafiador. Além dos conhecimentos que regem a educação de forma geral, cabem a estes profissionais se apropriarem de leis, decretos, portarias, resoluções e pareceres específicos que, conduzem o profissional ao desenvolvimento de um trabalho qualitativo.

A exemplo da lei nº 10.436 de 2002 que dispõe sobre a língua brasileira de sinais – libras, ou então a lei nº 10.845, do ano de 2004, que instituiu o programa de complementação ao atendimento educacional especializado às pessoas portadoras de deficiência, a política nacional de saúde da pessoa com deficiência, o decreto nº 5.397 de 2005, que fala sobre o Conselho Nacional de Combate à Discriminação – CNCD, entre muitas outras legislações fundamentais que compõem o conjunto de instrumentos de trabalho utilizados nesta esfera.

A intervenção profissional do assistente social neste espaço não se restringe apenas ao atendimento individualizado às pessoas com deficiência, mas se expande para o seu entorno, o que inclui os familiares e demais profissionais que atuam na política educacional e em outras políticas sociais.

[...] o trabalho do/a assistente social, no campo da educação, não se restringe ao segmento estudantil e nem às abordagens individuais. Envolve também ações junto às famílias, aos professores e professoras, aos demais trabalhadores e trabalhadoras da educação, aos gestores e gestoras dos estabelecimentos públicos e privados, aos/às profissionais e às redes que compõem as demais políticas sociais, às instâncias de controle social e aos movimentos sociais, ou seja, ações não só de caráter individual, mas também coletivo, administrativo-organizacional, de investigação, de articulação, de formação e capacitação profissional. (CFESS, 2012, p. 38).

Mediante essa afirmação, ainda de acordo com o CFESS (2012), é por meio de um trabalho articulado e conjunto que o desvelamento das expressões da questão social, se mostrará mais nitidamente, devendo a intervenção profissional encontrar-se pautada nas dimensões éticas, políticas e teóricas que, possibilitem a este, a correta compreensão da realidade social.

Assim sendo, a educação que se busca em seus diferentes níveis de modalidade é uma educação que lute pela efetivação, defesa e ampliação dos direitos sociais, e que valorize acima de tudo o ser humano, que “[...] denuncia e

busca superar as desigualdades sociais que fundam a sociedade do capital [...]”.
(Idem, p.22).

3 SERVIÇO SOCIAL NAS APAEs DO VALE DO IVAÍ: DESAFIOS E LIMITES DO EXERCÍCIO PROFISSIONAL

O terceiro e último elemento deste capítulo tem por objetivo apresentar as considerações, análises e reflexões levantadas no início da problematização deste trabalho. Dessa forma, neste momento será exposto o resultado desta pesquisa de campo.

Partindo da ideia de compreender como se efetiva a atuação do assistente social na educação especial (mais especificamente no *lócus* na APAE), caminhos foram levantados, no intuito de responder ao problema central desta pesquisa.

Após a construção dos dois capítulos anteriores, que buscavam ofertar subsídios para a compreensão do surgimento do Serviço Social, enquanto uma profissão socialmente necessária à sociedade capitalista, sua gênese e desenvolvimento neste meio, esses possibilitaram visualizar os diferentes momentos pelos quais a mesma passou.

Além da contextualização histórica dos caminhos percorridos pela Educação Especial em solo brasileiro, configurando-se como um espaço de atuação que se abriu para os assistentes sociais, por fim, têm-se condições de refletir criticamente sobre este espaço e conseqüentemente sobre a atuação do profissional de Serviço Social nele inserido.

Na busca por compreender as particularidades deste local e a atuação do assistente social, recorreu-se à normativa que regulamenta a profissão lei 8662/93, em especial os artigos 4º e 5º que tratam especificamente das competências e atribuições privativas deste.

Procurou-se levantar e conhecer as principais demandas apresentadas a esses profissionais na APAE, além de ofertar, sob a luz do entendimento dos assistentes sociais os limites e desafios, existentes dentro deste espaço sócio ocupacional.

3.1 AS APAES NO VALE DO IVAÍ

A construção deste tópico encontra-se baseada no material bibliográfico produzido pelo Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social (IPARDES), pelo conteúdo disponibilizado no site da Associação dos Municípios do Vale do Ivaí - AMUVI, e pelo site da Federação Estadual das APAEs do Estado do Paraná, visto serem eles os meio encontrados no que, tange a produção de informações referentes a especificidade da região.

De acordo como IPARDES (2007, p. 11), a região onde se encontra situado o Vale do Ivaí, tem sua extensão sob o “[...] Terceiro Planalto e parte no Segundo Planalto Paranaense e abrange uma área de 7.385,05 Km² [...]”. Assim sendo, esta é uma área bem densa, que faz divisa com cidades de maior porte, a exemplo de Londrina e Campo Mourão (além de outras).

Segundo a Associação dos Municípios do Vale do Ivaí – AMUVI (2014), a região é composta pelas cidades de: Apucarana, Arapuã, Ariranha do Ivaí, Bom Sucesso, Borrazópolis, Califórnia, Cambira, Cruzmaltina, Faxinal, Godoy Moreira, Grandes Rios, Ivaiporã, Jandaia do Sul, Jardim Alegre, Kaloré, Lidianópolis, Lunardelli, Marilândia do Sul, Marumbi, Mauá da Serra, Novo Itacolomi, Rio Bom, Rio Branco do Ivaí, Rosário do Ivaí, São João do Ivaí e São Pedro do Ivaí.

Toda esta região ultrapassa o número de 300.00 habitantes, as duas maiores cidades são, Apucarana e Ivaiporã, onde se é possível encontrar serviços mais complexos, nas áreas de saúde, educação, além de outros. A ocupação que se deu em solo paranaense, particularmente nesta região, tornou-se mais agudizado por volta dos anos 40 do século XX.

Este processo de povoamento foi deflagrado essencialmente a partir da década de 1940, e se confunde com o da expansão acelerada e extensiva da fronteira agrícola estadual, capitaneada pela atividade cafeeira. Desenvolvida em grande parte como um prolongamento agrícola da economia cafeeira paulista, a expansão fronteira paranaense alastrou-se rapidamente por sobre vastas áreas de terras da mais alta fertilidade, praticamente desabitadas, que passaram a constituir uma excelente válvula de escape para inversões lucrativas de amplas parcelas do capital acumulado no núcleo mais dinâmico do capitalismo nacional, localizado na Região Sudeste do País e centrado em São Paulo. (IPARDES, 2007, p. 23).

A partir de então, cada município foi sendo colonizado e habitado por povos advindos de diferentes estados brasileiros. O clima fértil e propício da região, explorado desde a colonização abrigou um espaço privilegiado para as atividades

rurais. Com exceção das duas maiores cidades da região, onde é visível observar em seus aspectos econômicos, uma diversificação entre as atividades agropecuárias, industriais e de serviços, os demais municípios mantem sua existência baseada principalmente nas atividades ligadas ao campo.

Toda esta conjuntura de pouco desenvolvimento deu à região uma colocação nada agradável no ranking que avalia a evolução dos municípios, no que se refere à educação, à expectativa de vida e ao nível de renda da população. Esses dados revelam o quanto se faz necessário progredir na qualidade dos serviços ofertados, além de se colocar à disposição dos municípios um maior investimento. O IPARDES (2007) aponta que o Índice de Desenvolvimento Humano¹³ da região, demonstra de forma gritante as desigualdades sociais aqui existentes, além de seu posicionamento abaixo da média brasileira.

O fator da renda é algo preponderante quando se almeja compreender o contexto vivenciado pelos municípios, com relação à expressão da questão social caracterizada como pobreza. Ainda segundo este mesmo documento, a página 36, diz: “De modo geral todos os municípios apresentavam taxas de pobreza extremamente elevadas, chegando, em alguns casos, a ultrapassar o dobro da média estadual”.

Esses dados retratam que as cidades integrantes ao Vale do Ivaí, encontram-se situadas em um bolsão de pobreza. Sendo assim, fatores como o baixo desenvolvimento humano, o grande contingente de famílias pobres, a desigualdade de renda, o trabalho infantil, além de outros aspectos, são reflexos e indicadores alarmantes, do quanto é preciso avançar e assegurar a esta população acesso aos serviços de saúde, educação, habitação e atividades que promovam sua inserção no mercado de trabalho.

É dentro desse território repleto de questões conflitantes e desafiadoras, acima supracitadas, que se encontra alocada a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais – APAE. Esta também necessita de apoio e investimentos financeiros por parte do poder público, no intuito de ofertar serviços permanentes à população desta região. A Federação Nacional das APAEs (2014) comenta que a primeira APAE a ser instalada no Estado do Paraná foi na cidade de Curitiba, no ano de

¹³ O IDH – utiliza-se de critérios para medir o grau de expansão e desenvolvimento de um determinado território, seus critérios estão baseados na: educação – o nível de alfabetização e de pessoas matriculadas na escola, a esperança de vida – longevidade e a renda per capita da região.

1962, a partir de então a instituição foi se espalhando pelo interior do estado. Dos vinte e seis municípios que compõem a região Vale do Ivaí, a entidade se faz presente em vinte e três cidades.

A cidade de Apucarana, reconhecida legalmente no ano de 1944, possui uma Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais, onde são ofertados atendimentos para pessoas com deficiência intelectual e/ou múltipla. A instituição conta com uma equipe de profissionais bem diversificadas como: fonoaudiologia, terapia ocupacional, fisioterapia, psicologia, serviço social, equipe pedagógica entre outros.

Já no município de Arapuã não há a entidade, assim sendo a população demandante do serviço é atendida em outra localidade. A cidade de Ariranha do Ivaí conta com uma população de aproximadamente 2.540 habitantes e possui em seu território uma Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais. Assim como o município de Bom Sucesso, colonizado por famílias advindas de diferentes regiões do Paraná e que possui em sua localidade uma APAE.

Nas cidades de Borrazópolis (regulamentada no ano de 1952), Califórnia (1955) e Cambira (1961), a entidade APAE se faz presente, ofertando atendimento educacional às pessoas com deficiência intelectual e/ou múltiplas. Em cada cidade onde a APAE se instala, os profissionais desenvolvem ações e projetos que visam interligar a realidade vivenciada pelos alunos no contexto escolar, familiar e comunitário.

O município de Cruzmaltina pertencente à região não possui a APAE. Já Faxinal, distante poucos quilômetros deste, regulamentado no ano de 1951, dono de belezas naturais (a exemplo das cachoeiras), e com uma população de aproximadamente 15.601 habitantes, divididos entre o campo e a cidade, conta com uma APAE em seu território.

A cidade de Godoy Moreira, desmembrada de São João do Ivaí em 1990 e Grandes Rios, separada de Cândido Abreu no ano de 1967, possui em suas respectivas regiões a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais. O município de Ivaiporã desconectado de Manuel Ribas em 1960, com uma população atual de aproximadamente 32.270 habitantes, possui na área educacional, o ensino fundamental e superior, e também conta com uma APAE.

Jandaia do Sul (1952), Jardim Alegre (1964), Kaloré (1962) e Lidianópolis (1993), possuem a instituição APAE em seus territórios. Já a cidade de Lunardelli

não possui a APAE, sendo os alunos pertencentes a este município, enviados à entidade de Jardim alegre.

A cidade de Marilândia do Sul, desmembrada de Apucarana no ano de 1952, foi desbravada principalmente por pessoas advindas do Estado de Minas Gerais e São Paulo, contando com 9.073 habitantes e tendo uma indústria forte nas áreas de vestuário, calçados, tecidos além de outros, disponibiliza em sua localidade uma APAE.

Os municípios de Marumbi (1961), Mauá da Serra (1993) e Novo Itacolomi (1993), também contam com a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais em seu território. Assim como, o município de Rio Branco do Ivaí, que tem instalado em sua localidade uma APAE.

As cidades de Rio Bom (1964), Rosário do Ivaí (1989), São João do Ivaí (1964) e São Pedro do Ivaí (1955), possuem a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais. Cada município possui suas particularidades e necessidades, assim sendo, das vinte e seis cidades pertencentes ao Vale do Ivaí, em vinte e três, é possível visualizar a presença da entidade APAE, que busca por meio de seus profissionais, a cada dia trabalhar para garantir e efetivar os direitos das pessoas com deficiência.

3.2 O EXERCÍCIO PROFISSIONAL DO SERVIÇO SOCIAL NAS APAE'S DO VALE DO IVAÍ/PR

3.2.1 Caracterização dos Entrevistados

Nossa pesquisa de campo teve abordagem qualitativa, utilizando-se de roteiro elaborado¹⁴. As entrevistas realizadas foram semiestruturadas, possibilitando um ponto inicial de discussão e proporcionando condições para o entrevistado aprofundar-se naqueles pontos que julgar de maior relevância. Possibilita também obter informações qualitativas, o que enriquece o processo de análise.

¹⁴ O roteiro da entrevista segue no apêndice.

Para Minayo (2007), a pesquisa qualitativa, no âmbito das Ciências Sociais, responde a questões muito particulares, se voltado para realidades que não podem ser quantificadas. Portanto, a pesquisa qualitativa.

[...] trabalha com o universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes, o que corresponde a um espaço mais profundo das relações, dos processos e dos fenômenos que não podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis. [...] a abordagem qualitativa aprofunda-se no mundo dos significados das ações e relações humanas, um lado não perceptível e não captável em equações, medidas e estatísticas (MINAYO, 2007, p.21-22).

A pesquisa de campo abrange um universo de 15 entrevistados, sendo que apenas 08 aceitaram participar – os outros recusaram já no momento de procurados e solicitados a participar, outros simplesmente não retornaram com o questionário respondido, mesmo tendo se comprometido a participar.

Cada entrevista foi agendada com antecedência: primeiro, o contato foi feito por telefone, momento em que foram apresentados os objetivos da pesquisa. Por questões de facilidade de acesso¹⁵, algumas entrevistas foram realizadas via correio eletrônico e outras pessoalmente – essas duraram em média 30 a 40 minutos cada.

De forma bem objetiva, as perguntas realizadas foram formuladas com a finalidade de apropriar-se do seguinte eixo central de análise: a atuação do assistente social na Educação Especial.

Nesse sentido, a apresentação e análise da pesquisa de campo se concentram em responder a questão central desse trabalho que se materializa na pergunta: Como se efetiva a atuação do assistente social na educação especial?

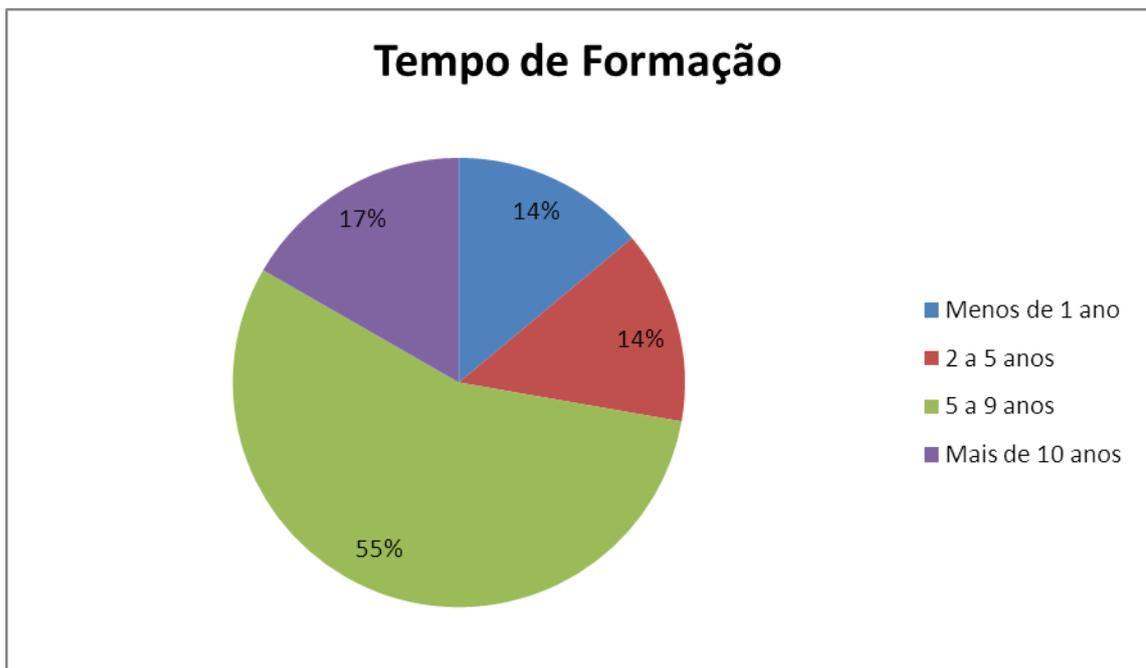
Buscando preservar o sigilo, não divulgaremos o nome dos participantes da pesquisa, porém gostaríamos de inicialmente caracterizá-los como forma de abordar a realidade do universo dos pesquisados, discutindo semelhanças e diferenças deste grupo de profissionais que atua na educação especial (APAE) na região *lócus* de nossa pesquisa de campo.

a) Tempo de Formação

¹⁵ A área territorial dos municípios pertencentes à região do Vale do Ivaí é relativamente distante, o que dificulta o deslocamento geográfico.

Como curiosidade inicial, a pesquisa questionou acerca do tempo de formação dos assistentes sociais que atuam na educação especial. A curiosidade se deve ao fato de pequenas suspeitas, desta pesquisadora, de que o referido campo de atuação seria um local onde se concentra grande soma de profissionais recém saídos da formação superior (recém formados). Tal fato se mostrou equivocado, considerando os dados da pesquisa, como se mostra a seguir:

Gráfico 1 – Tempo de formação



Dos sujeitos envolvidos na pesquisa, 17% declararam estar formados a mais de 10 anos. Enquanto 55% informaram estar formados no tempo entre 5 a 9 anos. Há ainda um número de 14% dos pesquisados que relataram estar formados a menos de um ano e 14% declararam possuir formação profissional entre o período de 2 a 5 anos. Estes dados apontam que, existe um número relativamente considerável de profissionais, atuando na educação especial com um período de formação superior aos cinco anos, o que demonstra que esses profissionais já possuem um acúmulo teórico de anos de formação no ensino superior e de prática no exercício profissional.

Cabe mencionar ainda que os profissionais também foram questionados acerca da continuidade dos estudos formais – pós-graduação. Do montante de 08 pesquisados, um informou não ter concluído o curso de pós graduação, um declarou

estar cursando a especialização, enquanto os outros relataram terem concluído, sendo que um dos entrevistados disse estar cursando sua segunda pós.

Tais dados evidenciam uma busca pelo processo contínuo de formação profissional. Apenas um não cursou a pós-graduação – lembrando que são profissionais, na maioria, com tempo superior a cinco anos de formação na graduação.

As áreas da pós destes profissionais, segundo as informações, são:

- Educação Especial Inclusiva;
- Gestão Pública;
- Trabalho Social com Famílias;
- Trabalho Social com Famílias e Gestão de Pessoas;
- Educação Infantil;
- Educação Especial;
- Serviço Social.

Foi promulgada pelo Conselho Federal e Regional de Serviço Social no ano de 2012, a Política de Educação Permanente, cujo objetivo central reside em estimular a busca por um constante aprofundamento do conhecimento, por parte dos profissionais inseridos nos mais diversificados espaços ocupacionais, como forma de “[...] se conhecer as múltiplas determinações da realidade”. (CFESS/CRESS, 2012, p.07).

Um dos princípios do Código de Ética do Assistente Social (1993) diz ser “compromisso buscar o constante aprimoramento intelectual”, assim sendo, a formação do assistente social não termina em sua graduação, pelo contrário esse é só o primeiro passo, na busca pela qualificação do exercício profissional.

A educação permanente é uma necessidade em todas as profissões e áreas do conhecimento. Pois no contexto atual, a dinâmica e complexa realidade em transformação produz aceleradamente questões que precisam ser desveladas e analisadas. (CFESS/CRESS, 2012, p. 10).

Daí a necessidade de entender as nuances que envolvem as relações sociais, de forma mais profunda, podendo utilizar-se da educação permanente como um mecanismo competente que, auxilia no desvelamento da realidade.

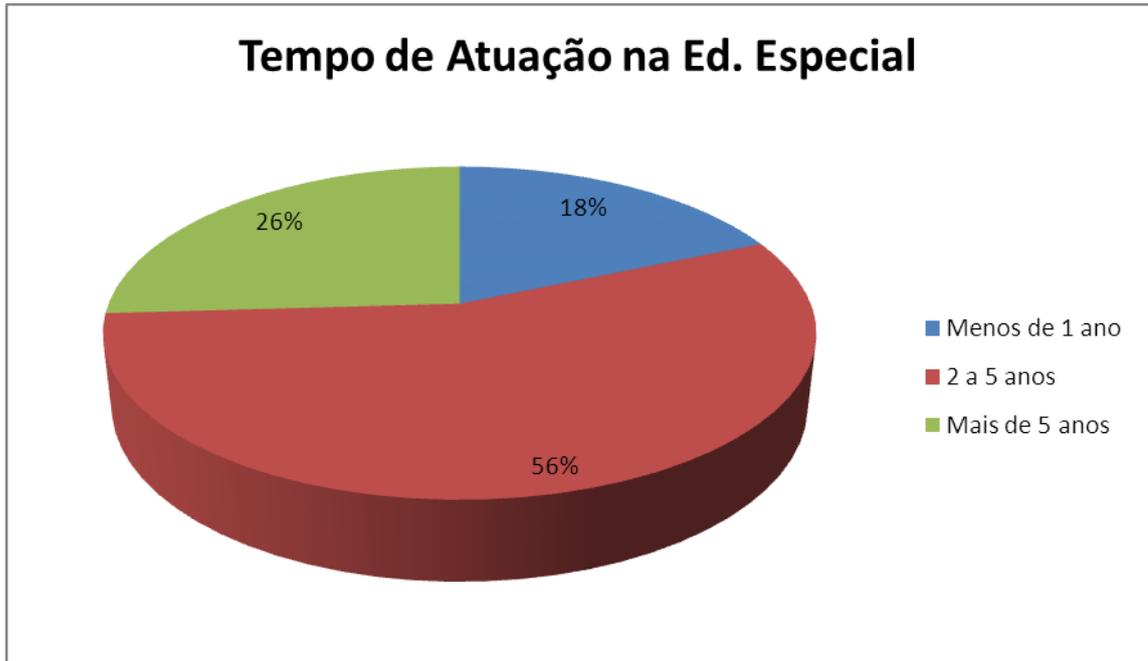
[...] a educação permanente se constitui em um importante instrumento para a construção e qualificação de ações cotidianas no exercício da profissão e na sua capacidade de organização política. Dessa forma, é necessário reconhecê-la também como instrumento fundamental de luta política e ideológica. (Idem, p. 16)

Outro aspecto que chama a atenção nessas informações diz respeito à temática estudada pelos profissionais. A grande maioria das áreas cursadas no curso de pós-graduação gira em torno do Trabalho Social com Famílias e Gestão Pública, de um total de 08 pesquisados, apenas dois têm curso de especialização na educação especial, levando-se em consideração o período de tempo que estes profissionais encontram-se formados, este é um montante relativamente baixo. Talvez estas informações sejam um indício que aponte para a necessidade de se estimular mais a propagação e produção de conhecimentos científicos nesta esfera.

De fato, como esta pesquisa também apurou, são escassos os cursos de pós graduação – *lato sensu* – na região que tratem especificamente da temática educação especial, numa perspectiva social e interessante para o acúmulo teórico do profissional assistente social que atua nas APAE's e demais escolas de educação especial.

b) Atuação na Educação Especial

Entretanto, para medir a experiência dos sujeitos no que tange especificamente ao campo da educação especial, questionamos acerca do tempo de atuação nessa área. As respostas nos demonstraram os seguintes dados:

Gráfico 2 – Tempo de atuação na educação especial

Desta forma, as informações dão conta de atestar que são assistentes sociais, que atuam a um considerável período de tempo nessa área. Sendo que dos pesquisados apenas um atua a menos de 01 ano na educação especial.

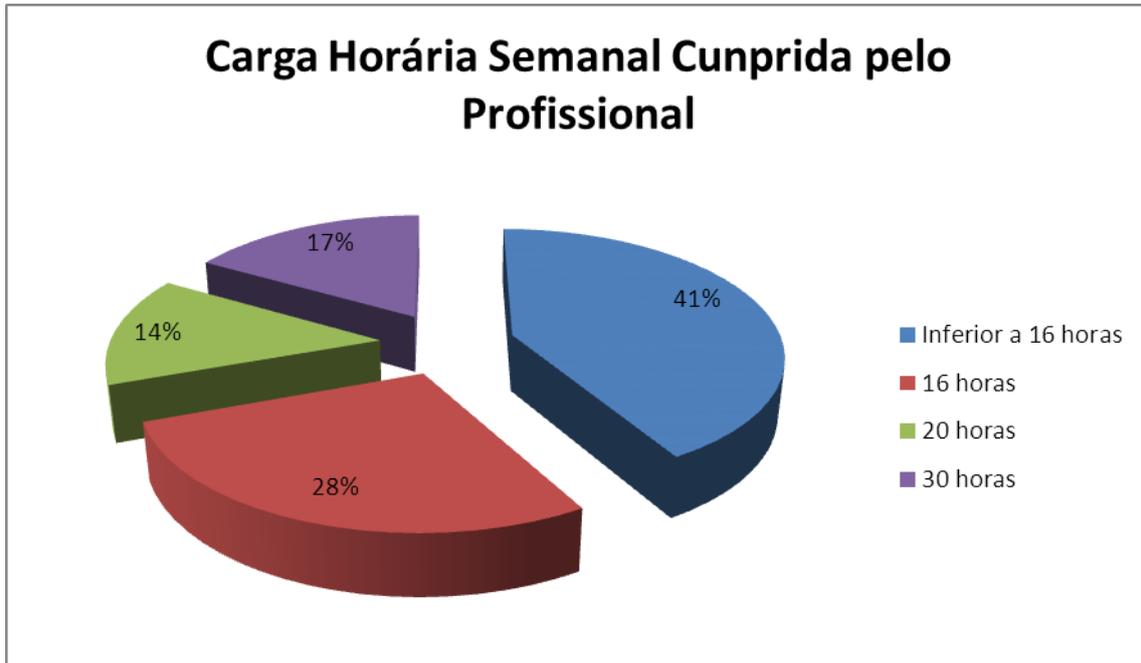
Tal fato deve refletir um acúmulo teórico e prático desses sujeitos com as demandas que lhes são impostas no cotidiano, tendo por consequência a explanação de respostas mais qualificadas às intervenções.

A Educação Especial foi um dos novos espaços ocupacionais, que se abriu para os assistentes sociais, assim sendo, cada local de trabalho exige dos profissionais soluções adequadas e consistentes que, encaminhem os procedimentos a serem adotados diante das mais variadas situações apresentadas. A compreensão das mediações que perpassam estes espaços, além da familiarização com a área, a bagagem de conhecimentos, posicionamento ético-político e atenta análise da realidade, são peças fundamentais para uma intervenção bem sucedida.

c) Carga horária cumprida pelo profissional

Outro elemento que, despertou o interesse desta pesquisadora, refere-se à carga horária semanal que o profissional de Serviço Social realiza dentro da educação especial (APAE). Os dados obtidos pela pesquisa, demonstram que:

Gráfico 3 – Carga horária semanal cumprida pelo profissional



A constatação destas informações demonstra haver uma contagem de 41%, para os profissionais com carga horária inferior a 16 horas, já os profissionais que não ultrapassam a carga horária de 16 horas semanais somam 28%. Um percentual de 14% tem carga horária de 20 horas, e 17% relatam cumprir 30 horas semanais. O período de tempo que os assistentes sociais têm dentro desta entidade (APAE) é considerado insuficiente, se levarmos em conta aspectos como acompanhamento das situações que demandam a intervenção profissional e o desenvolvimento de ações continuadas.

A atuação profissional realizada pelo assistente social não pode se restringir somente a abordagem individual, entretanto, este é um trabalho realizado também extramuros, pois, faz-se necessário dialogar com as famílias, com a comunidade e com a equipe de trabalho. Por conseguinte, uma carga horária reduzida, induzirá o profissional a atender as demandas mais emergentes e urgentes, deixando de se realizar o trabalho planejado que assegure maior racionalidade e avaliação das ações desenvolvidas, além do trabalho de prevenção.

Sempre prontos para oferecer respostas urgentes às questões prementes, desde cedo os assistentes sociais foram imprimindo a profissão à marca do agir imediato, da ação espontânea, alienada e alienante. (MARTINELLI, 2010, p. 127).

Já faz algum tempo que o Serviço Social deixou de intervir de forma fragmentada e descontinuada, hoje se procura propiciar o desenvolvimento de ações que resultem no contrário do exposto acima.

Outro questionamento que surgiu após o primeiro contato com estes profissionais, foi sobre os vínculos empregatícios destes. Dos 08 sujeitos envolvidos na pesquisa, mais da metade relatou possuir outro vínculo empregatício. A consequência de uma carga horária reduzida (e conseqüente salário reduzido) apetece no fato, deste profissional ter de encontrar outro emprego que, auxilie no provimento de suas necessidades.

Este elemento pode ser contado como mais um aspecto que dificulta a realização de um bom exercício profissional, a precarização no mundo do trabalho, afeta e muito o profissional de Serviço Social. Iamamoto (2012, p. 19) comenta que as transformações e mudanças que se processaram no mundo do trabalho e no âmbito do Estado (reformas administrativas, política neoliberal), espalharam seus reflexos nas condições de trabalho dos assistentes sociais, por isso, compreender este cenário é fundamental, pois:

“Ele atravessa e conforma o cotidiano do exercício profissional do Assistente Social, afetando as suas condições e as relações de trabalho, assim como as condições de vida da população usuária dos serviços sociais”. (Idem, ibidem)

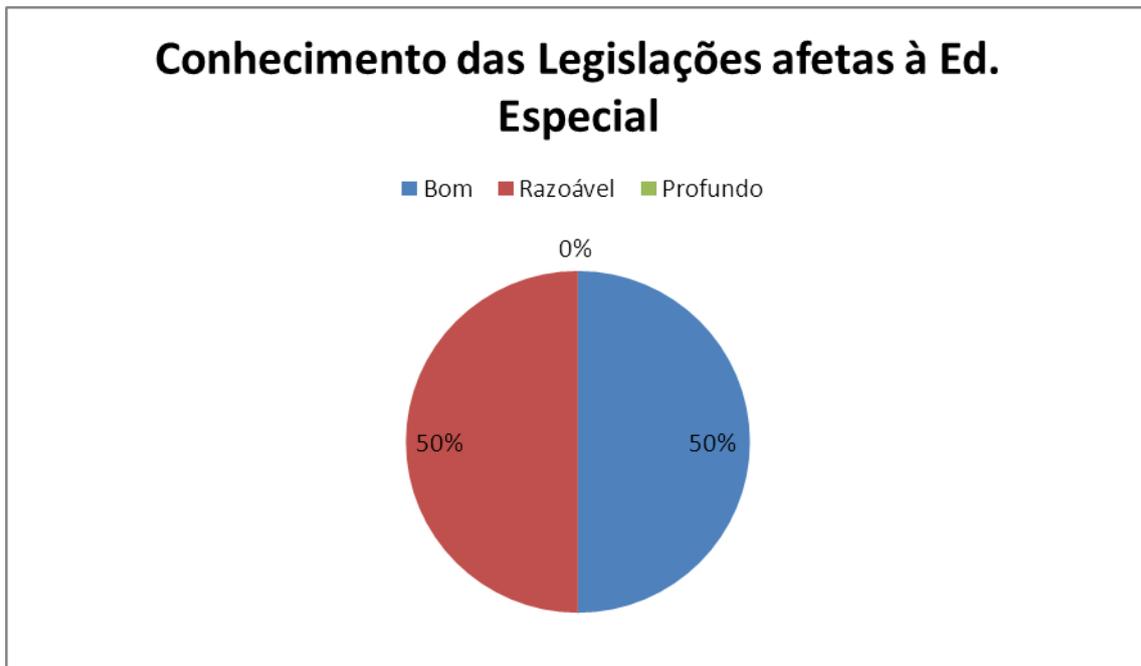
d) Conhecimento da lei 8662/93 e das legislações afetas a Educação Especial

No que tange ao conhecimento sobre a lei que regulamenta a profissão de Serviço Social, todos foram categóricos ao afirmar que conhecem tal legislação. Este fato é extremamente positivo, pois revela que os profissionais que atuam nesta área têm conhecimento sobre a lei que os ampara, e que disponibiliza quais são suas competências e veda as atribuições pertencentes somente a estes profissionais.

Ao atuar em espaços compartilhados é preciso que o assistente social saiba delimitar o que é de sua responsabilidade e o que não é, assim sendo, a lei 8662/93 não precisa ser decorada, ela é um instrumento disponibilizado ao assistente social para consulta e estudo.

E quanto o conhecimento das leis afeta a educação especial, seguem a seguintes informações:

Gráfico 4 – Conhecimento das legislações afetas a educação especial



Dos pesquisados, 50% afirmaram possuir um bom conhecimento sobre as legislações da área, 50% consideram seus conhecimentos sobre as legislações correspondentes a Educação Especial, razoável e nenhum dos entrevistados informou ter um conhecimento profundo.

Para realizar um trabalho competente e de qualidade faz-se necessário buscar o conhecimento específico que seu espaço ocupacional exige. Os assistentes sociais têm por matéria prima a questão social, entretanto, cada local de trabalho irá apresentar uma ou suas múltiplas expressões, por consequência, cabe a este profissional identificá-las, intervindo de forma qualitativa. Para que isto ocorra é preciso compreender os direitos garantidos a estes segmentos e a partir de então lutar para efetivá-los e ampliá-los.

As legislações mais utilizadas no cotidiano por estes profissionais são:

A Declaração de Salamanca que ocorreu na Espanha no ano de 1994 e que culminou com a elaboração de um documento, no tocante ao fornecimento de parâmetros e diretrizes que gerissem o sistema educacional inclusivo (Educação Especial), proposto pela Conferência Mundial sobre a Educação Especial.

Outra legislação citada pelas assistentes sociais foi a Constituição Federal de 1988, conhecida como a constituição cidadã por apregoar a existência de direitos até então ofertados a poucos. Este documento é a garantia dos direitos sociais e quando reportamos a esfera educacional, seu escopo relembra que a educação é direito de todas as pessoas.

O Estatuto da Criança e do Adolescente, regulamentado pela lei 8.069/90, também foi contado como uma legislação essencial utilizada no dia a dia profissional. Nele encontram-se dispostas as orientações sobre a proteção integral das crianças e adolescentes.

Criado através de uma convenção realizada pela Organização das Nações Unidas, no intuito de assegurar a efetivação dos direitos das pessoas com deficiência e normatizar as diretrizes gerais, é promulgado o Estatuto da Pessoa com Deficiência, outra das legislações mencionadas pelos profissionais.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (nº 9.394/96) que tratou de explicitar os caminhos que deveriam ser seguidos pela educação brasileira, é possível encontrar no capítulo V, as normativas referentes à Educação Especial.

Por se trabalhar em constante movimento com a política de saúde, a lei 8080/90 – Lei orgânica da saúde, também foi citada. Nesta legislação encontra-se todo o fundamento da referida política, sua organização, seus princípios, objetivos, gestão, além de outros. Assim sendo, este é um mecanismo essencial para o pleno desenvolvimento das ações profissionais dos assistentes sociais, visto a constante demanda por serviços apresentada pelo público em questão.

Outro instrumento utilizado pelos profissionais de Serviço Social é a Lei Federal e Estadual do Passe Livre (nº 8.899/94). Esta lei dispõe sobre a concessão de transporte coletivo intermunicipal e interestadual gratuito para pessoas com deficiência.

Datada do ano de 1989 a Lei 7.853, instaura a Coordenadoria Nacional para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência, com o intuito de proporcionar apoio e integração social das pessoas com deficiência na sociedade brasileira, neste

documento fala-se diretamente a área educacional, portanto, é uma das legislações listada como necessária para se trabalhar na área.

A Lei 8.742/93 – Lei orgânica da assistência social, que trata da garantia de assistência aos cidadãos, vista como dever do Estado. Nesta lei é possível encontrar em especial no artigo 2º, inciso I, nas letras A e E, ações voltadas em especial às pessoas com deficiência.

A lei 10.098, de 19 de Dezembro de 2000, também é mencionada, pois, a mesma trata das normas e critérios para a promoção da acessibilidade, seu texto diz respeito das disposições quanto à mobilidade de estruturas arquitetônicas urbanas, além de outros espaços.

O Decreto nº 3956/01 diz respeito à convenção que promulga a eliminação de todas as formas de discriminação contra as pessoas portadoras de deficiência, seu texto diz que, o público em questão tem direitos iguais aos de qualquer outro cidadão, no que concerne aos direitos humanos, ou seja, não devem ser submetidas a atos discriminatórios tendo por parâmetro sua deficiência.

O Decreto nº 3298/99 – dispõe sobre a Política Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência, ele regulamenta a lei nº 7.853/89 e trata de forma mais detalhada o texto da lei, efetivando as diretrizes já estabelecidas.

O parecer 108/10 do Conselho Estadual de Educação do Paraná autorizou a mudança de nomenclatura das escolas especiais, para escolas de educação básica na modalidade de educação especial.

A portaria MS/ GM nº 1.635 de 12 de dezembro de 2002 trata da garantia de assistência mediante o atendimento de equipe multiprofissional e multidisciplinar as pessoas que tem deficiência mental e as pessoas diagnosticadas com autismo. Assim sendo, eles têm direito a um tratamento com métodos específicos.

A resolução nº2, de 11 de Setembro de 2001, dispõe sobre as Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica. Nesta normativa são apresentadas as balizas que devem ser ofertadas a alunos que necessitam de atendimento educacional especializado, independentemente da etapa que este se encontre.

Por fim, é citada a Tipificação dos Serviços Sócio assistenciais (resolução nº 109, de 2009). Neste documento encontram-se dispostos a organização e padronização dos serviços que devem ser ofertados em todos os equipamentos de

assistência social, no território brasileiro, de acordo com os níveis de complexidade (proteção social básica e especial).

De fato, a política de assistência social articula uma série de ações voltadas ao trabalho com a pessoa com deficiência. No âmbito da Proteção Social Básica as ações se materializam através do serviço de proteção social básica no domicílio para pessoas com deficiência. E na Proteção Social Especial (média complexidade) com o serviço de proteção social especial para pessoas com deficiência e suas famílias.

Estes foram os instrumentos legais declarados pelos assistentes sociais, como fundamentais e de extrema relevância no desenvolvimento de seu exercício profissional.

3.2.2 A atuação do assistente social na Educação Especial: análises e reflexões

O Serviço Social se desenvolveu na sociedade capitalista, como uma profissão fundamentalmente necessária, possuída de utilidade social. Assim sendo, a era dos monopólios demandou a entrada de um novo sujeito na arena de mediação dos conflitos existentes entre o capital e o trabalho.

A profissionalização do Serviço Social não se relaciona decisivamente à “evolução da ajuda”, à “racionalização da filantropia” nem à “organização da caridade”; vincula-se à *dinâmica da ordem monopólica*. (NETTO, 2011, p. 73. Grifos do autor).

Toda esta conjuntura de disparidade e aumento das desigualdades foi resultado da exploração desmedida por parte dos capitalistas, sob a classe que vive do trabalho. É diante deste contexto que se evidencia a materialização da questão social de forma mais agudizada.

Um entre os vários elementos que caracterizam a profissão de Serviço Social é seu caráter interventivo. O assistente social é solicitado pela sociedade capitalista para, intervir sob as mazelas originadas pelo acúmulo progressivo de capital.

É sobre a questão social e suas múltiplas expressões que este profissional é convocado a desenvolver suas ações, pois, como afirma Mota (2010, p. 45), “[...] é a questão social que dá concretude ao Serviço Social”. Assim sendo, desde o momento de seu surgimento (datado no Brasil, a partir dos anos 30 do século XX), o assistente social vem moldando, e organizando sua atuação, através dos heterogêneos espaços em que a questão social e suas expressões são apresentadas.

O que diferenciava a intervenção profissional do passado, com o presente era e é a forma como estes compreendiam a realidade e a questão social. Sobre influência de modelos importados da Europa e dos Estados Unidos, as primeiras intervenções realizadas sobre a questão social, tinham um cunho moralizador.

A “questão social”, nesse enfoque, era vista de forma bastante reducionista, como manifestação de problemas individuais, passíveis de controle através de uma prática social cada vês mais nitidamente concebida como uma atividade reformadora de caráter. (MARTINELLI, 2010, p. 114).

Sendo assim, esta se caracteriza por aspectos como a culpabilização dos indivíduos, “desestruturação” e “desvio” de conduta. Análises conjunturais das circunstâncias que desenvolviam a questão social eram desconsideradas pelos profissionais, até então.

No entanto, com o amadurecimento da profissão e mediante um intenso movimento em prol de se romper com o passado, visões como acima referenciadas, no que tange à questão social, modificaram-se. Tal mudança ocorreu devido à forma como os profissionais passaram a olhar para suas protoformas e para suas formas de intervir. Ao observar e compreender a realidade social de forma mais crítica, o modo como esse profissional desenvolvia sua intervenção também se modificou.

As diversas transformações pelas quais passou a sociedade capitalista abriram espaço para o aumento das expressões da questão social, e por consequência dos espaços sócio ocupacionais dos assistentes sociais. Um desses muitos locais que se abriram foi na esfera da Educação Especial, mais especificamente a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais.

Quando questionados sobre as principais demandas apresentadas em seu espaço de atuação, nota-se uma semelhança entre elas. Embora as cidades

onde se estabelece a entidade não sejam as mesmas, a região do Vale do Ivaí apresenta características bem uniformes, no que diz respeito a alguns elementos.

Uma das demandas recorrentes ao profissional de Serviço Social, na APAE, refere-se:

Benefício de Prestação Continuada. (**Entrevistado 2**).
BPC – Benefício de Prestação Continuada. (**Entrevistado 4**).
Orientação quanto ao BPC. (**Entrevistado 5**).

É com a Constituição Federal de 1988, que se garante uma renda mensal para, pessoas com deficiência e idosos que, não tenham os meios materiais de prover o atendimento de suas necessidades. O artigo 203 trata da assistência social e no inciso V, encontra-se tal afirmação.

Art. 203. A assistência social será prestada a quem dela necessitar, independentemente de contribuição a seguridade social, e tem por objetivos:
V – a garantia de um salário mínimo de benefício mensal à pessoa portadora de deficiência e ao idoso que comprovem não possuir meios de prover à própria manutenção ou de tê-la provida por sua família, conforme dispuser a lei.

O Benefício de Prestação Continuada vem ser regulamentado com a Lei Orgânica da Assistência Social – LOAS, datada do ano de 1993, que reafirma o escrito da lei acima no artigo 2, inciso I, alínea e.

Pelo fato de a APAE tratar-se de um espaço voltado para o atendimento educacional de pessoas com deficiência intelectual e/ou múltiplas, a demanda por se montar processos de BPC, é uma atividade frequentemente desenvolvida pelo assistente social, assim como a oferta de informações e a orientação sobre o mesmo.

Apesar do Benefício de Prestação Continuada ser destinado a idosos (maiores de 65 anos), e a pessoas com deficiência, existem critérios que acabam dificultando e muitas vezes impedindo e restringindo o direito deste público de acessar o benefício. O parágrafo 2 do artigo 20, da lei nº 8.742, especifica o que a lei considera como deficiência.

Art. 20. O benefício de prestação continuada é a garantia de um salário mínimo mensal à pessoa com deficiência e ao idoso com 65 (sessenta e cinco) anos ou mais que comprovem não possuir meios

de prover a própria manutenção nem de tê-la provida por sua família. (Redação dada pela Lei nº 12.435, de 2011).

§ 2º Para efeito de concessão deste benefício, considera-se pessoa com deficiência aquela que tem impedimentos de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, os quais, em interação com diversas barreiras, podem obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdade de condições com as demais pessoas. (Redação dada pela Lei nº 12.470, de 2011).

Assim sendo, cabe ao profissional que se encontra à frente do serviço (no caso em questão o assistente social), prestar esclarecimentos quanto ao benefício regulamentado em lei. Geralmente, uma parcela significativa de pessoas com deficiência apresentam um gasto extra com medicamentos e demais insumos (consultas, fraldas, complementos alimentares, órteses, próteses, sondas, além de outros), desta forma, o BPC torna-se um instrumento muito importante na garantia de uma melhor qualidade de vida para as pessoas com deficiência.

Outra demanda apresentada pelos profissionais, diz respeito à:

Orientação familiar (**entrevistado 4**).

Prestar orientação social para inserir a família no ambiente escolar. Além de orientar as famílias no sentido de identificar recursos e fazer uso dos mesmos no atendimento e na defesa de seus direitos. (**entrevistado 6**).

Orientação à família no geral. (**entrevistado 7**).

Atendimento a famílias – visitas, encaminhamentos a rede de serviços. (**entrevistado 8**).

A apresentação desta demanda encontra-se disposta na lei nº 8.662/93, (lei que regulamenta a profissão) no artigo 4º que trata especificamente das competências profissionais dos assistentes sociais, sendo explícita no inciso V, “orientar indivíduos e grupos de diferentes segmentos sociais no sentido de identificar recursos e de fazer uso dos mesmos no atendimento e na defesa de seus direitos”.

Por conseguinte, o profissional de Serviço Social é requisitado a divulgar informações, no que concerne à identificação de possibilidades que, devem ser usadas em prol dos usuários e na defesa de seus direitos.

O Código de Ética profissional do assistente social dispõe no artigo 5º, do Título III, Capítulo I, alínea c, sobre a necessidade de, “democratizar as informações e o acesso aos programas disponíveis no espaço institucional, como um dos mecanismos indispensáveis a participação dos usuários”. (CFESS, 2012, p. 174).

Somente por meio do amplo desvelamento das informações, é que as pessoas terão condições de lutar pela efetivação de seus direitos.

A exemplo das pessoas com deficiência é essencial informá-los sobre os direitos que estas têm de receber um ensino de qualidade, acesso a serviços disponíveis na política de saúde, programas sociais, ao passe-livre, além de outros.

Quem é detentor de informações e do conhecimento pode fazer escolhas que sejam compatíveis com suas necessidades e possibilidades e pode desenvolver sua capacidade crítica à medida que recebe e que tem acesso aos meios de informação. (Idem, *ibidem*).

Além dessas situações explanadas, como demandas que surgem no espaço sócio ocupacional da APAE para o assistente social, estes citaram outras, que envolvem questões como:

Mães com problema de baixa estima, com dificuldades de compreender o quadro clínico dos filhos, para a importância da estimulação também em casa.

Evasão escolar.

Preconceito da sociedade. (**entrevistado 3**).

Famílias em situação de extrema vulnerabilidade com membros com deficiência de alta especificidade, com dificuldade de aceitação, entendimento da deficiência, e do papel da família enquanto agente potencializador da evolução clínica, psicológica e social da pessoa com deficiência. (**entrevistado 1**)

O meio social do qual fazemos parte, caracteriza-se por valorizar as pessoas consideradas “normais”, ou seja, indivíduos que se encaixam dentro dos padrões tidos como mais corretos e aceitáveis. Como afirma Mazzotta (2011), o diferente em grande parte das vezes causa receio e o afastamento, daqueles que não procuram conhecer, ou que tem ideias preconceituosas com relação às pessoas com deficiência.

Hoje muito se discute sobre a questão da inclusão, no entanto, é visível nos discursos a busca por se mudar as estruturas físicas, que em alguns momentos apresentam-se como barreiras que dificultam a entrada deste público em determinados locais. Entretanto, para termos uma sociedade que aprenda a conviver com o outro, e que o respeite em sua essência, é preciso mudar para além das estruturas arquitetônicas, a forma como os homens enxergam as pessoas com deficiência.

A questão da baixa autoestima deve ser vista como algo extremamente relevante e importante, de se trabalhar. Na grande maioria dos casos de famílias que têm algum integrante com deficiência, as cuidadoras geralmente são as mães, daí a necessidade de se realizar atividades em rede (participação de vários profissionais distribuídos nas mais diversificadas políticas públicas), por meio de palestras, cursos e a viabilização de informações a essas cuidadoras, no intuito, de prepará-las para melhor lidar com determinadas situações.

Ortiz (2011, p. 135) chama atenção para o fato de o Serviço Social ser, “[...] uma das profissões que mais se aproxima dos usuários, e por conta disso uma das poucas que detém a possibilidade de conhecê-los”. Assim sendo, o assistente social é aquele profissional que tem contato frequente com os usuários, e por isso, este visualiza os pontos que necessitam ser melhor explorados na busca pela efetivação e ampliação dos direitos sociais.

Dessa forma, como dissemos anteriormente a ação do assistente social deve ultrapassar os muros da APAE, cabe refletir na importância do fomento de campanhas de conscientização e aceitação da pessoa com deficiência na cultura do brasileiro. As escolas (ensino fundamental e médio) são espaços importantes para que essa nova visão floresça.

É ainda necessário que o assistente social promova campanhas e discussões sobre a deficiência (nas suas mais diferentes formas de categorização: mental, física, visual, auditiva, etc.) esclarecendo suas causas¹⁶, pois ainda hoje persistem no imaginário popular (e não em raros casos influenciando por pais e parentes) que a deficiência é fruto de um castigo e/ou provação divina.

Outras demandas referenciadas pelos profissionais de Serviço Social circunscrevem-se nas esferas de:

Encaminhamentos para atendimento nas políticas públicas. **(entrevistado 2)**

Encaminhamentos para documentação. **(entrevistado 4)**.

Encaminhamentos para médico especialista. **(entrevistado 7)**.

É possível observar que ainda de acordo com a Lei nº 8.662/93, no artigo 4º, inciso III, no que tange às competências profissionais dos assistentes sociais, cabe-lhes “encaminhar providências e prestar orientação social a indivíduos, grupos

¹⁶ Inclusive numa perspectiva de prevenção. Segundo dados da Organização Mundial da Saúde mais de 70% das deficiências poderiam ser evitadas.

e à população”. Por conseguinte, o assistente social é um dos profissionais responsáveis por, dar continuidade aos acessos dos usuários a demais direitos, que estejam vinculados a serviço em outros equipamentos e a demais políticas públicas.

É dentro do espaço da Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais, que este profissional deve também, de acordo com os entrevistados fazer:

Realização de estudos socioeconômicos com os usuários para fins de benefícios e serviços sociais junto a órgãos da administração pública direta e indireta, empresas privadas e outras entidades. **(entrevistado 6).**

Análise da situação socioeconômica. **(entrevistado 7).**

A exemplo da lei acima supracitada, esta é uma das 11 competências que, o assistente social é chamado a desenvolver. É por meio da realização e levantamento da situação econômica e social, que se encontram os usuários, que estes podem acessar benefícios e demais programas e serviços sociais, disponibilizados na esfera pública, privada, e em outras entidades.

Por fim, registram-se outras das atividades desenvolvidas pelos assistentes sociais na educação especial.

Capacitação para inserção no mercado de trabalho. **(entrevistado 2).**

Solicitação de órteses e próteses; Solicitação de intervenção profissional nas questões de saúde, educação e assistência social. **(entrevistado 5).**

Crianças, adolescentes, adultos e idosos com deficiência, com direitos violados. **(entrevistado 7).**

Elaboração de projetos; Trabalhos com a comunidade. **(entrevistado 8).**

Aos assistentes sociais são apresentadas as demandas de realizar e promover a inserção das pessoas com deficiência no mercado de trabalho. Para realização de tal atividade faz-se necessário ofertar cursos profissionalizantes e buscar desenvolver parcerias com empresas privadas e com a esfera pública.

Outra demanda caracteriza-se pela elaboração de projetos, o assistente social dentro da APAE atua na formulação de projetos para canalização de recursos. Pelo fato da entidade ter sido construída pelo movimento da sociedade civil, esta passou um bom tempo relegada, no que diz respeito ao financiamento por parte do Estado. Sendo assim, a mesma conta atualmente com recursos advindos deste organismo, entretanto, seus custos com manutenção dos serviços e de recursos

humanos, não são 100% custeados pelo Estado, daí a necessidade de se buscar recursos por meio dos projetos.

Embora não mencionado pelos sujeitos, é comum ainda o papel do assistente social na organização e viabilização das documentações da entidade para o acesso aos títulos, certificações ou qualificações, tais como: Lei de Utilidade Pública Municipal; Certificação de Entidades Benéficas de Assistência Social; Registro no Conselho de Assistência Social, Saúde ou Educação; entre de outros.

Além destas demandas, é possível visualizar a apresentação de situações onde os direitos das pessoas com deficiência foram violados, por conseguinte, é essencial que os profissionais que trabalham nesta área, estejam constantemente em busca de aperfeiçoamento profissional, visando ofertar um atendimento qualificado e competente, frente à manifestação das expressões da questão social.

Diante do exposto até o presente momento, percebe-se que as demandas apresentadas aos assistentes sociais no espaço sócio ocupacional da APAE, são amplas e diversificadas. Portanto, para intervir na realidade social dos usuários, faz-se necessário a utilização dos instrumentais técnico-operativos.

[...] o profissional deve conhecer, se apropriar, e sobretudo, criar um conjunto de habilidades técnicas que permitam ao mesmo desenvolver as ações profissionais junto à população usuária e às instituições contratantes (Estado, empresas, Organizações Não-governamentais, fundações, autarquias etc), garantindo assim uma inserção qualificada no mercado de trabalho, que responda às demandas colocadas tanto pelos empregadores, quanto pelos objetivos estabelecidos pelos profissionais e pela dinâmica da realidade social. (SOUZA, 2008, p. 122).

Questionados sobre os principais instrumentos técnico-operativos, empregados no cotidiano profissional, os assistentes sociais apontaram:

Visitas domiciliares; Elaboração de pareceres, estudos sociais, relatórios e encaminhamentos; Reuniões. (**Entrevistado 1**).

Os instrumentos técnico-operativos utilizados [...] são: relatório diário de atividades, conversas formais e informais com professores, alunos e familiares, documentação inerente aos serviços prestados, reuniões, observação participante, entrevistas, fichas de cadastro, encaminhamentos, registros, acompanhamento social, plano de trabalho, avaliação dos alunos e visitas domiciliares. (**Entrevistado 2**).

Visitas domiciliares, Escuta e Orientação aos Familiares, Entrevistas sociais. (**Entrevistado 3**).

Anamnese Social, Ficha de atendimento social, Visita domiciliar, ficha de evolução social. **(Entrevistado 4)**.

Estudos de casos, parecer social, levantamento social das famílias de pessoas com deficiência. **(Entrevistado 5)**.

Conversas informais, reunião, observação, entrevistas, folha de produção diária, ficha de cadastro, encaminhamentos, registro, acompanhamento social, estudos, relatórios e visitas domiciliares. **(Entrevistado 6)**.

Visitas domiciliares, elaboração de relatórios e pareceres. **(Entrevistado 8)**.

O conhecimento da realidade social é condição fundamental para o desvelamento das expressões da questão social. Por conseguinte, vários são os instrumentos técnico-operativos utilizados pelos assistentes sociais, em seu exercício profissional; a exemplo da observação participante, que busca olhar para além do que se encontra posto, projetando captar elementos expostos pela fala, mas também pelo silêncio.

O nosso lugar é de humanizar o atendimento, é de torna-lo um espaço de direito legítimo, socialmente justo. Temos de viabilizar, para as pessoas, uma esfera individual, particular, privada, especial para elas possam sentir que ali podem conversar, que o que falarem será acolhido com respeito, e que terão possibilidade de falar. (CARDOSO, 2008, p. 24)

E no conhecimento da realidade a postura investigativa se torna uma das bases da atuação do assistente social, pois mesmo o Serviço Social sendo uma profissão eminentemente interventiva,

Deve-se partir da premissa de que o exercício profissional do assistente social exige uma atitude investigativa constante para que não se torne meramente pragmática, sem intencionalidade e clareza de finalidade. (FRAGA, 2010, p 41).

Outro elemento pertencente aos instrumentais são as entrevistas que podem ser realizadas individualmente ou de forma coletiva. Seu intuito maior é manter um diálogo direto entre o profissional de Serviço Social e os usuários. De acordo com Souza (2008, p. 127), “[...] o momento da entrevista é um espaço que o usuário pode exprimir suas ideias, vontades, necessidade, ou seja, que ele pode ser ouvido”.

A reunião foi outro dos instrumentais citados, sendo que por meio destes, assuntos pertinentes podem ser discutidos e refletidos. Assim como as visitas

domiciliares, instrumento técnico-operativo mencionado em praticamente todas as entrevistas, desta forma, ainda segundo o autor:

Trata-se de um instrumento que tem como principal objetivo conhecer as condições e modos de vida da população usuária em sua realidade cotidiana, ou seja, no local onde ela estabelece suas relações do dia a dia: em seu domicílio. (Idem, p. 128).

Observa-se também a utilização de relatórios, estudos, pareceres sociais, além de outros, cuja finalidade reside em apresentar de modo claro e preciso a realidade social vivenciada pelos usuários. Os instrumentos técnico-operativos, utilizados pelos assistentes sociais no ambiente da APAE, são extremamente relevantes, pois, os mesmos auxiliam na defesa e efetivação dos usuários, frente aos direitos assegurados na letra da lei.

No que tange aos principais limites postos ao exercício profissional dos assistentes sociais nesta esfera, a que mais chama a atenção refere-se à carga horária reduzida, destes profissionais.

Carga horária insuficiente. (**Entrevistado 1**).

Carga horária insuficiente para atender a demanda apresentada pela escola. (**Entrevistado 2**).

Por ser um município pequeno, não tem como listar as dificuldades, pois temos varias dificuldades, quanto à estrutura física e material. Quanto à carga horária acredito que seria necessário mais que 08 horas semanais, visto a importância do profissional na instituição. (**Entrevistado 5**).

Trabalho somente uma vez por semana na APAE, a maior dificuldade que tenho é na hora de fazer as visitas domiciliares, pois, na maioria das vezes tem que ser na hora que o motorista busca ou leva os alunos, então tem que ser rápido, pois os outros alunos ficam aguardando na Kombi ou no ponto. (**Entrevistado 6**).

Escassez de tempo. (**Entrevistado 8**).

Como pode se perceber, o fator tempo é algo preponderante na análise dos assistentes sociais, pelo fato de dificultar o bom andamento do trabalho e a continuidade com relação ao mesmo. Como já explicitado na caracterização dos profissionais¹⁷, a carga horária reduzida, faz com que o trabalho seja direcionado à solução de demandas imediatas, deixando de se refletir sobre os pontos de prevenção e conscientização que também devem ser explanados.

¹⁷ Ver novamente o início do capítulo 3, que trata especificamente deste apontamento.

Outro limite mencionado pelos profissionais diz respeito à precarização do trabalho, mais especificamente o baixo nível salarial.

Remuneração inadequada. **(Entrevistado 1).**

Remuneração. **(Entrevistado 3).**

Em relação à remuneração acredito que este seja ainda um desafio a todos profissionais do serviço social, pois não temos um piso salarial, o que acarreta muitas vezes, em salários muito abaixo do que deveríamos receber. **(Entrevistado 4).**

Mais uma vez, as transformações que ocorreram no mundo do trabalho afetaram a classe trabalhadora. Por ser o assistente social um profissional assalariado, que se encontra inserido na esfera do trabalho coletivo, este também vê seu trabalho precarizado, resultado do acúmulo desenfreado do capital.

Iamamoto (2012, p. 96) demonstra que, “[...] o assistente social afirma-se socialmente como um *trabalhador assalariado* [...]”, por conseguinte, a sua entrada na esfera produtiva está vinculada à necessidade de seu empregador, pois, este necessita vender sua força de trabalho, e em contrapartida a mesma é adquirida pelos organismos demandantes de seus serviços, assim sendo, este profissional encontra-se submisso à vontade de seus empregadores, no que tange aos salários ofertados.

Além deste, apresentam-se as dificuldades relacionadas à estrutura física da entidade.

Estrutura física. **(Entrevistado 3)**

A principal dificuldade enfrentada é em relação ao espaço físico, pois o assistente social divide a sala com a coordenação, para atendimentos individuais utiliza a sala do profissional de psicologia que muitas vezes realiza o atendimento conjuntamente. **(Entrevistado 4).**

A estrutura física é um elemento apresentado pelo Código de Ética Profissional como dever da instituição empregadora ofertar. Deste modo, constitui-se direito do assistente social, “dispor de condições de trabalho condignas, seja em entidade pública ou privada, de forma a garantir a qualidade do exercício profissional”. (CEFSS, 2012, p. 181). Obter um espaço adequado para realizar atendimentos é vital para o bom desenvolvimento das ações e para o

aprimoramento e qualidade dos serviços ofertados, além de manter resguardado o sigilo, com relação à vida dos usuários¹⁸.

Apesar de todos os limites e dificuldades existentes no espaço sócio ocupacional da APAE, todos os profissionais que enviaram a tempo seu questionário, disseram conseguir enxergar os resultados de seu trabalho na entidade.

Iamamoto (2012) esclarece sobre os elementos envolvidos no processo de trabalho dos assistentes sociais (matéria-prima, instrumentos, trabalho e produto), sendo assim, o profissional que consegue visualizar o fruto de seu trabalho, é aquele que identificou os componentes anteriores. Os profissionais que desconhecem o objeto de seu trabalho terão dificuldades em enxergar o resultado final de seu trabalho.

Por isso, cabe a estes ter amplo conhecimento da matéria-prima circunscrita em seu espaço ocupacional, pois, somente uma leitura atenta da realidade possibilitará o desenvolvimento de ações efetivas. Seguem as respostas ofertadas pelos assistentes sociais, no que tange a esta questão:

A atuação do Assistente Social dentro da instituição visa à garantia dos direitos fundamentais do público usuário da mesma, e dar condições, juntamente com os outros integrantes da Equipe Multidisciplinar, para que a pessoa com deficiência possa realizar integralmente o processo de aprendizagem escolar, aquisições para a vida diária, e situar-se no contexto social. Diante disso, conseguimos visualizar resultados positivos e satisfatórios, que incidem mudança na vida dos alunos atendidos, bem como de suas famílias. (Entrevistado 1).

É perceptível a melhoria da qualidade de vida dos alunos e seus familiares quando tem acesso aos seus direitos, tanto no quesito financeiro como no seu bem estar pessoal e coletivo. Neste sentido, a família sente-se empoderada para resolver os seus problemas. (Entrevistado 2).

Mudanças na dinâmica de algumas famílias na medida em que passam a receber o BPC, passando a conhecer seus direitos. (Entrevistado 3).

Acredito que a luta pela efetivação da garantia dos direitos, que no caso da pessoa com deficiência, tem-se muita negligência, por parte da família, poder público, sociedade, etc. (Entrevistado 4).

Hoje vejo um grande entendimento das famílias em relação à convivência familiar e benefícios. As famílias sabem diferenciar qual papel de cada profissional dentro da instituição. (Entrevistado 5).

¹⁸ Ver Resolução CFESS nº 493/2006 – que dispõe sobre as condições éticas e técnicas do exercício profissional do assistente social.

As famílias estão se sentindo mais a vontade no ambiente escolar, e os alunos mais sociáveis. (**Entrevistado 6**).

A orientação adequada às famílias retorna por parte da comunidade externa. (**Entrevistado 7**).

Maior participação da família na escola e sua inserção nas políticas públicas. (**Entrevistado 8**).

Identificar o produto de seu trabalho é essencial para os assistentes sociais inseridos nos mais variados espaços sócio ocupacionais, pois através deste ele conceberá sua utilidade enquanto profissional, e enquanto profissão, além de compreender que sua intervenção na vida do usuário tem uma utilidade social.

[...] a finalidade do trabalho do assistente social está voltada para a intervenção nas diferentes manifestações da questão social com vistas a contribuir com a redução das desigualdades e injustiças sociais, como também fortalecer os processos de resistência dos sujeitos [...]. (FRAGA, 2010, p. 45).

Na busca por responder de forma qualitativa às demandas apresentadas, os profissionais de Serviço Social necessitam atualizar-se constantemente, assim sendo, quando questionados sobre a frequência que estes recorriam a estudos e leituras (e demais formas de se obter conhecimentos), os mesmos afirmaram que frequentemente atêm-se a materiais afetos à área.

Aspecto interessante de se analisar, pois, através do conhecimento é que se têm condições de apresentar as melhores possibilidades de escolha aos usuários. Um profissional atento às mudanças ocorridas nas legislações e demais esferas, observará a realidade de maneira mais propositiva, atuando em busca da: defesa, ampliação e consolidação dos direitos dos usuários.

O trabalho relacional com equipe multidisciplinar faz-se presente na entidade e quando perguntados sobre como ocorre esta interação, todos os profissionais apontaram que a relação de trabalho com as equipes multidisciplinares é boa e que os mesmos são respeitados dentro de sua esfera específica de atuação.

A Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais trabalha com uma equipe composta por diversos profissionais, Psicólogos, Fonoaudiólogos, Terapeutas Ocupacionais, Fisioterapeutas, Médico Psiquiatra, Pedagogos, além de outros. Deste modo, faz-se necessário que os assistentes sociais tenham pleno conhecimento das legislações pertinentes a sua profissão, para que não ocorra apresentação de atividades não pertencentes a sua alçada.

Daí a importância de ter a Lei nº 8.662/93, como um instrumento disponibilizado para o profissional consultar constantemente. Quando questionados sobre as principais competências e atribuições privativas que estes consideravam como mais importantes em seu exercício profissional, os assistentes sociais responderam:

Competências: prestação de orientação social a indivíduos, famílias, grupos e à População; Realizar estudos sócio-econômicos com os usuários para fins de benefícios e serviços sociais junto a órgãos da administração pública direta e indireta, empresas privadas e outras entidades da rede. Atribuições privativas: elaboração de pareceres, laudos e estudos da Matéria de Serviço Social. **(Entrevistado 1)**.

Elaboração de pareceres sociais para benefício e avaliação social e econômica. **(Entrevistado 2)**.

I – coordenar, elaborar, executar, supervisionar e avaliar estudos, pesquisas, planos, programas, e projetos na área de Serviço Social; XII – dirigir serviços técnicos de Serviço Social em entidades públicas ou privadas; **(Entrevistado 3)**.

Acredito que a luta pela efetivação da garantia dos direitos, que no caso da pessoa com deficiência, tem-se muita negligência, por parte da família, por parte do poder público, sociedade, etc. **(Entrevistado 4)**.

Acompanhamento e orientação familiar. **(Entrevistado 5)**.

Coordenar, elaborar, executar, supervisionar e avaliar estudos, pesquisas, planos, programas e projetos na área de Serviço Social. **(Entrevistado 6)**.

Orientação a respeito dos direitos sociais. **(Entrevistado 7)**.

Avaliação socioeconômica. **(Entrevistado 8)**.

É possível identificar que os profissionais assinalaram como competências mais importantes, os incisos V, XI, do artigo 4º que dizem respeito à necessidade de se propagar informações aos usuários, como um instrumento para se efetivar direitos sociais, além de realizar estudos socioeconômicos com os mesmos, no intuito, de inseri-los em programas, benefícios e serviços.

Com relação às atribuições privativas, observam-se os incisos I, IV e XII, do artigo 5º que tratam da elaboração de estudos e pareceres referentes à área de Serviço Social, direção de serviços em esferas públicas e privadas, no que tange ao Serviço Social. Diante do exposto, percebe-se que determinados espaços ocupacionais assemelham-se em alguns aspectos, na APAE, visualiza-se que o grande enfoque do trabalho gesta-se na busca por efetivar os direitos das pessoas com deficiência.

Quando indagados sobre a realização profissional dentro da entidade (a pergunta foi: "Você se sente profissionalmente realizado?"), os assistentes sociais em sua grande maioria responderam que são profissionalmente realizados e ao justificar suas respostas, estes apontaram que a motivação deve-se a conquista de uma melhor qualidade de vida das pessoas com deficiência e suas respectivas famílias.

Sinto-me sim, por dar melhores condições de vida a uma parcela da população que é historicamente excluída da sociedade, e que tem na garantia dos seus direitos a perspectiva de uma efetiva inclusão educacional social e humana. **(Entrevistado 1)**.

Sim. Tenho liberdade de atuação no espaço onde atuo, propondo novas ideias, que são frequentemente acatadas. Os profissionais com quem trabalho respeitam e valorizam a profissão. Os alunos e seus familiares são receptivos às informações que repasso e confiam no trabalho que realizo. **(Entrevistado 2)**.

Sim. Por que trabalhar com aqueles que são negligenciados o tempo todo e conseguir um ponto positivo que seja nas condições financeiras, acesso a serviços, etc, me faz sentir realizada no que faço. **(Entrevistado 4)**.

Sim. Percebo que meu serviço é de grande importância para a instituição e famílias das PCD, através do serviço pode-se orientá-los quanto à convivência familiar, fortalecimento de vínculos, benefícios e vida cotidiana. **(Entrevistado 5)**.

Sim, amo o que faço. **(Entrevistado 6)**.

Sim, gosto do trabalho com as famílias, gosto do resultado das intervenções. **(Entrevistado 8)**.

Apesar de todas as barreiras impostas aos profissionais de Serviço Social, atuantes na região do Vale do Ivaí, estas não se caracterizam como elementos negativos, para os assistentes sociais que atuam na Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais. Em todos os espaços de intervenção, existem aspectos negativos e positivos, no entanto, é através da luta em prol de melhores condições de trabalho, da garantia de direitos dos usuários, ampliação dos serviços, que se encontra o terreno fértil da profissão, que nasceu para amenizar as desigualdades e tensões existentes entre a burguesia e a classe trabalhadora.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A educação é uma política pública assegurada pela Constituição Federal de 1988, o atendimento educacional à pessoa com deficiência veio se legitimar pela promulgação do referido documento. Fruto de intensos debates e movimentação popular, as pessoas com deficiência tiveram o direito de acessar o ensino educacional.

Em uma história marcada pelo abandono, exclusão e preconceito, visto a dificuldade do homem em lidar com o novo, a conquista de políticas públicas voltadas para as pessoas com deficiência, significaram um grande passo na busca por espaço nesta sociedade apressada, desatenta e heterogênea.

O profissional de Serviço Social é um dos muitos que compõem atualmente o quadro de funcionários da Associação de Pais e Amigos, entidade responsável pelo atendimento educacional a crianças, adolescentes e adultos com deficiência intelectual e/ou múltipla no estado do Paraná (o ensino regular também oferta este atendimento especializado).

O assistente social é um profissional que tem por princípios a defesa intransigente dos direitos humanos, a recusa por posicionamentos autoritários, à luta pela ampliação e consolidação da cidadania, o posicionamento em favor do respeito ao outro, da justiça social, e que acima de tudo busca a eliminação de toda e qualquer forma de preconceito. Assim sendo, sua atuação no espaço sócio ocupacional da APAE, é extremamente legítimo.

Por isto, do tema abordado neste trabalho de conclusão de curso, a atuação do assistente social na educação especial. O interesse desta pesquisadora pelo assunto consistiu no estágio realizado na Escola de Educação na Modalidade Especial Lúcia Braghirolli Rech, as vivências compartilhadas, despertaram o desejo de melhor compreender esta realidade.

Na busca por entender como se efetiva a atuação do assistente social na educação especial, caminhos foram apontados, no intuito, de compreender a profissão como um todo e de responder ao problema central desta pesquisa. Sendo assim, o primeiro capítulo da pesquisa tratou de discutir o Serviço Social e o exercício profissional.

Netto (2011b) aponta que, é na passagem do capitalismo concorrencial para o monopolista que se evidencia o germinar de um solo propício para o surgimento da profissão de Serviço Social. Sua emergência na sociedade capitalista resulta do aumento das disparidades e desigualdades existentes entre os donos dos modos de produção e a classe trabalhadora.

Chamado a intervir na questão social no Brasil é a partir dos anos 30 do século XX, que se institucionaliza a profissão, vinculada aos segmentos da burguesia. Nos primórdios, a forma de se conceber a realidade social encontrava-se envolta por bases teóricas metodológicas diversas, que não consideravam o antagonismo entre as classes sociais. (IAMAMOTO e CARVALHO, 2009).

Assim sendo, a forma de atuar, compreender e intervir na questão social pautava-se em ações de cunho moralizador. No entanto, o efervescente cenário de transformações que ocorrera no meio social, e o próprio amadurecimento da profissão, possibilitaram a esta, romper com o conservadorismo do passado.

Tendo na questão social a matéria-prima do exercício profissional do assistente social, cabe a este desvelar o aparente e aprofundar-se no conhecimento da realidade. As mudanças operadas no meio social possibilitaram a abertura de novos espaços sócio ocupacionais, desta forma, cada campo de atuação apresentará um recorte da questão social, e diante deste contexto, é preciso que os profissionais de Serviço Social identifiquem as demandas apresentadas e compreendam os elementos que perpassam seu exercício profissional. (IAMAMOTO, 2012)

Em espaços compartilhados de atuação, o assistente social necessita apresentar pleno conhecimento dos respaldos legais que, embasam sua intervenção, a exemplo da Lei nº 8662/93, que dispõem especificamente nos artigos 4º e 5º, sobre as competências e atribuições privativas, este se caracteriza por ser um instrumento fundamental na reafirmação de campos de trabalho já existentes e na luta pela conquista de novos, além do auxílio na realização de um trabalho qualitativo.

Já o segundo capítulo tratou de compreender a trajetória da educação especial no Brasil, em especial da formação da APAE, entidade *lócus* da pesquisa, junto à interlocução com o Serviço Social.

A educação especial no contexto brasileiro galgou um percurso árduo, em busca pela construção do direito ao atendimento educacional a pessoa com

deficiência. A inexistência de ações por parte do Estado, no que tange às políticas sociais, fez com que a luta partisse de iniciativas particulares.

O avanço que ocorria em outros países na conquista por políticas públicas voltadas para as pessoas com deficiência, floresceram em nosso meio social, influenciando diversos atores sociais que se lançaram na construção e defesa dos direitos desta parcela da população.

Ações individuais advindas da sociedade civil se faziam presentes desde o Império, entretanto, estas entidades não abrangiam a todas as pessoas com deficiência, e sua atuação concentrava-se nos diferentes níveis de deficiência (física, auditiva, visual e intelectual), seu caráter assistencialista não promovia a possibilidade de desenvolvimento intelectual deste público, visto a não compreensão dos profissionais que se encontravam a frente do serviço.

Mediante grande mobilização social, a temática deficiência começou ser desvelada, debatida e refletida na sociedade brasileira, e a partir daí, ações passaram a ser desenvolvidas por parte do Estado. No que diz respeito ao atendimento educacional a pessoa com deficiência, ele foi realmente efetivado com a Constituição Federal de 1988, o artigo 205, trata em seu escopo da educação como um direito de todas as pessoas.

Diversas legislações foram sendo criadas no intuito, de reafirmar e expandir estes direitos, assim sendo, a marcada deixada na história das pessoas com deficiência, revela o quanto a falta de conhecimento sobre o assunto dificultou o avanço e a conquista do direito a um atendimento escolar digno. Deste modo, a educação especial abriu-se como um campo de atuação para os assistentes sociais, caracterizando-se por ser um espaço extremamente rico.

A Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais oferta aos profissionais um terreno de luta, defesa e ampliação dos direitos das pessoas com deficiência. O trabalho relacional desenvolvido pelas políticas de educação, saúde e assistência social e pelos diversos profissionais presentes na entidade, constituem-se como um espaço plural e multifacetado.

Na era em que a educação tornou-se um negócio, ter um profissional antenado às transformações sociais, a exemplo do assistente social na entidade, é essencial na busca por se construir uma sociedade que respeite e apreenda a conviver com as diferenças.

O terceiro e último capítulo buscou compreender esta realidade e refletir sobre as situações demandas aos profissionais, atrelado aos seus principais desafios e limitações.

Os resultados obtidos com a pesquisa de campo revelam que as principais demandas apresentadas aos assistentes sociais, no espaço de atuação da Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais, dizem respeito à orientação sobre o Benefício de Prestação Continuada, orientação familiar, encaminhamento à rede de serviços, mães com baixa autoestima, evasão escolar, preconceito existente na sociedade, famílias em situação de extrema vulnerabilidade e com membros que possuem deficiências de alta complexidade, além do encaminhamento para retirada de documentação e encaminhamento para médico especialista, a realização de estudos socioeconômicos, capacitação para inserção da pessoa com deficiência no mercado de trabalho, crianças, adolescentes, adultos e idosos com deficiência e com direitos violados e por fim, a elaboração de projetos e trabalho com a comunidade.

Para intervir e conhecer a realidade, no intuito, de ofertar respostas qualificadas às demandas apresentadas, os profissionais assinalaram que, os principais instrumentos técnicos-operativo utilizados em seu dia a dia são: visitas domiciliares, elaboração de pareceres, estudos sociais, relatórios, reuniões, relatório diário de atividades, conversas formais e informais com professores, alunos e familiares, observação participante, fichas de cadastro, plano de trabalho, acompanhamento social, avaliação de alunos, escuta, entrevista e a anamnese social.

Frente aos principais desafios e limites postos ao exercício profissional do assistente social, configuram-se: a carga horária insuficiente para atender a demanda apresentada, a remuneração inadequada, o espaço físico inapropriado e falta de entendimento do papel do assistente social dentro da instituição, frente aos outros profissionais.

Conforme observado no decorrer deste trabalho, o assistente social é um dos profissionais solicitados para desenvolver ações sobre a questão social e suas múltiplas expressões, assim sendo, diante das diversas demandas apresentadas pelos profissionais de Serviço Social, no espaço sócio ocupacional da APAE, observa-se a necessidade de se ter um amplo conhecimento da matéria-prima que se faz presente em seu local de trabalho.

A realidade social é complexa, e por consequência as respostas dadas a essa realidade também serão complexas. Portanto, desvelar o contexto onde é produzida a questão social é vital para a realização da correta leitura da sociedade. Durante os anos de formação acadêmica, os assistentes sociais recebem aportes teóricos e metodológicos que, os auxiliam na compreensão deste meio social.

Iamamoto (2012) aponta para o fato do trabalho do assistente social refletir nas condições de vida – material e social, dos sujeitos demandantes de sua intervenção, daí a necessidade de se desenvolver um olhar atento às situações apresentadas em sua esfera de atuação.

Os instrumentos que compõem o exercício profissional do profissional de Serviço Social são ferramentas extremamente importantes na busca por efetivar direitos. Por conseguinte, os profissionais precisam ter um amplo domínio sobre os instrumentais técnicos-operativos, pois, são estes que contribuem para a compreensão da realidade social vivenciada pelos sujeitos.

Diante dos vários instrumentais apontados pelos assistentes sociais, nota-se que em seu exercício profissional na APAE, estes necessitam saber utilizá-los da melhor forma possível, explorando-os, no intuito, de assegurar e afirmar os direitos das pessoas com deficiência.

Por fim, ao serem apresentados os principais limites e desafios existentes na APAE, torna-se claro que estes acabam dificultando o pleno exercício profissional dos assistentes sociais. Um profissional que tem uma carga horária insuficiente para realizar seu trabalho de forma eficaz terá de optar por atender as demandas mais urgentes e emergentes, além de não conseguir acompanhar o fluxo e a vivência dos alunos na entidade.

A descontinuidade do trabalho é algo extremamente prejudicial para o público em questão, pois, muitas vezes os melhores resultados obtidos na questão da autonomia dos usuários é fruto de um trabalho sistemático e permanente. Um profissional que não tem tempo suficiente para atender suas demandas, acabará não tendo tempo para refletir sobre seu processo de trabalho e sobre todas as situações que o circunda em seu espaço de atuação.

Outro elemento apontado pelos profissionais como um limite e desafio a ser superado, refere-se à questão da remuneração inadequada. O assistente social é um profissional assalariado, assim sendo, este depende da venda de sua força de trabalho para sobreviver. Por possuir salários baixos, o profissional terá de manter

mais de um vínculo empregatício, o que muitas vezes pode acarretar em um sobrepeso de trabalho. Desta forma, este terá menos tempo para buscar aprimorar-se e para dar continuidade aos estudos, a educação permanente é fundamental para uma correta análise da realidade.

A falta de estrutura física da entidade também é colocada como um aspecto negativo para o exercício profissional. Portanto, subentende-se que a falta de um espaço adequado para atendimentos individuais e grupais, para a guarda de materiais referentes a informações sobre o usuário, são elementos que atrapalham o bom andamento do trabalho dos profissionais. A ausência de um espaço físico que identifique especificamente o serviço ofertado pode causar a falta de identidade da profissão dentro da entidade.

A incompreensão dos demais profissionais presentes na entidade sobre o Serviço Social é outro elemento negativo frente às ações desenvolvidas pelos assistentes sociais. Daí a necessidade de se clarear visões dúbias que possa existir no imaginário dos outros profissionais sobre o Serviço Social.

Acredito que para a superação destes desafios e limites apresentados pelos profissionais, seria necessário um movimento dos profissionais que possuem na APAE seu espaço de atuação, em prol de lutarem em instâncias superiores pelo estabelecimento de uma carga horária padrão e suficiente para o pleno exercício profissional dos assistentes sociais, além do estabelecimento de um piso salarial adequado.

Quanto à questão da falta de estrutura física, existe uma resolução do CFESS, nº 493/2006, que especifica sobre as condições éticas e técnicas do exercício profissional do assistente social. Assim sendo, acredito que uma campanha de conscientização a estas entidades empregadoras seria muito interessante, além de visitas frequentes por parte do Conselho Regional de Serviço Social, órgão responsável por zelar dos direitos e deveres dos profissionais.

A semelhança do sugerido acima, campanhas internas poderiam ser realizadas no intuito de explicar o que é a profissão de Serviço Social e sua importância para o meio social, alunos, familiares e demais profissionais.

Espera-se com estas reflexões, que a temática do Serviço Social na educação especial passe a ser mais explorado, discutido e refletido, com vistas a se qualificar ainda mais o trabalho desenvolvido pelos assistentes sociais neste espaço

sócio ocupacional. O aprofundamento sobre essa área é vital, para a defesa, ampliação e consolidação dos direitos das pessoas com deficiência.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Ney Luiz Teixeira. **Apontamentos sobre a política de educação no Brasil hoje e a inserção dos assistentes**. In: Subsídios para o Debate sobre Serviço Social na Educação. Brasília, 2011. Disponível em < <http://cfess.org.br/arquivos/subsidios-servico-social-na-educacao.pdf>>. Acesso em março de 2013.

AMUVI. **Associação dos Municípios do Vale do Ivaí**. Disponível em: <<http://amuvi.com.br/>>. Acesso em março de 2014.

ANTUNES, Ricardo. **Os Sentidos do Trabalho – Ensaio sobre a afirmação e negação do trabalho**. Boitempo Editorial, 1999, Brasil.

BAUMAN, Zygmund. **Identidade**. Rio de Janeiro: Zahar, 2005.

BUENO. José Geraldo Silveira. **Educação especial brasileira: integração/segregação do aluno diferente**. São Paulo: EDUC, 1993.

BRASIL. Regulamentação da profissão Lei nº 8.662 de 07 de Junho de 1993.

CARDOSO. Maria de Fátima Matos. **Reflexões sobre Instrumentais em Serviço Social: observação sensível, entrevista, relatório, visitas e teorias de base no processo de intervenção social**. São Paulo: LCTE Editora, 2008.

CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL – CFESS (org). **Código de Ética do/a Assistente Social comentado**. São Paulo: Cortez, 2012.

_____. **As atribuições privativas do (a) assistente social em questão**. 1ª ed. ampliada. Brasília. 2012.

_____. **Parecer Jurídico nº 27/98. Análise das competências do Assistente Social em relação aos parâmetros normativos previstos pelo art. 5º da Lei 8.662/93, que estabelece as atribuições privativas do mesmo profissional**.

_____. **Subsídios para a atuação de assistentes sociais na política de educação. Série trabalho e projeto profissional nas políticas sociais**. Disponível em <http://www.cfess.org.br/arquivos/BROCHURACFESS_SUBSIDIOS-AS-EDUCACAO.pdf> Acesso em março de 2014.

_____. **Política de Educação Permanente do conjunto CFESS/CRESS**. Disponível em: < <http://www.cfess.org.br/visualizar/livros>>. Acesso em março de 2014.

CONSTANTINO, José Albuquerque. **A inserção do Serviço Social na educação: discutindo esse espaço sócio- ocupacional**. Juiz de Fora, Minas Gerais, 2012.

Disponível em:

>http://xa.yimg.com/kq/groups/22865919/790259669/name/UNKNOWN_PARAMETER_VALUE>. Acesso em março de 2014.

DUARTE, Newton. Formação do indivíduo, consciência e alienação: o ser humano na psicologia de A.N Leontiev. **Cad. Cedes**, Campinas, vol. 24, n. 62, p. 44-63, abril 2004.

FRAGA, Cristina Kologeski. A atitude investigativa no trabalho do assistente social. **Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, n101, p. 40-46, jan./mar. 2010.

FEDERAÇÃO DAS APAEs DOS ESTADOS – PR. **Estrutura: o movimento apaeano tem quatro níveis de atuação**. Disponível em:<<http://www.apaepr.org.br/artigo.phtml?a=78>>. Acesso em fevereiro de 2014.

FEDERAÇÃO NACIONAL DAS APAEs. **Um Pouco da História do Movimento das Apaes**. Disponível em: <<http://www.apaebrasil.org.br/arquivo.phtml?a=12468>>. Acesso em: fevereiro de 2014.

_____. **Movimento apaeano: a maior rede de atenção à pessoa com deficiência**. Disponível em: <<http://www.apaebrasil.org.br/artigo.phtml?a=2>>. Acesso em fevereiro de 2013.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. **Minidicionário da língua portuguesa**. 6. ed rev. amp. – Curitiba, Posigraf 2004.

FERREIRA, Luiz Antonio Miguel. **Os direitos sociais e sua regulamentação: coletânea de leis**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2013.

HARVEY, David. **A Condição Pós - Moderna**. São Paulo, Ed Loyola, 1994.

IAMAMOTO, Marilda V. e CARVALHO, Raul. **Relações Sociais e Serviço Social no Brasil: esboço de uma interpretação histórico-metodológica**. 29 ed. São Paulo: Cortez, 2009.

_____. **O Serviço Social na Contemporaneidade: trabalho e formação profissional**. 23 ed. São Paulo: Cortez, 2012.

_____. **Os espaços sócio ocupacionais do assistente social**. In: **Serviço Social: direitos e competências profissionais**. Brasília: CFESS/Abepss, 2009a. p. 341-375.

_____. **O Serviço Social na cena contemporânea. In: Serviço Social: direitos e competências profissionais.** Brasília: CFESS/Abepss, 2009b. p.15 – 50.

IPARDES – Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social. **Diagnóstico Socioeconômico do Território do Vale do Ivaí Estado do Paraná.** 1.a fase: caracterização global. Curitiba: IPARDES, 2007. 149p. Disponível em: <http://www.ipardes.gov.br/webasis.docs/territorio_vale_do_ivaí.pdf>. Acesso em: março de 2014.

JANNUZZI, Gilberta de Martino. **A educação do deficiente no Brasil: dos primórdios ao início do século XXI.** 3. ed. rev. Campinas, SP: Autores Associados, 2012.

MARTINELLI, Maria L. **Serviço Social: Identidade e Alienação.** 15. ed. São Paulo: Cortez, 2010.

MARX, Karl. **O processo de produção do capital. In.** _____. O Capital - crítica da economia política. São Paulo: Abril Cultural, 1983. capítulo V, p. 149 – 163.

MAZZOTTA, Marcos José da Silveira. **Educação especial no Brasil: histórias e políticas públicas.** – 6. ed. – São Paulo: Cortez, 2011.

MÉSZÁROS, István. **A educação para além do capital.** 2 ed. São Paulo: Boitempo, 2008.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. (Org.). **Pesquisa social: teoria, método e criatividade.** 29. ed. – Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2010.

MOTA, Ana Elizabete (Org.). **O mito da assistência social: ensaios sobre o Estado, política e sociedade.** 4 ed. – São Paulo. Cortez, 2010.

NETTO, José Paulo. **Capitalismo Monopolista e Serviço Social.** 8. ed. São Paulo: Cortez, 2011a.

_____. **Ditadura e Serviço Social Uma análise do Serviço Social no Brasil pós – 64.** 16 ed. São Paulo: Cortez, 2011b.

_____. Transformações societárias e Serviço Social – Notas para uma análise prospetiva da profissão no Brasil. **Revista Serviço Social & Sociedade,** São Paulo, - ANO XVII nº 50 p. 87-129 – Abril. 1996

ORTIZ, Fátima Grave. **O Serviço Social no Brasil.** Rio de Janeiro Paulo. E-papers, 2010.

RAICHELIS, Raquel. O assistente social como trabalhador assalariado: desafios frente às violações de seus direitos. **Revista Serviço Social& Sociedade**, São Paulo, nº 107, p. 420-437, jul./set. 2011.

SILVA e SILVA, Maria Ozanira (coordenadora). **O Serviço Social e o popular: resgate teórico-metodológico do projeto de ruptura**. 7 ed. São Paulo: Cortez, 2011.

SILVA, Maria Lúcia Carvalho. Um quase depoimento. **Revista Serviço Social& Sociedade**, São Paulo, – ANO XIX nº 57. p. 149-165, Julho. 1998.

SOUZA, Charles Toniolo de. **A prática do assistente social: conhecimento, instrumentalidade e intervenção profissional**. Ponta Grossa, p. 119-132, 2008.

TORRES, Mabel Mascarenhas. Atribuições privativas presentes no exercício profissional do assistente social: uma contribuição para o debate. **Libertas**, Juiz de Fora, v.1, n.2, p.42 - 69, jun / 2007.

APÊNDICE

I - CARACTERIZAÇÃO DO PROFISSIONAL

- 1) Tempo de formação
 menos de 1 ano 2-5 anos 5-9 anos mais de 10 anos
- 2) Possui pós-graduação? Não Sim: Em qual área:
- 3) Tempo de trabalho na educação especial
 menos de 1 ano 2-5 anos mais de 5 anos
- 4) Carga horária semanal cumprida pelo profissional
 inferior a 16 horas 16 horas 30 horas
- 5) Possui mais de um vínculo empregatício
 Não Sim
- 6) Conhecimento das legislações afetas à educação especial
 Bom Razoável Profundo
 Cite as leis ou regulações que conhece:
- 7) Você conhece a Lei de regulamentação profissional do Serviço Social:
 Sim Não

II – ATUAÇÃO DO ASSISTENTE SOCIAL NA EDUCAÇÃO ESPECIAL

- 8) Liste as 3 principais demandas que lhes são apresentadas:
- 9) Liste os principais instrumentais técnico-operativos utilizados no seu dia-dia
- 10) Liste as principais dificuldades/limitações do seu exercício profissional.
- 11) Você consegue visualizar e citar os resultados do seu trabalho na instituição?
 Não Sim:
- 12) Quais das competências e atribuições privativas do assistente social você destacaria como a mais importante na sua atuação
- 13) Com que frequência busca se atualizar às discussões acerca do Serviço Social e da Educação Especial através de leituras
 Quase Nunca Com certa frequência Todo os dias
- 14) Cite suas últimas leituras acerca dos temas acima citados
- 15) Quais outros profissionais de nível superior atuam nessa instituição
- 16) Qual sua relação com o trabalho multidisciplinar nas APAEs
 Bom – sou respeitado nas minhas atribuições privativas e área de atuação
 Ruim – sou pouco considerado nas discussões da instituição
 Péssimo – me sinto inferiorizado frente as outras profissões
 Não existem outros profissionais para esse tipo de trabalho
- 17) Você se sente profissionalmente realizado? Justifique sua resposta.

